

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CULTURAS E
IDENTIDADES**

JULIANA CAVALCANTI MACEDO

**POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: UMA ANÁLISE A PARTIR
DA PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES BENEFICIADOS DA UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO**

**Recife
2018**

JULIANA CAVALCANTI MACEDO

**POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: UMA ANÁLISE A PARTIR
DA PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES BENEFICIADOS DA UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação, Culturas e Identidades (PPGECI), Linha de pesquisa: Políticas, Programas e Gestão de Processos Educacionais e Culturais da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ).

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana de Fátima Pereira de Sousa Abranches

Coorientador: Prof^o. Dr^o. Henrique Guimarães Coutinho

Recife

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Biblioteca Central, Recife-PE, Brasil

M141p Macedo, Juliana Cavalcanti
Política pública de assistência estudantil: uma análise a partir da percepção dos estudantes beneficiados da Universidade Federal Rural de Pernambuco / Juliana Cavalcanti Macedo. - 2018.
115 f.: il.

Orientadora: Ana de Fátima Pereira de Sousa Abranches.
Coorientador: Henrique Guimarães Coutinho.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Rural de Pernambuco / Fundação Joaquim Nabuco, Programa de Pós-Graduação em Educação, Culturas e Identidades, Recife, BR-PE, 2018.

Inclui referências, apêndice(s) e anexo(s).

1. Política pública educacional 2. Assistência estudantil
3. Permanência 4. UFRPE I. Abranches, Ana de Fátima Pereira de Sousa, orient. II. Coutinho, Henrique Guimarães, coorient. III. Título

CDD 370

JULIANA CAVALCANTI MACEDO

POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: UMA ANÁLISE A PARTIR
DA PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES BENEFICIADOS DA UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, Culturas e Identidades (PPGECI), Linha de pesquisa: Políticas, Programas e Gestão de Processos Educativos e Culturais da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ).

Aprovada em 23.02.2018

BANCA EXAMINADORA

Dr^a. Ana de Fátima Pereira de Sousa Abranches - Fundação Joaquim Nabuco
Orientadora e Presidente

Dr^o Henrique Guimarães Coutinho - Fundação Joaquim Nabuco
Coorientador

Dr^o Alfredo Macedo Gomes - Universidade Federal de Pernambuco
Examinador Externo

Dr^a. Ana Paula Abrahamian de Souza - Universidade Federal Rural de Pernambuco
Examinadora Interna

AGRADECIMENTOS

Ao final de uma difícil caminhada, ao trilhar as suas curvas, por vezes tortuosas, tive a oportunidade de engrandecer por meio de conhecimentos valiosos e pessoas de valores inestimáveis. E no final, é isso que faz tudo valer a pena: o conhecimento que se adquire e se renova, e as pessoas que fazem e se tornam parte de nossas vidas.

Agradeço aos meus pais Adirson e Sônia, pelos anos de esforços e dedicação para que eu me tornasse um ser humano rico de bons sentimentos, de conhecimento, de alegria e de amor à vida e ao próximo. Tudo que eu sou devo a vocês. Amo infinitamente! À toda família extensa pela torcida e apoio.

Em especial, agradeço a Filipe Xavier, por todo incentivo, apoio, motivação, colaboração, dedicação, compreensão, ensinamentos e amor dedicados a mim. Ele foi a pessoa responsável pela minha motivação em fazer parte dessa caminhada, e com toda certeza, devo a ele a conquista desse objetivo. Muito obrigada, Xavierzito!

Agradeço imensamente à minha querida orientadora, profa. Dra. Ana Abranches, que se mostrou um ser humano de qualidades incomensuráveis e se tornou parte da minha vida. Obrigada pelo respeito, carinho, paciência, compreensão, conselhos e por nossas longas conversas.

Um agradecimento especial ao pesquisador, Dr. Henrique Guimarães Coutinho, por suas valiosas contribuições que fizeram parte da pesquisa quantitativa deste trabalho. Agradeço por sua paciência, disponibilidade e ensinamentos.

Aos profs. Dra. Ana Paula Abrahamian e Dr. Alfredo Gomes, agradeço pela aceitação do convite para compor a banca examinadora. E em especial, ao prof. Dr. Alfredo Gomes, pelas importantes contribuições desde a fase de qualificação deste trabalho.

Agradeço aos meus colegas de trabalho, Simone Muniz, Aparecida Ferraz e Pedro Xavier, pelo companheirismo e colaboração na coleta de informações sobre o objeto pesquisado. É muito bom estar rodeada por pessoas como vocês. Também agradeço ao Pró-Reitor de Gestão Estudantil e Inclusão da UFRPE, prof. Dr. Severino Mendes de Azevedo Júnior, pela compreensão que me foi dada em todos os momentos em que precisei me ausentar das minhas atividades profissionais em decorrência dos estudos.

Aos professores e professoras do PPGECI, agradeço pelos debates e discussões que enriqueceram e ampliaram a minha formação acadêmica e humana. Também agradeço à Cláudia e Márcia (secretaria do PPGECI), pelo empenho e colaboração que sempre demonstraram ao ajudar na solução de todas as minhas demandas acadêmicas.

Por fim, agradeço aos estudantes que fizeram parte desta pesquisa. Sem eles, nada disso seria possível. Muito obrigada pela colaboração e tempo dedicados para que possamos sempre tentar melhorar a qualidade das políticas educacionais nas universidades.

RESUMO

Esta pesquisa apresenta como elemento principal a relação entre o ensino superior e as políticas públicas educacionais de assistência estudantil. Na tentativa de uma aproximação entre aquilo que é discutido sobre o assunto na literatura especializada, e o que ocorre efetivamente em uma realidade empírica, no âmbito de uma instituição de ensino superior, a pesquisa apresenta um estudo de caso específico que teve como principal objetivo analisar a política de assistência estudantil da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), a partir da percepção dos estudantes beneficiados, buscando compreender, ainda, as condições de permanência desses estudantes na universidade. A importância desta pesquisa está na possibilidade de se discutir a contribuição da assistência estudantil compreendendo-a como parte da política educacional. Quanto à metodologia, a investigação se baseou no método quali-quantitativo, integrando os enfoques qualitativo e quantitativo, seguindo etapas complementares que visaram contribuir na coleta, análise e interpretação dos dados. Para análise dos dados obtidos foi utilizada a análise de conteúdo, tendo como base os dados quanti-qualitativos obtidos através dos questionários e entrevistas direcionados aos estudantes beneficiados. Os dados revelaram que os estudantes entendem a política como uma ajuda, e não, como direito. E também, que a assistência estudantil é uma política desconhecida pelos estudantes. Além disso, a dificuldade financeira mostrou-se como principal entrave à vida acadêmica dos discentes, que consideram a política como essencial para a permanência deles, ao mesmo tempo, que revelam que a assistência estudantil promove uma parcial inclusão social. Desse modo, as análises permitiram concluir que, na percepção dos estudantes beneficiados, a política de assistência estudantil da UFRPE é um fator determinante para a sua permanência na universidade, porém consideram que as suas necessidades acadêmicas não vem sendo atendidas.

Palavras-chave: Política Pública Educacional. Assistência Estudantil. Permanência. UFRPE.

ABSTRACT

This research presents as main element the relationship between higher education and public educational policies of student assistance. In an attempt to approximate what is discussed on the subject in the specialized literature, and what actually occurs in an empirical reality, within a higher education institution, the research presents a specific case study whose main objective was to analyze the student assistance policy of the Federal Rural University of Pernambuco (UFRPE), based on the perception of the students benefited, trying to understand the conditions of permanence of these students in the university. The importance of this research is in the possibility of discussing the contribution of student assistance understanding it as part of educational policy. As for the methodology, a research was based on the quali-quantitative method, integrating the qualitative and quantitative approaches, following complementary steps that aimed to contribute to the collection, analysis and interpretation of the data. The content analysis was used to analyze the data, based on the quantitative data obtained through the questionnaires and interviews directed to the beneficiary students. The data revealed that students understand politics as an aid, not as a right. Also, student assistance is a policy unknown to students. In addition, financial difficulty has proved to be the main obstacle to the academic life of students, who consider politics as essential for their stay, while at the same time revealing that student assistance promotes partial social inclusion. Thus, the analyzes allowed to conclude that, in the perception of the students benefited, the student assistance policy of UFRPE is a determining factor for their stay in the university, but consider that their academic needs have not been met.

Palavras-chave: Public Educational Policy. Student Assistance. Permanence. UFRPE.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Relação entre raça e renda dos estudantes da assistência estudantil da UFRPE.....	61
-----------------------------------------------------------------------------------------------	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Alguns Resultados do IV Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes das Ifes.....	43
Quadro 2	Histórico da Assistência Estudantil no Brasil.....	45
Quadro 3	Programas, ações e normativas da assistência estudantil da UFRPE de acordo com as áreas do Pnaes.....	55

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Quantitativo de estudantes beneficiados pela assistência estudantil da UFRPE no mês de junho de 2017	19
Tabela 2	Quantitativo de estudantes entrevistados.....	21
Tabela 3	Quantitativo de estudantes beneficiados pelos programas de assistência estudantil	52
Tabela 4	Média de Refeições oferecidas pelo Restaurante Universitário entre os anos 2012 a 2016.....	53
Tabela 5	Quantitativo de bolsas e auxílios dos programas PAD, PRUG e PAG durante os anos 2012 a 2016	55
Tabela 6	Progressão dos Recursos do PNAES destinados à UFRPE para Assistência ao Estudante do Ensino Superior	56
Tabela 7	Número total de matrículas no ensino superior no Brasil (2012 a 2016) ...	59
Tabela 8	Tempo no programa de assistência estudantil da UFRPE	62
Tabela 9	Prioridade no uso do valor da bolsa/auxílio	64
Tabela 10	Reajuste dos benefícios da assistência estudantil da UFRPE no período de 2012 a 2016.....	65
Tabela 11	- Dificuldades na realização dos estudos	66

LISTA DE SIGLAS

ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
BIRD	Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
CAAP	Coordenadoria de Ações Afirmativas de Permanência
CE	Comissão de Educação
CEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CGARU	Coordenadoria de Gestão de Alimentação e Restaurante Universitário
CGR	Coordenadoria de Gestão de Residência Universitária
COAP	Coordenadoria de Apoio Psicossocial
COGEST-UAG	Coordenadoria de Gestão Estudantil da Unidade Acadêmica de Garanhuns
COGEST-UAST	Coordenadoria de Gestão Estudantil da Unidade Acadêmica de Serra Talhada
CONSU	Conselho Universitário
COPSELC	Coordenadoria de Promoção da Saúde, Esporte, Lazer e Cultura
DAE	Departamento de Assistência ao Estudante
DAE	Departamento de Assistência Estudantil
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
ENADE	Exame Nacional de Desempenho Estudantil
ENC	Exame Nacional de Cursos
FCC	Fundação Carlos Chagas
FIES	Fundo de Financiamento do Ensino Superior
FONAPRACE	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituição de Ensino Superior
IFES	Instituição Federal de Ensino Superior
IFET	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia

INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
NACES	Núcleo de Acessibilidade
NEFD	Núcleo de Educação Física e Desportos
PAD	Programa de Apoio ao Discente
PAG	Programa de Apoio à Gestante
PAI	Programa de Apoio ao Discente
PBP	Programa Bolsa Permanência
PIC	Programa de Incentivo à Cultura
PNAES	Plano Nacional de Assistência Estudantil
PNE	Plano Nacional de Educação
PPE	Programa de Promoção ao Esporte
PROGEST	Pró- Reitoria de Gestão Estudantil
PROGESTI	Pró- Reitoria de Gestão Estudantil e Inclusão
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PRUG	Programa de Residência Universitária
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RU	Restaurante Universitário
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UACSA	Unidade Acadêmica de Cabo de Santo Agostinho
UAG	Unidade Acadêmica de Garanhuns
UAST	Unidade Acadêmica de Serra Talhada
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UNB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	OBJETIVO GERAL.....	19
1.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	19
1.3	PREMISSA DA PESQUISA.....	19
1.4	PERCURSO METODOLÓGICO.....	19
1.4.1	Plano da obra.....	25
2	EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA E POLÍTICAS PÚBLICAS	26
2.1	HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA.....	26
2.2	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO.....	31
2.3	POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL.....	37
3	POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL: A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UFRPE	43
3.1	ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NAS UNIVERSIDADES NO BRASIL.....	43
3.2	ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFRPE.....	49
4	O ESTUDANTE DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UFRPE E SUA AVALIAÇÃO SOBRE A POLÍTICA	60
4.1	O PERFIL DO ESTUDANTE DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UFRPE... ..	60
4.2	AVALIAÇÃO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UFRPE PELO ESTUDANTE BENEFICIADO.....	65
5	O OLHAR SOBRE A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL PELO ESTUDANTE BENEFICIADO DA UFRPE	70
5.1	PERCEPÇÃO E CONHECIMENTO SOBRE OS PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UFRPE.....	70
5.2	NECESSIDADES DOS ESTUDANTES.....	78
5.3	COMPREENSÃO SOBRE AS CONDIÇÕES DE PERMANÊNCIA E CONCLUSÃO DO CURSO.....	84
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
	REFERÊNCIAS	101
	APÊNDICE	108
	ANEXO	115

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa procura abordar a relação entre o ensino superior brasileiro e as políticas públicas educacionais, especificando a importância das ações da política de assistência estudantil, em especial, as ações de assistência estudantil da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), para a permanência e o desenvolvimento acadêmico do estudante em vulnerabilidade socioeconômica. Trata-se de um tema que, na história recente da educação superior no Brasil, vem ganhando cada vez mais destaque na esfera governamental, devido, principalmente, a sua importância para o desenvolvimento do país, além da possibilidade de promover significativas transformações na sociedade (DIAS SOBRINHO, 2010).

A educação no Brasil é marcada por desafios e proposições pertinentes ao processo de transformação. A esse respeito, a Constituição Federal de 1988 assegura, no seu artigo nº 205, que:

a educação é um direito de todos, dever do Estado e da família, e será promovida com a colaboração da sociedade, visando ao desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania, bem como, a sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

A educação superior, por sua vez, tem como função essencial a formação de sujeitos autônomos, assim como, a construção de conhecimentos integrados à formação crítica e reflexiva. Além de constituir-se como um fator fundamental para o desenvolvimento econômico, social e político do país (DIAS SOBRINHO, 2005).

Nessa perspectiva, a Lei nº 13.005/2014 (BRASIL, 2014), que trata sobre o Plano Nacional de Educação (PNE), traz como objetivos nas metas 12, 13 e 14, o aumento do número de matrículas, a elevação da qualidade da educação superior, a ampliação da titulação do corpo docente e o aumento do número de mestres e doutores na população brasileira. Essas metas visam expandir o acesso ao ensino superior, aumentar os anos de estudo da população e estimular a produção de conhecimento.

Com isso, as políticas para a educação superior nos governos dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, assumiam um significado mais abrangente, e sua efetivação vinha propiciando mudanças importantes nesse

nível de ensino, incluindo uma efetiva retomada da expansão de instituições, cursos e vagas nas instituições federais de ensino superior. Essa discussão já ganhava fôlego, sobretudo, na década de 1990, onde as transformações da educação superior brasileira resultaram em um crescente acesso ao ensino superior, com ênfase na expansão privada em detrimento da pública. Iniciaram-se, com efeito, reformas educacionais com a finalidade não só de expansão do ensino, mas, também, de adequação da educação pública às mudanças da lógica de regulação capitalista, no bojo de transformações profundas nas esferas da economia, das instituições sociais, culturais e políticas, bem como na natureza das relações entre essas diferentes esferas (KRAWCZYK; VIEIRA, 2006).

Com a crescente demanda evidenciada nos últimos anos, o acesso ao nível superior de ensino foi sendo estimulado via distintas estratégias, tais como, ampliação e diversificação de vagas ofertadas, esforços para garantir a permanência dos estudantes e investimentos na qualidade do ensino. Mesmo com tais estratégias, na opinião de Mota (2008), a ampliação do acesso ao ensino superior, público ou privado, só adquire sentido quando vislumbrada como um conjunto de projetos que articulam educação básica, pós-graduação, ampliação de acesso e permanência, reestruturação acadêmica, recuperação orçamentária, avaliação e regulação. Dessa forma, com o considerável aumento nas vagas das universidades públicas e no acesso ao ensino superior por parte da população historicamente excluída de toda uma dinâmica educacional, surge o reconhecimento de que tão somente o ingresso na universidade pública não é capaz de garantir a permanência dos estudantes menos favorecidos nas instituições de ensino superior (IES) do país (SGUISSARDI, 2000).

O ingresso no ensino superior confronta o estudante com inúmeras exigências e desafios de natureza pessoal, social, econômica, acadêmica e institucional que vão exigir alterações no seu padrão de comportamento. O sucesso nessa etapa e, conseqüente adaptação do estudante ao ensino superior, depende não só de fatores meramente acadêmicos, como também, fatores contextuais, interpessoais e pessoais. Reconhece-se, então, a necessidade de criar condições para a permanência desses estudantes na universidade, que possam refletir, também, na qualidade do ensino superior. Para Zago (2006), essas condições podem ser criadas através da democratização da educação, o que requer políticas

públicas educacionais que possibilitem a expansão e o acesso ao ensino superior. Ao mesmo tempo, essa autora enfatiza que sem a criação de políticas que sejam voltadas para a garantia de permanência dos estudantes nas universidades, torna-se difícil a expansão do ensino superior de qualidade. Nessa mesma linha de pensamento, Carvalho (2006) situa que os dados sobre o perfil dos estudantes no ensino superior indicam que a democratização do ensino é bastante contraditória no Brasil, diante da desigualdade de renda entre as famílias e a reduzida parcela do ensino gratuito e de qualidade.

Como consequência da expansão do acesso e na tentativa de reduzir a desigualdade presente nas IES públicas, foi instituído o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), pela Portaria Normativa do Ministério da Educação (MEC) nº39/2007, e regulamentado pelo Decreto nº7.234/2010. Esse programa estabelece as diretrizes para as ações de assistência estudantil direcionadas aos alunos em vulnerabilidade socioeconômica. E constitui-se como o principal instrumento regulador da assistência estudantil no país. Muitas universidades brasileiras tem buscado implementar o Pnaes, que vem se caracterizando como um mecanismo que visa garantir condições justas de permanência ao estudante no ensino superior. É o caso da UFRPE, onde foi realizada esta pesquisa.

A UFRPE criou por meio da Resolução nº 185/2006 do Conselho Universitário, a Pró-Reitoria de Gestão Estudantil (Progest). Após alteração através de proposta no ano de 2016, pela Resolução nº080/2016, o órgão passou a se chamar Pró-Reitoria de Gestão Estudantil e Inclusão (Progesti), tendo a seguinte missão:

Incentivar, apoiar, orientar e acompanhar, de forma articulada com as demais pró-reitorias, departamentos acadêmicos, departamentos administrativos e órgãos suplementares, o estudante, em suas múltiplas demandas, no decorrer de sua trajetória estudantil, através de ações afirmativas de permanência nas áreas social, técnico-científica, cultural, política e esportiva (PROGESTI, 2016).

A Progesti atende os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica no campus Sede, situado no bairro de Dois Irmãos. Além do campus Sede, a assistência estudantil da UFRPE atende nos campi de Cabo de Santo Agostinho, através da Unidade Acadêmica do Cabo de Santo Agostinho

(UACSA); em Garanhuns, pela Unidade Acadêmica de Garanhuns (UAG); e em Serra Talhada, por meio da Unidade Acadêmica de Serra Talhada (UAST).

A partir disso, apresenta-se o objeto desta pesquisa como sendo a política de assistência estudantil da UFRPE na percepção dos estudantes. Portanto, o reconhecimento da importância das políticas públicas educacionais no ensino superior e a presença da Progesti e dos seus programas na UFRPE, aliados aos questionamentos sobre a contribuição da política de assistência estudantil e as necessidades acadêmicas dos estudantes fazem surgir o problema de pesquisa: Como os estudantes beneficiados entendem a política de assistência estudantil como contribuição para a sua permanência na universidade e se atendem às suas necessidades acadêmicas? Além disso, dizer apenas que a UFRPE conta com uma política de assistência estudantil não é suficiente. Cabe observar: 1) Como estão sendo desenvolvidas as ações de permanência da assistência estudantil da UFRPE Sede (Campus Dois Irmãos), 2) Os programas de assistência estudantil atendem às necessidades acadêmicas dos estudantes?, 3) A política de assistência estudantil vem contribuindo para a permanência dos estudantes que a acessam?

É nesse contexto e a partir da atuação da pesquisadora como pedagoga lotada na Progesti da UFRPE, acompanhando desde 2014 o processo educacional dos estudantes beneficiados pela política de assistência estudantil, que surgiram motivações e inquietações em razão das percepções e questionamentos levantados sobre a importância dessa política para a permanência desses estudantes na universidade até a conclusão dos seus estudos. Assim, nasce o interesse em pesquisar a política de assistência estudantil na UFRPE sob a perspectiva dos estudantes beneficiados.

Este estudo torna-se relevante pela possibilidade de contribuir para a reflexão das políticas públicas educacionais de educação superior no Brasil. Portanto, espera-se que esta pesquisa contribua para a compreensão da assistência estudantil como parte da política educacional de ensino superior e com a melhoria das condições de permanência dos estudantes no ensino superior.

1.1 OBJETIVO GERAL

Analisar a política de assistência estudantil da UFRPE Sede (Campus Dois Irmãos) a partir da percepção dos estudantes beneficiados, buscando compreender, ainda, as condições de permanência desses estudantes na universidade e o atendimento das suas necessidades acadêmicas.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Caracterizar a política de assistência estudantil da UFRPE Sede (Campus Dois Irmãos) e os estudantes que a acessam;
- Avaliar como as ações de assistência estudantil da UFRPE Sede (Campus Dois Irmãos) têm influenciado na permanência dos estudantes na universidade, no atendimento de suas necessidades acadêmicas e como isso vem se caracterizando;
- Analisar os significados e a importância atribuídos à política de assistência estudantil da UFRPE Sede (Campus Dois Irmãos) pelos estudantes beneficiados.

1.3 PREMISSA DA PESQUISA

A premissa central desta pesquisa é de que a política de assistência estudantil da UFRPE tem contribuído significativamente no que diz respeito à permanência do estudante na universidade, entretanto, as ações de permanência desenvolvidas pela UFRPE, não tem sido suficiente para atender aos estudantes nas suas necessidades acadêmicas.

1.4 PERCURSO METODOLÓGICO

Do ponto de vista metodológico, a investigação se baseou no método quanti-quali. A escolha por essa estratégia metodológica deve-se ao fato de que:

combinar técnicas de análise quantitativa com técnicas de análise qualitativa proporciona maior nível de credibilidade e validade aos resultados da pesquisa, evitando-se, assim, o reducionismo por uma só opção de análise (OLIVEIRA, 2012, p. 39).

Além disso, como destaca Creswell (2010), a combinação de dados dos tipos qualitativo e quantitativo pode ocorrer em distintos estágios de uma pesquisa: na coleta, na análise, na interpretação dos dados, ou nas três fases. Nessa perspectiva, Gatti (2000) enfatiza que a pesquisa:

Não pode estar a serviço de solucionar pequenos impasses do cotidiano, porque ela por sua natureza e processo de construção, parece não se prestar a isso, vez que o tempo de investigação científica, em geral, não se coaduna com as necessidades de decisões mais rápidas (GATTI, 2000, p. 7).

Desse modo, para a elaboração da dissertação, foi realizado um conjunto de etapas complementares, sendo a primeira, a revisão de literatura sobre educação superior brasileira, expansão da educação superior, políticas públicas, política de assistência estudantil no Brasil e na UFRPE, a partir de dados secundários, como livros, artigos de periódicos, revistas científicas, etc. Essa primeira etapa, na opinião de Marconi e Lakatos (2010), torna-se fundamental para saber o estado atual do problema, que trabalhos já foram realizados a respeito e quais opiniões predominam sobre o assunto. As autoras também acrescentam que a pesquisa bibliográfica permite que se estabeleça um modelo teórico inicial de referência, assim como elaboração do plano geral da pesquisa.

Na segunda etapa do trabalho, foi feita uma pesquisa documental, tendo como fontes as legislações que tratam sobre a assistência estudantil, assim como, as normas, resoluções e relatório de gestão da Progesti/UFRPE, com o objetivo de conhecer e detalhar as suas ações. Isso permitiu um aprofundamento e caracterização da política de assistência estudantil no Brasil e na UFRPE.

É importante destacar que, a pesquisa documental pode ser de suma importância em uma pesquisa, especialmente, por ser um método de coleta de dados capaz de reduzir qualquer influência a ser exercida pela presença ou intervenção do pesquisador sobre o seu objeto de estudo. O documento também, permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social pois, ele é insubstituível, seja para qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, seja como único testemunho de atividades particulares ocorridas em um passado recente (CELLARD, 2012), favorecendo, inclusive, o processo de observação, de maturação, ou de evolução de indivíduos, grupos,

conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, etc. (TREMBLAY, 1968 apud CELLARD, 2012, p. 295).

Para dar suporte empírico à proposta metodológica delineada, elegeu-se como base desta pesquisa uma análise sobre a atuação da política de assistência estudantil da UFRPE no Campus Sede, na percepção dos estudantes beneficiados. Apresenta-se um estudo de caso específico, que são indicados, como observa Bell (2008), tanto para acompanhar e proporcionar mais detalhes a um levantamento, como para identificar questões-chaves que necessitam mais pesquisa. Sobre o estudo de caso, Yin (2010) acrescenta que o método permite a retenção de características holísticas e significativas dos eventos da vida real, a exemplo do comportamento de pequenos grupos. Entretanto, Bell (2008) admite também, que, apesar dos problemas e/ou desvantagens presentes no estudo de caso, especialmente no que se refere à generalização dos resultados obtidos e na possibilidade de que a unidade escolhida para a investigação seja bastante atípica em relação às muitas da sua espécie, esse tipo de abordagem se torna fundamental a pesquisadores individuais, especialmente, pela possibilidade de se estudar um determinado problema com maior profundidade (BELL, 2008).

De acordo com os dados do relatório de gestão 2016 da UFRPE, a universidade vem atendendo a um total geral de 10.789 estudantes em 2016. E por meio da Progesti, a assistência estudantil da UFRPE atende a um total de 2.081 estudantes distribuídos nos seus campi (Sede, UACSA, UAST e UAG) em 2017. Os dados gerais dos estudantes matriculados no ano de 2017 não foram disponibilizados.

O campus Sede foi escolhido para a realização da pesquisa por concentrar o maior número de estudantes beneficiados. Na tabela 1 abaixo é possível observar o quantitativo de estudantes beneficiados no total, e por campus, no mês de junho de 2017.

Tabela 1 - Quantitativo de estudantes beneficiados pela assistência estudantil da UFRPE no mês de junho de 2017.

Campus	Quantitativo
SEDE	805
UACSA	144

UAG	573
UAST	627
Total: 2.081	

Fonte: Macedo (2017). Elaborada a partir dos dados da Progesti.

Na terceira etapa do trabalho, foi delineado o levantamento de dados que foram coletados em dois momentos. O primeiro, por meio de questionário aplicado com os estudantes. E no segundo momento, por meio de entrevistas semiestruturadas direcionadas aos estudantes. No primeiro momento, foi feita uma pesquisa no banco de dados da Progesti, e verificou-se que dos 805 estudantes beneficiados no campus Sede, cadastrados na assistência estudantil, 364 (dado do mês de junho de 2017) estudantes possuíam e-mails cadastrados válidos. Não foi possível enviar e-mail para todos os alunos beneficiados, porque o banco de dados da Progesti/UFRPE estava desatualizado e não continha os dados de todos os estudantes que fazem parte da política. Como parte do processo que constitui a pesquisa, foram enviados e-mails explicativos sobre a pesquisa e seus objetivos para os 364 estudantes que possuíam cadastro no banco de dados da Progesti/UFRPE, convidando-os a participarem da pesquisa. Após enviados os e-mails convidando os estudantes que possuíam o cadastro, foram recebidas 102 respostas positivas à participação da pesquisa. É importante destacar que os e-mails foram enviados duas vezes para que fosse obtido um número maior de respostas. A partir disso, foram enviados os questionários, obtendo-se um total de 82 respondidos. O questionário (Anexo) composto por 24 (vinte e quatro) questões fechadas e 1 (uma) aberta, possibilitou a compreensão de dados relevantes para esta pesquisa. A atividade consistiu em colher informações da população beneficiada, como dados gerais, opiniões ou respostas a perguntas formuladas sobre os indicadores que se pretendeu estudar.

Após o envio e recebimento dos questionários, foi feita a tabulação dos dados coletados usando o Pacote Estatístico para Ciências Sociais (SPSS), que é um *software* que permite realizar cálculos complexos e visualizar seus resultados de forma simples e autoexplicativa. Com as informações de natureza numérica coletadas, foi possível classificar e ordenar as variáveis para apresentar estatísticas e estabelecer associações entre elas.

Como forma de obter um maior aprofundamento sobre a temática abordada, foi realizado um segundo momento que se consistiu na coleta de dados através de entrevistas semiestruturadas com os estudantes beneficiados pela política de assistência estudantil da UFRPE. Para isso, optou-se em delimitar o número de entrevistados a partir do tempo do ingresso do estudante na referida política. Desse modo, as entrevistas foram desenvolvidas com estudantes beneficiados por cada um dos programas oferecidos pela Progesti. Ficaram de fora da entrevista, os estudantes beneficiados pelos programas de Apoio ao Ingressante, por se tratar de um programa de curta duração (6 meses); e os programas de Incentivo à Cultura e de Promoção ao Esporte, por se tratarem de programas recentes, e por não utilizarem o recorte social como um dos critérios de seleção até o ano de 2016/2017. Portanto, foram entrevistados dois estudantes de cada programa de acordo com o maior e o menor tempo de ingresso no programa, totalizando oito discentes como se observa na tabela 2 abaixo.

Tabela 2 - Quantitativo de estudantes entrevistados.

Estudantes entrevistados				
Programa	Apoio ao Discente (modalidade apoio acadêmico)	Apoio ao Discente (modalidade transporte)	Apoio à Gestante	Residência Universitária
Quantitativo de estudantes	2	2	2	2
Total de estudantes entrevistados: 8				

Fonte: Macedo (2017).

Como parte do desenvolvimento da pesquisa desse segundo momento, foram enviados e-mails para os estudantes dos programas de Apoio ao Discente (modalidade transporte), Apoio ao Discente (modalidade apoio acadêmico), Apoio à Gestante e Residência Universitária que possuem maior e menor tempo de participação na assistência estudantil da UFRPE, totalizando 8 (oito estudantes) que foram identificados na pesquisa como P de participante. É importante destacar que o programa de Apoio à Gestante não obteve representatividade na realização dos questionários, acredita-se que a justificativa seria o seu baixo número de

beneficiadas no programa. Já na realização das entrevistas, foi possível obter o número necessário para o seu desenvolvimento. O e-mail enviado aos estudantes explicava sobre a pesquisa e seus objetivos, e convidava os discentes para participarem da entrevista no local da UFRPE e horários disponibilizados por eles. As respostas ao convite para a pesquisa foram positivas e as entrevistas foram realizadas no mês de outubro de 2017.

Nas entrevistas semiestruturadas, foram desenvolvidos pautas e tópicos, onde o informante discorreu livremente sobre as diversas temáticas apresentadas. Nesse tipo de entrevista, como caracteriza Triviños (2012), o entrevistado, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal situado pelo investigador, começa a participar do conteúdo da pesquisa.

A partir dos dados coletados no questionário e entrevistas, foram elaborados tabelas, quadros e gráficos, demonstrando os resultados e suas análises.

A análise dos dados quantitativos prosseguiu da análise descritiva para a análise inferencial. Já a análise dos dados qualitativos, envolveu o processo de codificação dos dados, a divisão do texto em unidades pequenas (CRESWELL e PLANO CLARK, 2013). Quanto à diferença existente entre esses tipos de pesquisas, Minayo (1999) esclarece que a diferença é de natureza, pois a pesquisa qualitativa está voltada para as relações sociais e para o significado das relações humanas, enquanto que a pesquisa quantitativa representa o espaço do científico, dos dados matemáticos (MINAYO, 1999, p. 22). Na análise desses dados, pretendeu-se promover uma interação dessas informações na busca de uma melhor compreensão do objeto estudado, e responder às questões colocadas nesta pesquisa, tendo como técnica a análise de conteúdo. Como referenda Bardin (1979), a análise de conteúdo configura-se como um:

Conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 1979, p. 42).

A pesquisa tem em dados quantitativos, 82 (oitenta e dois) sujeitos que estão usufruindo do Programa de Assistência Estudantil que responderam aos questionários, e 8 (oito) sujeitos que participaram das entrevistas. Foram obtidos

dados quantitativos e qualitativos que ajudaram a compreender e analisar o objeto pesquisado.

1.4.1 Plano da obra

A dissertação está estruturada em quatro seções, além das seções de Introdução e Considerações Finais. A primeira seção procura compreender a trajetória histórica da educação superior brasileira através de estudos bibliográficos e análise de legislações nacionais, contextualizando suas especificidades e importância. Além de trazer a compreensão sobre a expansão e democratização da educação superior brasileira, e também, as concepções de políticas públicas para a educação superior com a finalidade de conhecer seus conceitos e sua importância.

A segunda seção aborda a temática da assistência estudantil nas universidades no Brasil e na UFRPE, apresentando o seu contexto histórico, social e político, entendendo seu processo de criação, concepção, características e objetivos. É nesta seção que é apresentado o local da pesquisa, no sentido de conhecer o seu histórico e suas características.

A terceira seção, intitulada “Os estudantes da assistência estudantil da UFRPE e sua avaliação sobre a política”, traz a análise dos dados coletados, a partir das respostas ao questionário pelos estudantes beneficiados pela assistência estudantil da UFRPE que participaram do enfoque quantitativo da investigação, apresentando o perfil desses estudantes e sua avaliação sobre a assistência estudantil da UFRPE.

Por fim, a quarta seção, denominada “O olhar sobre a política de assistência estudantil pelos estudantes beneficiados”, desta vez, com os resultados referentes à abordagem qualitativa da pesquisa, através dos dados oriundos das entrevistas. Nessa seção, pretendeu-se discutir a avaliação da política pública de assistência estudantil, a partir da percepção e conhecimentos dos estudantes beneficiados, além das suas necessidades e compreensão sobre as suas condições de permanência na universidade.

2 EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA E POLÍTICAS PÚBLICAS

A presente seção desenvolve uma trajetória histórica do processo de transformação da educação superior brasileira, trazendo reflexões sobre as desigualdades educacionais existentes nessa trajetória, e apresentando a política educacional, suas ações e mecanismos de apoio. Por meio de uma revisão bibliográfica são apresentados os temas: história da educação superior brasileira, expansão do ensino superior brasileiro e política pública para a educação superior brasileira.

2.1 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA

As primeiras instituições de ensino superior brasileira surgiram no período colonial e foram fundadas pelos portugueses no Brasil. De acordo com Cunha (1980), a partir de 1808, com a transferência da sede do governo metropolitano para o Brasil, é que se inicia a preocupação em fundar o ensino superior sob o controle do estado nacional. Souza (1997) destaca que esse ensino de nível universitário ministrado na colônia pouco atendia aos interessados em obter formação superior sistemática, pois se destinava a uma minoria, quase sempre de sacerdotes, interessados em aprimoramento intelectual e moral (SOUZA, 1997, p. 18). Em outras palavras, esse ensino caracterizava-se pela qualificação de pessoal para desempenhar funções na Corte, formação das elites na monarquia. Dentro dessa perspectiva, Curi (2011) considera que:

[...] O modelo de instituição de ensino superior tendia para as classes médias altas e altas que optavam por uma formação artístico-cultural em detrimento de profissões técnicas. Era uma vertente do modelo napoleônico de separação entre aprendizado profissional e o desenvolvimento intelectual para as artes e as pesquisas. É importante observar que o ensino superior foi iniciado e desenvolvido no Brasil desvinculado de interesses de desenvolvimento da infraestrutura do país, de sua economia e de qualquer perspectiva de serviços à sociedade (CURI, 2011, p. 22).

Nesse contexto, é criado por Decreto de 18 de fevereiro de 1808, o Curso Médico de Cirurgia na Bahia e, em 5 de novembro do mesmo ano, é instituída, no Hospital Militar do Rio de Janeiro, uma Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica. Em 1828, para garantir uma estrutura jurídica, iniciam-se os cursos de direito no

Convento de São Francisco em São Paulo e no Mosteiro de São Bento em Olinda. Os cursos superiores tinham o caráter elitista e passam a ter importante influência na formação política do Império.

De acordo com Fávero (2006), o ensino superior no Brasil sofre várias alterações desde 1889 até a Revolução de 1930, em consequência da promulgação de diferentes dispositivos legais. Dentre eles, podemos destacar a Reforma Benjamin Constant, instituída pelo Decreto nº 981, de 8 de novembro de 1890, que teve como particularidade a montagem de uma diretriz educacional que abrangia todos os níveis de ensino. Cunha (1980) destaca que Benjamin Constant criou a facilitação do acesso ao ensino superior e condições legais para que escolas superiores particulares viessem a conceder diplomas dotados do mesmo valor dos expedidos pelas escolas federais (CUNHA, 1980, p. 155).

Outro dispositivo a ser destacado é a Constituição da República de 1891. Em Sampaio (2000), vamos encontrar o seguinte esclarecimento:

a Constituição da República de 1891 descentralizou o ensino superior que era exclusivo do poder central, delegando-o também aos governos estaduais, ao mesmo tempo em que permitiu a criação de instituições privadas (SAMPAIO, 2000, p. 37).

Também, é importante ressaltar a Reforma Rivadávia Corrêa, aprovada pelo Decreto nº 8.659, de 5 de abril de 1911. Essa reforma estabeleceu um ensino completamente livre, e aboliu o reconhecimento oficial de certificados dos cursos secundários do Estado. Durante esse período, o poder central exercia o controle do ensino superior. A expansão desse nível de ensino ocorreu devido à falta de organização e autonomia, possibilitando a criação de cursos isolados em faculdades de pequeno porte. Apesar dessa expansão, as instituições de nível superior estavam sujeitas a algumas restrições.

Nesse contexto, Cunha (1980) explica que em 1911, o decreto nº 8659 concedeu autonomia para as instituições de educação superior, possibilitando, assim, a organização de universidades no Brasil. Sampaio (2007) evidencia que era atribuída a essa instituição uma nova função: abrigar a ciência, os cientistas e as humanidades em geral e promover a pesquisa. A partir disso, surge em 1909, a Universidade de Manaus; em 1911 é instituída a de São Paulo; em 1912, a do Paraná; e em 1920, a Universidade do Rio de Janeiro sendo a primeira instituição

universitária criada legalmente pelo Governo Federal, tendo como técnica de organização de universidade, a aglutinação. Em Souza (1997) vamos encontrar o seguinte esclarecimento quanto a esse fato:

Nascia assim, um modelo de universidade, que seria reproduzido através do tempo no Brasil: uma reunião de cursos isolados, que teriam como ligação entre si, não mecanismos acadêmicos ou administrativos integradores dos diversos setores e serviços, e sim uma reitoria como traço comum a todos. Era um enlaçamento pela cúpula e não pela base, o que tem feito de muitas universidades brasileiras um conjunto de instituições agregadas e não integradas, como se exigiria de uma verdadeira universidade (SOUZA, 1997, p. 21).

Após a criação da Universidade do Rio de Janeiro, surgiram várias críticas acerca do seu modelo que não correspondia ao esperado. No que concerne essas críticas e questões sobre educação superior, Fávero (2000) ressalta que nas discussões ao longo dos anos 20, destacam-se: concepção de universidade; funções que deverão caber às universidades brasileiras; autonomia universitária; modelo de universidade a ser adotado no Brasil.

É importante destacar a origem da UFRPE em novembro de 1912, na cidade de Olinda, a partir da criação das Escolas Superiores de Agricultura e Medicina Veterinária São Bento, com oferta dos cursos de Agronomia e Medicina Veterinária. Porém, só em 19 de maio de 1967, com a promulgação do Decreto Federal nº 60.731 que a instituição passou a denominar-se oficialmente Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

Em 1931, promoveu-se a Reforma Francisco Campos, então ministro da educação da Era Vargas. Segundo Fávero (2006), a reforma tinha como preocupação desenvolver um ensino mais adequado à modernização do país, com ênfase na formação de elite e na capacitação para o trabalho. Nessa perspectiva, Sampaio (2007) destaca que a reforma tinha como objetivo regulamentar o ensino em todos os níveis e possuía fortes tendências centralizadoras, de forma que submetia a educação superior, pública ou privada, à regulamentação federal. Após essa reforma, podemos destacar uma acentuada centralização nos diferentes setores da sociedade e iniciativas expressivas na educação superior como: a promulgação da segunda Constituição Republicana, em 1934; a criação da Universidade de São Paulo, em 1934; e a da Universidade do Distrito Federal, em 1935.

Instituída pelo Decreto Municipal nº 5.513/35, a Universidade do Distrito Federal surge na capital da República e é vista como uma instituição universitária de fato. Como referenda Fávero (2006):

ela se apresenta não somente com uma definição precisa e original do sentido e das funções da universidade, mas também prevê os mecanismos que se fazem necessários, em termos de recursos humanos e materiais, para a consecução de seus objetivos (FÁVERO, 2006, p. 25).

Apesar da iniciativa, era necessária autonomia universitária para a concretização dessa proposta, o que culmina na sua extinção em apenas quatro anos de existência.

Em 1937, é instituída a Universidade do Brasil, promulgada pela Lei nº452, que surge da reorganização da Universidade do Rio de Janeiro. Cunha (1980) considera que a recriação da universidade permitiu ao Estado aumentar o controle sobre as atividades universitárias através de vários dispositivos. A partir de 1945, após a sanção do Decreto-Lei nº8.393, a promulgação da nova Constituição e aprovação do Decreto nº 21.321 em 1946, a Universidade do Brasil passa a assegurar a liberdade de pensamento, a ter autonomia administrativa, financeira, didática e disciplinar, e também, a abranger nos seus objetivos a educação, o ensino e a pesquisa. No entanto, o que acontece de fato é uma tentativa de luta por autonomia, despreocupação com a pesquisa e produção de conhecimento. A reestruturação da Universidade do Brasil começa a acontecer na década de 50, e adquire maior expressão, nos anos 60 com a criação da Universidade de Brasília surgindo como a modernização do ensino superior no Brasil. Esse momento histórico é marcado pela mobilização estudantil e intensos debates acerca do rumo das universidades, e exige do Governo soluções para a crise educacional. Nesse contexto, recaiam sobre a universidade críticas como: a instituição de cátedras, a universidade compartimentalizada e o seu caráter elitista.

Em 20 de dezembro de 1961, é implantada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação que defendia o reconhecimento das universidades para funcionamento, o estabelecimento de duração e do currículo mínimo exigidos nos cursos superiores que assegurassem a obtenção de diplomas e garantissem o privilegiado exercício de profissões liberais, entre outros pertinentes a este nível de ensino. Após a promulgação da referida lei, houve uma flexibilização da estrutura do ensino,

permitindo o acesso ao ensino superior. Entretanto, a referida lei não trouxe grandes modificações no contexto do ensino superior. Em Soares (2002), vamos encontrar o seguinte esclarecimento:

[...] Mesmo possibilitando certa flexibilidade na sua implementação, na prática, essa lei reforçou o modelo tradicional de instituições de ensino superior vigente no país. Em termos organizacionais, deixou ilesas a cátedra vitalícia, as faculdades isoladas e a universidade composta por simples justaposição de escolas profissionais; além disso, manteve maior preocupação com o ensino, sem focalizar o desenvolvimento da pesquisa. Como novidade, assegurou a representação estudantil nos colegiados, não especificando, no entanto, a respectiva proporção (SOARES, 2002, p. 32).

Por meio da Lei nº 5.540/68, o Congresso Nacional aprovou a Lei da Reforma Universitária que estabeleceu normas de organização e funcionamento do Ensino Superior. Essa proposta contempla a universidade como sendo o espaço mais adequado ao desenvolvimento do Ensino Superior, entretanto, permite a existência de estabelecimentos privados. Nessa perspectiva, é possível citar como medidas propostas pela Reforma: o sistema departamental, o vestibular unificado, o ciclo básico, o sistema de créditos, matrícula por disciplinas e a carreira de magistério e a pós-graduação. Se de um lado, a reforma estabeleceu as condições para a modernização das universidades públicas, por outro lado, possibilitou que o antigo padrão brasileiro de escola superior continuasse vivo, caracterizado pelas instituições organizadas a partir de estabelecimentos isolados, voltados para a mera transmissão de conhecimentos de cunho profissionalizante, que pouco contribuem com a formação de um horizonte intelectual crítico para a análise da sociedade brasileira e das transformações de nossa época, ficando dessa forma, cada vez mais distantes da pesquisa (MARTINS 2009). Do mesmo modo, Cunha (1989) também argumenta que o incentivo à privatização do ensino superior determinou uma fragmentação institucional que levou à multiplicação de faculdades isoladas e as universidades, uma exceção.

Dentro dessa perspectiva, Souza (1997) evidencia que nas décadas de 50 a 70 foram criadas muitas universidades federais. Mas, a partir dos anos 70, a pressão pelas vagas universitárias disponíveis e a impossibilidade de atendimento da demanda por parte do governo aumentou os incentivos para a expansão da iniciativa privada. Silva Júnior e Sguissardi (2001) também argumentam que o sistema federal de ensino superior estaria em crise, pois além dele não conseguir atender à

crescente demanda da população, ele também não preparava adequadamente os universitários para o mercado de trabalho.

Na década de 90, aconteceram significativas mudanças para o ensino superior público e privado, dentre elas, a implantação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96) em 1996. A referida lei define os objetivos, prioridades e condições para a política educacional brasileira. Além disso, no que diz respeito ao ensino superior, a LDB garante autonomia às universidades privadas no que diz respeito à validação do registro de diplomas, além de permitir a criação de centros universitários por área de conhecimento. A partir de então, desenvolveu-se uma acelerada expansão quantitativa do ensino superior privado, permitindo a criação de instituições de ensino superior com fins lucrativos em busca de retornos financeiros e interessadas em atuar em áreas economicamente atrativas. Quanto a essa questão, Afonso (2005) argumenta que o Estado passou a adotar um perfil competitivo, em função da lógica do mercado, por meio da importação de modelos de domínio da gestão privada com ênfase nos resultados ou produtos dos sistemas educativos

O histórico da educação do ensino superior apresentou que os seus primeiros cursos no Brasil surgiram tardiamente, e que o ensino foi desenvolvido por cursos desvinculados dos interesses de desenvolvimento do país definidos pela elite econômica e culturalmente privilegiada. O aumento da procura desse nível de educação fez com que o governo criasse estímulos às instituições privadas de ensino superior, além de incentivar o ensino técnico profissionalizante. Devido à importância desse nível de ensino, a expansão tornou-se parte das questões políticas educacionais, gerando a elaboração e implementação de propostas que visaram ou não a contribuição da democratização do acesso à educação superior, como pode ser visto a seguir.

2.2 EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

No período de 1930 a 1950, a expansão se caracterizou pela coexistência de instituições universitárias e instituições isoladas, embora os documentos oficiais definissem as instituições universitárias como preferenciais; ensino pago também nos estabelecimentos oficiais de ensino e a livre criação e manutenção de

universidades e estabelecimentos isolados de ensino. O período de 1964 a 1979, também teve como elementos da expansão a coexistência de instituições universitárias e instituições isoladas nas esferas pública e privada, além da concentração das taxas de matrícula na esfera privada, gratuidade do ensino superior público, expansão da pós-graduação *stricto sensu*, valorização da carreira docente e o modelo da indissociabilidade do ensino-pesquisa-extensão (MORAES, 2013).

No final dos anos 80, a crise que recaiu sobre a economia mundial levou os governos a diminuir os recursos públicos destinados às IES e em procurar aumentar a eficiência no uso dos recursos utilizados. A soma desses fatores aliados à forte expansão através de organizações públicas e privadas, a redução do financiamento público e a preocupação com a eficiência, teve como consequência o aumento da oferta de ensino superior, mas sem o aumento da qualidade. No caso do Brasil, que optou pela expansão através da iniciativa privada, o problema recai na mercantilização do ensino superior (Bertolini & Leite, 2008). A expansão do acesso ao ensino superior é acompanhada do aumento acelerado do sistema de ensino privado, que se desenvolve paralelamente ao público. A partir da década de 90, são implementadas mudanças significativas nas instituições de ensino superior, particularmente, nas universidades públicas. No que concerne essas mudanças, o MEC, no documento *Enfrentar e Vencer Desafios* (BRASIL, 2000) constata que:

Até 1994, a expansão do Ensino Superior não priorizou a qualidade, o que [se] evidencia pela inexistência de um processo de avaliação sistemática de instituições e cursos. Além disso, o elitismo do setor público, em particular quanto à oferta de vagas no período noturno, obrigou uma grande parcela da população de menor renda, que conseguiu vencer a verdadeira corrida de obstáculos do acesso ao Ensino Superior, a pagar por uma educação de qualidade inferior, em instituições privadas com quadro docente insuficientemente qualificado e com infraestrutura aquém da necessária. Alicerçado em alterações de caráter quantitativo, qualitativo, institucional e legal, o processo planejado de mudanças deflagrado a partir de 1995 orienta-se por seis princípios gerais: expansão, diversificação do sistema, avaliação, supervisão, qualificação e modernização (BRASIL, 2000, p. 9).

Nesse período, principalmente no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, as instituições de ensino superior acentuam pressupostos fundamentais do neoliberalismo; entre eles a subordinação do ensino superior ao mercado, no que diz respeito a formação profissional e a produção de bens e serviços acadêmicos, bem como dão ao Estado os instrumentos legais e burocráticos necessários à avaliação e

controle do sistema, o que permite promover uma maior competitividade no sistema (OLIVEIRA, 2000). Nesse sentido, a avaliação tem se destacado como forma de controle e de definição de políticas para estimular a expansão competitiva no ensino superior. E essa forma de controle e competitividade gerou resistência e críticas por parte da sociedade e comunidade acadêmica (DIAS SOBRINHO, 2010).

A educação superior é reajustada a partir de orientações de organismos multilaterais como o Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e Banco Mundial (BM). De acordo com Lima (2004, p. 30), “para o projeto neoliberal de educação, a privatização é apresentada como democratização da educação, sendo justificada como ampliação das oportunidades de acesso ao ensino”. E é nesse contexto que as estratégias dos organismos multilaterais passaram a influenciar a educação superior brasileira. Sob essa visão, Silva e Sguissardi (2000) destacam que:

O setor privado de ensino de Ensino Superior, depois de passar por ampla expansão ao longo dos anos 70, de ter sua expansão limitada legal e economicamente e sua qualidade questionada durante os anos 80, entra nos anos 90 sob condições precárias e com suas estratégias de interferência política debilitadas, face às transformações ocorridas no Brasil. O governo, via legislação e políticas educacionais, induz a Educação Superior a uma diferenciação institucional generalizada, ao mesmo tempo em que incentiva o processo de mercantilização desse espaço social, mediante estímulo à concorrência entre as instituições privadas e, face à conjuntura, à aproximação com o setor produtivo (SILVA; SGUISSARDI, 2000, p. 172).

A crescente demanda por ensino superior e a baixa capacidade de resposta do sistema para atendê-la, vem gerando um desequilíbrio entre a oferta de vagas públicas e privadas tornando o ensino universitário cada vez mais excludente. Nesse sentido, o documento denominado “Declaração Mundial sobre o Ensino Superior para o século XXI: Visões e Ações” formulado pela Conferência Mundial sobre o Ensino Superior, reunida na sede da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em Paris, outubro de 1998, faz uma análise do aumento da demanda no ensino superior no mundo. O texto refere-se ao acesso com equidade e especifica que o acesso ao ensino superior de membros de certos grupos especiais, como populações autóctones, minorias culturais e linguísticas, os grupos desfavorecidos e pessoas com deficiências deve ser ativamente facilitado, porque podem possuir, coletiva e individualmente, uma

experiência e talentos que podem ser de grande valor para o desenvolvimento social e nacional. Sugere ainda que uma ajuda material especial e soluções educativas podem contribuir para superar os obstáculos àqueles que deixam seus grupos para ter acesso ao ensino superior e prosseguir seus estudos.

Com a chegada de um grande número de estudantes oriundos das camadas socioeconômicas desfavorecidas ao ensino superior, devido à crescente democratização da educação básica, e o número insuficiente de vagas no ensino superior público e gratuito, a educação superior privada e paga é apresentada como saída. Contudo, o setor privado tende a apresentar um desequilíbrio devido ao grande número de vagas ofertadas. E, o aumento de oferta não garante a qualidade da formação acadêmica. Quanto à expansão dessas instituições do setor privado, Cunha e Goés (1985) esclarecem que um:

Processo de expansão do ensino superior em moldes “flexíveis” era uma demanda do setor privado, que se aproveitava da escassez de vagas no setor como forma de promover um ensino do tipo barato, rápido e muito lucrativo. Sem prescindir, é claro, das transferências de recursos públicos, sem os quais não poderiam viabilizar seus empreendimentos (CUNHA; GOÉS, 1985, p. 87).

Nesse contexto, as políticas de diversificação e diferenciação das instituições de ensino superior, a política de flexibilização, competitividade e avaliação da educação superior são elementos de promoção da expansão do ensino superior. A flexibilização desse nível de ensino ocasionou a criação de diferentes modalidades de cursos como os cursos a distância e os sequenciais; e novas formas organizacionais como centros universitários, faculdades integradas, institutos e escolas superiores de educação e, mais recentemente, as universidades tecnológicas. Conforme esclarece Dourado (2002):

Na prática, as políticas governamentais para o setor, ao segmentarem a educação superior por meio do estímulo à expansão das matrículas e à diversificação institucional, naturalizam esse campo como serviço e, na maioria dos casos, restringem a educação superior à função ensino. Como desdobramento desse processo, ocorre uma profunda diferenciação institucional que acarreta, fundamentalmente, mudanças na identidade e na função social da universidade, que passa por um processo de clara metamorfose institucional, ao ser alocada no setor de prestação de serviços e, ao mesmo tempo, que passa a ser entendida, não mais como instituição historicamente autônoma em relação ao Estado e ao mercado, mas, agora, como organização social, heterônoma, resultando em novas formas de adequação ao mercado (DOURADO, 2002, p. 245).

A partir da LDB/1996, foram criados instrumentos de avaliação da qualidade da educação com atribuição e responsabilidade do Estado. Quanto à LDB/1996, Brasileiro (2017) argumenta que:

Foi um instrumento legal adequado para subsidiar as estratégias de reestruturação da educação superior brasileira nos anos de 1990, objetivando atender às orientações dos organismos multilaterais para a implantação do modelo de Estado neoliberal, em que a lógica do capital e do mercantilismo assume centralidade na definição de políticas para esse nível de ensino (BRASILEIRO, 2017, p. 40).

Em adição, Sguissardi (2009) afirma que a LDB/1996 foi genérica e flexível, e que apenas traçou linhas gerais para a educação superior no capítulo dedicado ao sistema. Nessa perspectiva, Rodrigues, Machado e Araújo (2011) esclarecem que:

Com a maior oferta de serviços educativos aumentou a necessidade de proporcionar informações e orientações às entidades públicas responsáveis pelo ensino superior, aos candidatos aos cursos superiores, empregadores e demais interessados sobre a formação oferecida. A manutenção de padrões mínimos de qualidade exige a criação de mecanismos de regulação, de avaliação e de controle por parte dos órgãos fiscalizadores (RODRIGUES; MACHADO e ARAÚJO, 2011, p. 6).

Dentre esses mecanismos, é importante destacar o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e o Exame Nacional de Desempenho Estudantil (Enade). O Sinaes foi criado em 2004 com as finalidades de melhorar a qualidade da educação superior, expandir a oferta de vagas e aumentar a eficácia institucional e a efetividade acadêmica e social (MEC, 2010c). O objetivo do Sinaes é garantir a qualidade dos serviços educacionais ofertados à sociedade, mediante avaliação, regulação e controle, e possui três eixos: avaliação institucional, avaliação de curso e avaliação do desempenho dos estudantes ingressantes e concluintes. A partir do último eixo do Sinaes, surgiu o Enade que é um instrumento de avaliação junto aos alunos que se constitui por prova e questionário socioeconômico. O Sinaes foi constituído como uma proposta de avaliação formativa que permitia mostrar a qualidade da educação superior oferecida no Brasil, entretanto, tem se visto que essa política de avaliação atua implementando processos de regulação e controle, e corroborando com a política de flexibilização e competitividade do sistema.

A partir do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a política delineada envolve a democratização do acesso e garantia de permanência, qualidade social da educação e implantação do regime de colaboração e

democratização da gestão, inclusão social e redução das desigualdades regionais. De acordo com as propostas desse governo, de democratização do acesso ao ensino superior, destacam-se o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni); Fundo de Financiamento do Ensino Superior (FIES); o Programa Universidade para Todos (ProUni); Programa Expansão das IFES; o Processo de Integração de Instituições Federais de Educação Tecnológica, para constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET) e Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). Em 24 de abril de 2007, foi instituído o ReUni com o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e da permanência nas universidades públicas. Também nesse sentido de garantia ao acesso, foi implantado o FIES, que financia cursos nas instituições privadas para quem não tem condições de pagar. Além do Programa Universidade para Todos (Prouni), que oferece bolsas de estudos parciais e integrais em cursos de graduação em instituições privadas garantindo as estas isenções de pagamento de tributos e taxas. Além da retomada da discussão sobre as políticas de ação afirmativa, em especial a reserva de vagas, objetivando a sua transformação em lei.

Outro programa de grande impacto na expansão do ensino superior foi o Programa de Expansão das IFES objetivando a ampliação do acesso à universidade, a promoção da inclusão social e a redução das desigualdades regionais. O Processo de Integração de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica objetiva a agregação voluntária para Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia mediante acordo.

Como consequência da expansão do acesso, deu-se a necessidade de propiciar condições de permanência até a conclusão dos estudos, para os alunos com dificuldades socioeconômicas. Em Sguissardi (2014), vamos encontrar o seguinte esclarecimento:

A expansão da ES, para ser democrática e não se tornar mera massificação, deve apoiar-se em pelo menos dois componentes: igualdade de condições de acesso, de escolha de cursos e carreiras a cursar, e de permanência com sucesso até a titulação (SGUISSARDI, 2014, p. 81).

Sendo assim, torna-se necessário oferecer condições para geração de empregos, qualificação dos indivíduos e participação igualitária da riqueza social,

econômica, política e cultural coletivamente construída (PEIXOTO, 2004, p. 11).

Nessa perspectiva, Panizzi (2004) afirma que:

Na sociedade contemporânea, a ciência e a técnica produzidas ou apropriadas pelo indivíduo não servem apenas para que este obtenha um emprego, mas são relevantes sobretudo porque tornam mais rica uma coletividade nacional, assegurando-lhe a capacidade de se modernizar e de competir na cena internacional. Mais importante do que isso, um ensino superior de qualidade, ao oferecer a estudantes e professores a possibilidade de dialogar em condições de igualdade com seus colegas das melhores universidades do planeta, além de contribuir para o crescimento da nossa riqueza material, produz a riqueza dos valores (PANIZZI, 2004, p. 63).

Contudo, Oliveira, Catani, Hey e Azevedo (2008) esclarecem que:

É preciso reconhecer que a elevação da qualificação geral da população brasileira constitui-se em aspecto essencial em uma sociedade e em uma economia baseada cada vez mais na educação e no conhecimento. Por um lado, portanto, há o desafio de atender a demandas econômicas e sociais heterogêneas por educação superior; de outro, a necessidade de ampliar significativamente a produção de conhecimento que contribua para o bem-estar coletivo e para a construção da sociedade futura (OLIVEIRA; CATANI; HEY e AZEVEDO, 2008, p. 85).

Dessa forma, a inclusão das populações marginalizadas torna-se uma prioridade para as políticas públicas devido às grandes desigualdades econômicas e sociais em que se encontram as sociedades modernas.

2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

O estudo das políticas públicas vem ganhando um número expressivo de construções de conhecimento acerca do assunto. Nesse contexto, Oszlak e O'Donnel (1976) entendem a política pública como:

[...] Um conjunto de ações e omissões que manifestam uma modalidade de intervenção do Estado em relação a uma questão que chama a atenção, o interesse e a mobilização de outros atores da sociedade civil. Desta intervenção, pode-se inferir uma determinada direção, uma determinada orientação normativa, que, presumivelmente, afetará o futuro curso do processo social desenvolvido, até então, em torno do tema (OSZLAK; O'DONNEL, 1976, p. 21).

No dizer de Saraiva (2007), as políticas públicas constituem um fluxo de decisões públicas, voltadas para manter o equilíbrio social ou a introduzir

desequilíbrios propostos a transformar determinada realidade. Dye (1984), por sua vez, sublinha que a política pública é algo que o governo escolhe ou não ofertar às sociedades. Souza vai mais além, e acrescenta a esse conceito a noção de como as políticas públicas são formuladas pelos governos. Em suas palavras, política pública significa um:

Campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações e ou entender por que o como as ações tomaram certo rumo em lugar de outro (variável dependente). Em outras palavras, o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real (SOUZA, 2003, p. 13).

Efetivamente, se verifica uma enorme produção de conhecimentos em torno do tema das políticas públicas. Todavia, é possível reconhecer que, ao menos um consenso prevalece entre os autores, que é a ideia de que elas afetam, de forma mais efetiva ou não, o cotidiano dos indivíduos que compõe a sociedade (THEODOLOUS, 1995).

Nessa perspectiva, Azevedo (1997) ressalta que as políticas são fruto da ação humana e, portanto, dependem do próprio sistema de representações sociais. São os diferentes atores sociais que entram em embates com os criadores de política, com suas concepções e apoio a algum tipo de definição do social da realidade. Dessa forma, é constituída uma relação entre a articulação entre os interesses sociais e os padrões que dão forma a uma política. Quanto a esse tema, Pereira (2009) afirma que:

Os direitos com os quais as políticas públicas se identificam, e devem concretizar, são os direitos sociais, que se guiam pelo princípio da igualdade, embora tenham no seu horizonte os direitos individuais – que se guiam pelo princípio da liberdade. A identificação das políticas públicas com os direitos sociais decorre do fato de esses direitos terem como perspectivas a equidade, a justiça social, e permitirem à sociedade exigir atitudes positivas, ativas do Estado para transformar esses valores em realidade (PEREIRA, 2009, p. 102).

No entanto, Gomes (2011) destaca que:

As políticas públicas podem servir à manutenção da atual desigualdade de poder social existente entre os grupos e classes sociais, ou ainda, que pode servir à transformação social alterando a distribuição de poder social entre os grupos e classes sociais (GOMES, 2011, p. 28).

O acesso às universidades públicas foi por muito tempo de uso privilegiado das elites do país. Para Chauí (2001, p. 35), a universidade é uma instituição social que exprime de modo determinado a sociedade de que é e faz parte. A autora também argumenta que a universidade apresenta uma necessidade de transformação constante para adequar-se às diversas exigências sociais, motivo pelo qual vive suas crises. Quanto aos efeitos do neoliberalismo, Chauí (2001, p. 183) esclarece que a universidade deixa de ser instituição social e passa a ser uma organização prestadora de serviços. Transforma-se “numa entidade isolada cujo sucesso e cuja eficácia se medem em termos da gestão de recursos e estratégias de desempenho e cuja articulação com as demais se dá por meio da competição”. Guiada pela prática social da instrumentalidade, não cabe à organização “discutir ou questionar sua própria existência, sua função, seu lugar no interior da luta de classes”. O que para uma instituição social universitária seria algo crucial, para uma organização, isto se torna um simples fato (CHAUÍ, 2001, p. 187).

De acordo com Machado (2013, p. 16) a educação superior precisa ser compreendida ainda enquanto uma “expressão da questão social”, cuja desigualdade de acesso, permanência e qualidade reside no fato de serem produzidas e reproduzidas historicamente, a partir das condições econômicas, políticas e sociais impostas pelo capital. Nesse sentido, as políticas de ações afirmativas surgem com o objetivo de oferecer acesso democrático à educação, permitindo que pessoas de camadas mais pobres possam alcançar o seu direito ao ensino superior. Seu propósito é de fazer um resgate de direitos historicamente negados, como o direito à educação. Nesse sentido, Bergman (1996) entende de maneira ampla que:

Ação afirmativa é planejar e atuar no sentido de promover a representação de certos tipos de pessoas aquelas pertencentes a grupos que têm sido subordinados ou excluídos em determinados empregos ou escolas. (BERGMAN, 1996, p. 7).

De acordo com Menezes (2001, p. 27), as ações afirmativas consistem no, conjunto de estratégias, iniciativas ou políticas que visam favorecer grupos ou segmentos sociais que se encontram em piores condições de competição em

qualquer sociedade em razão, na maior parte das vezes, de prática de discriminações negativas, sejam elas, presentes ou passadas.

Para Gomes (2011), a educação no Brasil tem sido apontada pelos estudos, assim como pelos movimentos sociais, como um espaço onde persistem históricas desigualdades sociais e raciais, exigindo que o Estado estabeleça políticas e práticas específicas de superação desse quadro. Quanto ao acesso ao nível superior por jovens das classes menos favorecidas, Oliveira e Bittar (2010) afirmam que:

O ingresso no ensino superior é certamente uma parte visível desse funil de seletividade social, perpassado por processos de seleção excludentes adotados pelas IES, especialmente as públicas. Processos que aniquilam o ideário, o sonho, a igualdade real de oportunidade dos estudantes que buscam, no ensino superior, uma oportunidade de conquistar um espaço na carreira acadêmica e profissional. O esforço é ainda maior para os estudantes universitários que estão matriculados nos cursos noturnos, pois, para a grande maioria, isso acontece depois de uma jornada de trabalho diária de oito horas. A frustração pode vir de várias formas nessa trajetória: evadir-se por não conseguir pagar as mensalidades; não acompanhar o curso devido à fragilidade da formação anterior; concluir o curso e descobrir que pouco ou quase nada foi agregado de valor à formação, devido a qualidade do curso; não conseguir inserir-se profissionalmente no mercado de trabalho; e, finalmente, não conseguir a melhoria da qualidade de vida que tanto desejava (OLIVEIRA e BITTAR, 2010, p. 7).

No caso do acesso à educação superior, várias universidades públicas têm instituído sistemas especiais de ingresso em cursos de graduação dirigidos para estudantes negros, indígenas e oriundos do sistema público de ensino. Nesse sentido, as ações afirmativas devem permitir melhor acesso aos grupos minoritários às escolas públicas básicas e superiores, representando uma possibilidade de autonomização e emancipação humana.

No que concerne o acesso de grupos minoritários à educação superior, destaca-se a criação, no governo da presidente Dilma Rousseff, da Lei nº 12.711, a Lei de Cotas como uma das modalidades das ações afirmativas. A referida lei define a reserva de 50% das vagas para estudantes que tenham cursado todo o ensino médio em escolas da rede pública, mas estas vagas serão subdivididas — metade será destinada para estudantes com renda familiar bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio per capita, e metade para estudantes com renda familiar superior a um salário mínimo e meio. Em ambos os casos, também será levado em conta percentual mínimo correspondente ao da soma de pretos, pardos e indígenas

no estado, de acordo com o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (BRASIL, 2012).

Um estudo divulgado pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) em 2016, aponta que a parcela de estudantes pretos ou pardos e de baixa renda cresceu nas faculdades federais do país na última década. Segundo o relatório, houve uma mudança significativa na composição entre brancos, pardos e pretos: brancos deixaram de ser quase 60% dos estudantes, em 2003, para serem pouco mais de 45% em 2014, enquanto o número de pardos nas faculdades federais subiu de 28% para 37,75% e os pretos cresceram de 5,90% para 9,82%. Juntos, estudantes pretos e pardos passaram de 34,20% do total para 47,57%, um aumento de mais de 10 pontos percentuais entre 2003 e 2014. A pesquisa também apontou um aumento do número de alunos com renda baixa. Estudantes com renda de até um salário mínimo cresceu de 8,33%, em 2010, para 13,21% em 2014. Entre estudantes com renda bruta familiar de até três salários mínimos, o aumento foi ainda mais expressivo: passou de 40,66% para 51,43% em quatro anos. Já alunos com renda familiar de dez salários mínimos passou de 16,72% para 10,6% (ANDIFES,2016).

Todavia, entende-se que apenas o acesso ao ensino superior não é suficiente, torna-se necessária a criação de medidas que ofereçam aos estudantes, condições de permanência até a conclusão dos estudos. De acordo com Paula (2009):

O acesso ao ensino superior deve vir acompanhado de medidas efetivas que garantam a permanência dos estudantes nas universidades. Isso requer investimento considerável em assistência estudantil e depende do fortalecimento da educação pública em todos os níveis, fundamental, médio e superior, assim como de reformas sociais profundas que conduzam a uma melhor distribuição de renda, rompendo com a aviltante desigualdade e a crônica injustiça social existentes no Brasil (PAULA, 2009, p. 19).

Mais do que coibir discriminações e desigualdades presentes, as ações afirmativas devem contribuir para eliminar os persistentes efeitos estigmatizantes – psicológicos, culturais e comportamentais – das discriminações do passado que teimam em se perpetuar. Ademais, fomenta maior representatividade dos grupos minoritários nos diversos domínios de atividade pública/privada visando contribuir

para eliminar as barreiras invisíveis que encerram o avanço de negros, mulheres e minorias tendendo a subalternizá-los (GOMES, 2003).

Portanto, a partir da revisão realizada nesta primeira seção, se percebe a necessidade de uma política de permanência que possibilite condições ao estudante para que ele possa continuar na universidade e concluir o seu curso. Dessa forma, a próxima seção abordará a política pública de assistência estudantil no Brasil e na UFRPE, como ela se caracteriza, como se materializa através de concepções e como se efetiva como um direito.

3 POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL: A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UFRPE

Esta seção versará sobre o processo histórico de transformação da política pública de assistência estudantil no Brasil, suas concepções, definições e ações. Também será apresentado o *locus* da pesquisa, por meio do histórico da política na instituição com o objetivo de conhecer as suas características e finalidades.

3.1 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NAS UNIVERSIDADES NO BRASIL

A assistência estudantil caracteriza-se como uma política regulamentada recentemente, porém, já era contemplada em algumas instituições superiores brasileiras, desde o nascimento das universidades no Brasil através de ações restritas e com recursos escassos (FONAPRACE 2001). Este estudo encontrou dificuldades em compreender a origem da assistência ao estudante no ensino superior devido à falta de bibliografias que tratem sobre o tema. O que se pode levantar como hipótese, no entanto, é que as primeiras ações de assistência ao estudante no Brasil aconteceram no ano de 1930, com a construção da Casa do Estudante do Brasil, no Rio de Janeiro. Logo após, em 1934, a assistência estudantil foi regulamentada, no artigo 157 da Constituição Federal, desse mesmo ano, no seu parágrafo 2º: "Parte dos mesmos fundos se aplicará em auxílio a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudos, assistência alimentar, dentária" (BRASIL, 1934). Nesse período, o ensino superior no Brasil ainda estava se organizando, e os recursos da assistência estudantil eram destinados à acomodação dos estudantes e suas ações desenvolvidas para a construção de cidades universitárias.

No ano de 1937, é criada a União Nacional dos Estudantes (UNE) com sede na Casa do Estudante do Brasil. E no ano seguinte, ocorre o rompimento entre os membros por divergência de opiniões. No ano de 1946, a Constituição afirma no seu artigo 172, que cada sistema de ensino deveria ter o serviço de assistência estudantil educacional de modo a garantir o sucesso escolar dos alunos necessitados.

Em 1961, com a criação da Lei de Diretrizes e Bases Nº 5692/61 (LDB), a assistência estudantil passa a receber maior destaque. O artigo 90 da referida lei

estabelecia assistência social, médico odontológico e de enfermagem aos alunos; o artigo 91 oferecia aos educandos bolsas gratuitas para custeio total ou parcial dos estudos, financiamento para reembolso no prazo de quinze anos. No período da ditadura militar, o movimento estudantil promoveu diversos debates acerca da Reforma Universitária. Já no ano de 1968, após a promulgação da lei da Reforma Universitária (Lei nº 5.540/68), é estabelecido o direito à representação do corpo discente através de voto nos colegiados das universidades e estabelecimentos isolados e nas comissões dos estatutos e dos regimentos. Quanto à referida lei, Kowalski (2012) destaca que a democratização da educação foi simulada através da ampliação do número de vagas nas universidades, criando assim a expansão da rede privada e abafando a rebeldia dos estudantes.

Em 1970, foi instituído o Departamento de Assistência ao Estudante (DAE) vinculado ao MEC, que pretendia manter uma política de assistência estudantil para graduação em nível nacional, dando ênfase para os programas de alimentação, moradia, assistência médico-odontológica, contudo extinto nos governos subsequentes (FONAPRACE, 1995). Dessa forma, percebe-se que nesse período de 1930 até a década de 1970, a assistência estudantil é caracterizada por um fraco movimento e ações isoladas.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a igualdade de condições de acesso e permanência na escola é destacada como direito. Apesar desse documento não mencionar a educação superior, é nessa década que se iniciam os debates acerca do tema da assistência estudantil pelo meio acadêmico nas reuniões da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) com o objetivo de garantir a igualdade de oportunidades aos estudantes nas Ifes.

Destacando que em 1987, foi criado o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), composto por Pró-Reitores, Sub-Reitores, Decanos, Coordenadores e Responsáveis pelos assuntos comunitários e estudantes das Ifes no Brasil (FONAPRACE, 2008). O Fórum objetivava a promoção de debates sobre assistência estudantil no sentido de criar e propor ao MEC uma política de apoio ao estudante (FONAPRACE, 2012). São objetivos do Fórum:

- formular políticas e diretrizes básicas que permitam a articulação e o fornecimento das ações comuns na área de assuntos comunitários e estudantis, em nível regional e nacional;
- assessorar permanentemente a Andifes;
- participar ativamente na defesa da educação pública, gratuita, com qualidade acadêmica e científica, e comprometida com a sociedade que a mantém;
- promover e apoiar estudos e pesquisas na área de sua competência, realizar congressos, conferências, seminários e eventos assemelhados.

No período compreendido pela década de 1990, o FONAPRACE travou uma intensa luta contra o governo neoliberal da época para formular uma política nacional de assistência estudantil. Os debates e discussões do Fórum baseavam-se na inclusão dos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica no processo de democratização da universidade pública. Nesse sentido, foram desenvolvidas pesquisas nas instituições de ensino superior do país nos anos de 1996, 2003, 2010 e 2014 para identificar o perfil socioeconômico e cultural dos discentes que resultaram em indicadores das necessidades estudantis, dentre elas: moradia, alimentação, transporte, saúde, manutenção e trabalho; além de identificar um número significativo de estudantes oriundos de camadas sociais menos privilegiadas. Os dados do quadro 1 abaixo foram resultados da última pesquisa realizada pelo FONAPRACE em 2014, em 62 das 64 Ifes no Brasil.

Quadro 1 - Alguns Resultados do IV Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes das Ifes.

Indicadores	Resultados
Moradia	2,64% do total de entrevistados utilizavam moradia estudantil e 65,5% desse total possuem renda mensal per capita do grupo familiar de até ½ salário mínimo.
Alimentação	Do total de estudantes que fazem três refeições diárias no Restaurante Universitário, 33,94% vivem em moradias estudantis.
Manutenção e Trabalho	32,94% dos entrevistados declararam que trabalham com remuneração.
Meio de Transporte	53,78% dos entrevistados utilizavam transportes coletivos, e 59,88% desse total possuem renda mensal per capita do grupo familiar de até ½ salário mínimo.
Saúde	51,73% do total de entrevistados utilizam a rede pública de saúde.

Acesso à biblioteca	74,09% dos entrevistados utilizam os espaços das bibliotecas universitárias.
Acesso à cultura, esporte e lazer	Dos entrevistados: 39,04% praticam atividade física, 90,37% internet como fonte de informação e 5,12% participam de movimento artístico-cultural
Línguas e Informática	Dos entrevistados: 30,67% bom domínio, 27,22% nenhum conhecimento em língua inglesa. Dos entrevistados: 83,55% tem experiência no uso de microcomputadores
Movimentos Estudantis	9,55% dos entrevistados participam de movimentos estudantis e 72,63% não participam de nenhuma organização.

Fonte: Macedo (2017). Elaborado com base nos dados FONAPRACE (2016).

Por meio desses estudos, pretendeu-se destacar que o ensino superior público vem atendendo a uma parcela significativa da população em situação de vulnerabilidade socioeconômica com dificuldades em se manter na universidade. Dessa forma, percebeu-se a necessidade de elaboração de programas de apoio ao estudante e após essas constatações, criou-se um Plano Nacional de Assistência Estudantil pelo FONAPRACE com diretrizes norteadoras e alocação de recursos para a assistência estudantil nas Ifes. O MEC, através da Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, instituiu o Plano Nacional de Assistência Estudantil. Baseado neste Plano, foi elaborado o Programa Nacional de Assistência Estudantil – Pnaes, o qual é regulamentado pelo Decreto nº 7.234/2010 da Presidência da República. O Pnaes tem como objetivos conforme o Art.2º do decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010 (BRASIL, 2010):

I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010).

O Pnaes tem como intuito oferecer subsídios para que aqueles alunos com baixa renda consigam manter-se nos seus cursos de graduação. Tal medida, visa diminuir a desigualdade social e possibilitar a democratização do acesso e da permanência dos estudantes no ensino superior federal. Segundo o Programa, isso será feito por meio de auxílio à moradia estudantil, alimentação, transporte,

assistência à saúde, inclusão digital e atividades de cultura, esportes, creche e apoio pedagógico. Nesse sentido, pode-se afirmar que:

A promulgação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) em 12 de dezembro de 2007, representa um marco histórico e de importância fundamental para a questão da assistência estudantil. Essa conquista foi fruto de esforços coletivos de dirigentes, docentes e discentes e representou a consolidação de uma luta histórica em torno da garantia da assistência estudantil enquanto um direito social voltado para a igualdade de oportunidades aos estudantes do ensino superior público (VASCONCELOS, 2009, p. 608).

O Pnaes, em vigor desde o ano de 2008, pretende assim contribuir para a melhoria no desempenho acadêmico do estudante, prioritariamente de baixa renda, evitando as situações de retenção e evasão.

Mais recentemente, em setembro de 2015, as políticas de assistência estudantil e permanência do estudante foram debatidas em audiência pública na Câmara dos Deputados pela Comissão de Educação (CE). O debate contou com a presença de representantes do MEC, Andifes e UNE. O cerne da discussão esteve no aumento do volume financeiro destinado à assistência estudantil, devido ao grande número de matrículas evidenciadas nos anos de 2003 a 2011, além de uma proposta de possível diálogo sobre assistência estudantil do governo com a universidade privada, no sentido de oferecer acesso também nas questões referentes a transporte, alimentação e moradia (Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, 2015).

Com base nos estudos de Costa (2010), Kowalski (2012) e Back (2017), o quadro 2 abaixo foi adaptado fazendo uma cronologia dos acontecimentos que trilharam o caminho da assistência estudantil no Brasil.

Quadro 2 - Histórico da Assistência Estudantil no Brasil.

Fases	Anos	Fatos
Primeira	1928	Abertura da Casa do Estudante Brasileiro em Paris, no governo do presidente Washington Luis.
	1930	Inauguração da Casa do Estudante do Brasil, no estado do Rio de Janeiro.
	1931	Instituição da assistência estudantil no Brasil pelo presidente Getúlio Vargas através do Decreto nº 19.851/1931.
	1934	Regulamentação da assistência estudantil na Constituição Federal, no artigo 157 que previa fornecimento de material escolar, bolsa de estudo, assistência alimentar, dentária e médica.
	1937	Criação da União Nacional dos Estudantes (UNE).

	1946	Regulamentação da assistência estudantil na Constituição Federal, no artigo 172 que previa assistência estudantil para alunos “necessitados”.
	1961	Aprovação da LDB que compreendia a assistência estudantil como um direito igual para todos.
	1970	Criação do Departamento de Assistência ao Estudante (DAE) pelo MEC.
Segunda	1987	Criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE).
	1988	Promulgação da Constituição Federal evidenciando a questão do acesso e permanência dos estudantes nas instituições de ensino.
	1996	Aprovação da LDB sem menção à assistência estudantil.
	1998	Aprovação da “Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI”, na Conferência de Paris que previa o valor social dos programas de assistência nas instituições federais de ensino superior.
	1999	Criação do FIES para o financiamento da graduação de estudantes nas IFES privadas.
	2001	Aprovação do PNE.
	2004	Criação do ProUni, com objetivo de financiar bolsas de estudos para estudantes em vulnerabilidade social nas IFES privadas.
Terceira	2007	Criação do REUNI, com a ampliação das políticas de acesso e assistência estudantil; Elaboração do Plano Nacional de Assistência Estudantil; Aprovação da Portaria nº 39 de 12 de dezembro de 2007.
	2010	Decreto 7.234 de 19 de julho de 2010 que institui o PNAES e a assistência estudantil passa a ser concebida como política pública de direito.
	2012	Aprovação da Lei 12.711 que dispõem sobre o ingresso nas IFES por meio de reserva de vagas (cotas).
	2013	Criação do Programa Bolsa Permanência (PBP) por meio da Portaria nº 389 de 09 de maio de 2013, destinado para alunos em vulnerabilidade social, indígenas e quilombolas que estão matriculados em instituições federais.
	2014	Plano Nacional da Educação para o decênio 2014/2024
	2016	Suspensão de novas inscrições para estudantes no Programa de Bolsa Permanência (PBP), exceto para os estudantes indígenas e quilombolas.

Fonte: Macedo (2017). Adaptado com base em Costa (2010), Kowalski (2012) e Back (2017).

A partir da cronologia da assistência estudantil no Brasil, é possível observar as características de cada fase de acordo com o momento histórico do país. É possível perceber que, inicialmente, a manutenção dos estudantes na universidade era restrita. Já na segunda fase, nota-se que através da democratização da educação, foram desenvolvidas ações significativas de apoio aos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica. E por fim, a partir da regulamentação da assistência estudantil, observa-se uma atenção maior com a inclusão dos

estudantes que não tinham acesso e permanência à educação superior, porém, se reconhece que ainda existem muitos desafios a serem enfrentados (KOWALSKI, 2012).

3.2 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFRPE

As primeiras ações de assistência estudantil na UFRPE foram realizadas pelo Departamento de Assistência Estudantil (DAE) e Núcleo de Educação Física e Desportos (NEFD). As atividades desenvolvidas pelo DAE e NEFD foram incorporadas à Pró-Reitoria de Gestão Estudantil (Progest), e o departamento e o núcleo foram extintos. A Progest, órgão executivo da administração geral, foi criada em 2006 através da Resolução nº185/2006 do Conselho Universitário (CONSU). Em julho de 2016, o artigo 2º dessa resolução, foi modificado pela Resolução nº080/2016 que alterou o nome da Pró-Reitoria de de Gestão Estudantil para Pró-Reitoria de Gestão Estudantil e Inclusão (Progesti), com o objetivo de ressaltar a promoção da inclusão dos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica da UFRPE.

A Progesti especifica como missão no seu artigo 1º da resolução nº237/2012:

incentivar, apoiar, orientar e acompanhar, de forma articulada com as demais Pró-Reitorias, Departamentos Acadêmicos, Departamentos Administrativos e Órgãos Suplementares, o estudante, em suas múltiplas demandas, no decorrer de sua trajetória Estudantil, sobretudo aqueles de vulnerabilidade sócio econômica, através de ações afirmativas de permanência nas áreas social, técnico-científica, cultural, política e esportiva (UFRPE, 2012).

Para viabilizar essa missão, a Pró-Reitoria apresenta em sua estrutura organizacional as seguintes coordenações:

- Coordenação de Apoio Psicossocial (COAP) que tem atuação no processo ensino-aprendizagem do estudante e conta com o apoio de profissionais da área de serviço social, pedagogia e psicologia;
- Coordenadoria de Ações Afirmativas e Permanência (CAAP) que tem finalidade de apoio ao estudante sendo responsável pela concessão de bolsas;

- Coordenadoria de Gestão de Alimentação e Restaurante Universitário (CGARU) que desenvolve ações de gerenciamento e supervisão do Restaurante Universitário e conta com equipe de nutricionista e economista doméstico;
- Coordenação de Residência Universitária atua no gerenciamento da moradia para os estudantes; e a
- Coordenadoria de Promoção da Saúde, Esporte, Lazer e Cultura (COPSELC) que atua no desenvolvimento de atividades de esportes, lazer e cultura.

Além das coordenadorias existentes nos campi avançados da UFRPE como:

- Coordenadoria de Gestão Estudantil da Unidade Acadêmica de Garanhuns (COGEST-UAG),
- Coordenadoria de Gestão Estudantil da Unidade Acadêmica de Serra Talhada (COGEST-UAST) e o
- Serviço Social na Unidade Acadêmica do Cabo de Santo Agostinho (UACSA).

O 2º artigo da resolução, ainda traz que à Progesti:

Compete ainda elaborar programas, projetos e convênios junto a instituições públicas e privadas visando à obtenção de recursos que permitam a implantação de ações afirmativas que visem o bem estar da comunidade estudantil da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE, 2012).

No âmbito da política de assistência estudantil da UFRPE, são desenvolvidos programas e ações com o objetivo de ampliar o acesso e permanência no ensino superior através do atendimento aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. São oferecidos programas nas modalidades de apoio ao discente, apoio à gestante, apoio ao ingressante, residência, promoção de esportes e incentivo à cultura. Os estudantes beneficiados pela assistência estudantil devem atender aos critérios estabelecidos pelo Pnaes, estar regularmente matriculados no semestre vigente em curso de graduação, concluir o curso dentro do prazo estabelecido pelas normas da UFRPE, estar em situação de vulnerabilidade socioeconômica - que significa possuir renda familiar de até um salário mínimo e

meio - além de atender às exigências específicas de cada programa. A seleção desses estudantes é realizada por assistentes sociais que desenvolvem a análise socioeconômica por meio da comprovação da documentação e entrevista social levando em consideração fatores como: renda familiar bruta mensal, número de pessoas do grupo familiar, despesas com moradia e transporte, doenças do grupo familiar, bens patrimoniais do grupo familiar, além de outras condições observadas em conformidade com a política de Assistência Social. De acordo com Back (2017, p. 79), “a situação de vulnerabilidade socioeconômica não se reduz à renda, mas a um conjunto de situações que se expressa pela ausência de direitos, falta de oportunidades, acesso às políticas sociais e outros fatores”.

O programa de Apoio ao Ingressante (PAI) é voltado aos discentes ingressantes em cursos de graduação presencial da UFRPE, em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Sua duração era de três meses, e a partir do ano de 2017, passou a ter seis meses de duração. O PAI possui duas modalidades de Bolsas de Apoio Estudantil: Bolsa tipo A (R\$ 120) e Bolsa tipo B (R\$90). A bolsa tipo A atende aos discentes cuja família reside no local diferente de onde funciona o curso, bem como na zona rural. A bolsa tipo B atende aos discentes domiciliados na cidade onde funciona o curso. A resolução em vigência que define as normas para a concessão da bolsa do PAI é a de nº023/2017 do Conselho Universitário (CONSU).. Um fato que chama a atenção é que esse programa não vem apresentando 100% de adesão dos estudantes, sobrando vagas em todas as seleções. Essa informação consta no Relatório de Gestão do ano de 2016 da Progesti/UFRPE. Diante dessa situação, pode-se inferir que a divulgação desse programa está sendo ineficiente, pois a quantidade de ingressantes inscritos tem sido baixa desde a implementação do programa em 2013.

O Programa de Apoio ao Discente (PAD) é voltado aos discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica matriculados em cursos de graduação presencial da UFRPE, e tem a vigência do período regular do curso do estudante. O PAD possui três modalidades: auxílio transporte, auxílio alimentação e apoio acadêmico. As modalidades das bolsas são definidas de acordo com critérios socioeconômicos, tendo em vista que as bolsas têm valores diferenciados entre si.

Na unidade da Sede (Campus Dois Irmãos), o auxílio alimentação é substituído pelo Restaurante Universitário (RU). A resolução em vigência que define

as normas de concessão da bolsa do PAD é a de nº 021/2017 do CONSU, a qual especifica em seus artigos nº10, o período de permanência do estudante no programa que é relativo ao período de duração média do curso. Nos artigos nº11 e 12, pode-se observar as normas de permanência do estudante, que estão condicionadas ao seu desempenho acadêmico como: não obter 100% de reprovação por nota ou falta, não apresentar reprovação no estágio obrigatório, ser aprovado em 100% quando estiver cursando 3 disciplinas, receber acompanhamento se obtiver mais de 50% de reprovação no semestre, além de definir que, os estudantes reincidentes em reprovação serão desligados do programa.

O programa de Apoio à Gestante (PAG) tem como objetivo promover a permanência das discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e que tenham filho após ingressarem em curso de graduação presencial. É concedido à estudante um auxílio até que o seu filho complete 3 anos e 11 meses. A resolução em vigência que define as normas de concessão da bolsa do PAG é a nº 112/2014 do CONSU.

O programa de Residência Universitária (PRUG) é voltado aos estudantes de graduação matriculados na UFRPE em situação de vulnerabilidade socioeconômica e residentes fora da área metropolitana de Recife, e no caso das Residências Universitárias das Unidades Acadêmicas, fora da zona urbana dos respectivos municípios, oferecendo-lhe condições que assegurem sua permanência durante o curso de graduação. O tempo de duração do programa é o prazo médio estabelecido pela UFRPE para a duração do respectivo curso, no qual o estudante estava vinculado no ato de sua admissão à residência universitária, mais um semestre. O aluno beneficiado pelo PRUG tem direito ao auxílio manutenção. A resolução em vigência que define as normas de concessão da bolsa do PRUG é a nº 108/2016 do CONSU. Nessa resolução são apresentados os critérios de seleção, permanência, direitos e deveres do residente, irregularidades e penalidades, gestão da residência, diretoria da residência e assembleia dos residentes. As normas para a concessão do auxílio manutenção dos residentes estão definidas na resolução de nº 027/2017 do CONSU.

O programa de Promoção ao Esporte (PPE) tem como finalidade apoiar e incentivar os estudantes à prática e ao treinamento esportivo. O programa é

oferecido através do auxílio atleta, aos estudantes de graduação presencial regularmente matriculados, em situação de vulnerabilidade socioeconômica, e que apresentam habilidades esportivas. A duração do auxílio atleta é de um ano, podendo ser renovado por mais um ano. As normas para a concessão do auxílio atleta estão definidas na resolução de nº 109/2017 do CEPE. Ressalta-se que antes da criação deste programa, existiam ações de esportes e eram concedidas bolsas aos estudantes com habilidades esportivas, independentes da situação socioeconômica. A primeira seleção de estudantes para o PPE através do recorte social, foi realizada no segundo semestre de 2017.

O programa de Incentivo à Cultura (PIC) tem por objetivo promover a inclusão cultural dos estudantes que apresentam aptidão musical, prioritariamente, em situação de vulnerabilidade socioeconômica. As normas de concessão do programa estão definidas na resolução de nº 204/2015 do CEPE. É importante destacar que antes da criação do programa, a ação de promoção à cultura era chamada de “Bolsa Coral Universitário”, e era concedida aos estudantes com aptidão musical sem a observância do critério socioeconômico. A implementação do programa através do recorte social se deu em 2016. Em 2017, não houve edital para seleção e não existem mais estudantes beneficiados por este programa. Embora, o programa se encontre inativo, ele ainda faz parte das informações existentes no site da Progesti.

É importante esclarecer que as verbas destinadas à assistência estudantil oriundas do Pnaes, tem como objetivo custear exclusivamente os programas de auxílio aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Entretanto, percebe-se que essa exclusividade só foi considerada a partir do ano de 2016. Conseqüentemente, estudantes fora do perfil de vulnerabilidade socioeconômica foram beneficiados com recursos do Pnaes na UFRPE.

O quantitativo de estudantes beneficiados pelos programas de assistência estudantil desenvolvidos pela UFRPE é modificado por semestre, pois a cada período letivo é feita seleção para os programas, além dos estudantes que se formam. O quantitativo especificado na tabela 3 abaixo é referente ao mês de junho de 2017 do campus Sede, e não inclui os programas de Promoção ao Esporte e Incentivo à Cultura, pois esses programas não foram incluídos nessa pesquisa devido à recente implementação.

Tabela 3 - Quantitativo de estudantes beneficiados pelos programas de assistência estudantil.

Mês	Programa				
	Apoio ao Ingressante	Apoio ao Discente (apoio acadêmico)	Apoio ao Discente (transporte)	Apoio à Gestante	Residência Universitária
Jun/2017	85	185	334	12	162
Total de estudantes: 778					

Fonte: Macedo (2017). Elaborado a partir de dados disponibilizados pela Pró-Reitoria de Gestão Estudantil e Inclusão (2017).

Além desses programas, são desenvolvidas no campus Sede, ações como: De volta ao lar; Hospeda Rural; Restaurante Universitário; Apoio à participação em eventos científicos e/ou acadêmicos, Acessibilidade, Programa Bolsa Permanência (PBP) do MEC e os Acompanhamentos pedagógico, psicológico e social dos estudantes.

O programa de Volta ao Lar tem por objetivo promover a motivação do estudante através de ajuda de custo semestral para que possam visitar os familiares durante o recesso escolar. A resolução que define as normas para a concessão desse programa era a de nº 228/2013 do CEPE que foi alterada pela de nº 005/2018, que estabelece as normas para a solicitação da ajuda de custo.

O programa Hospeda Rural tem a finalidade de contribuir com a inclusão do estudante estrangeiro, aprimoramento da língua, acesso à cultura e a troca de conhecimentos entre os estudantes. É liberado um auxílio recepção/hospedagem para o aluno de graduação da UFRPE que recebe alunos estrangeiros em sua residência, através da Cooperação Internacional. Em 2015 e 2016, não houve candidatos para esse programa. A resolução que define as normas de concessão para esse auxílio é a de nº 081/2012 do CEPE.

O campus Sede dispõe de um Restaurante Universitário (RU) que oferece aos estudantes almoço a R\$ 2,00 e jantar a R\$1,50. De acordo com os dados do Relatório de Gestão do ano de 2016, o restaurante ofereceu cerca de 37.889 refeições no ano de 2016. As refeições do restaurante são supervisionadas por um nutricionista e uma economista doméstica. Na tabela 4 abaixo, é possível verificar a média de refeições oferecidas entre os anos de 2012 a 2016.

Tabela 4 - Média de Refeições oferecidas pelo Restaurante Universitário entre os anos 2012 a 2016.

Período	REFEIÇÕES
	ALMOÇO/JANTAR
Ano 2016	37.889
Ano 2015	40.745
Ano 2014	34.440
Ano 2013	21.252
Ano 2012	11.689

Fonte: Pró-Reitoria de Gestão Estudantil e Inclusão (2017). Relatório de Gestão 2016.

O apoio à participação em eventos científicos e/ou acadêmicos é uma ação que tem a finalidade de incentivar os estudantes a participarem de atividades acadêmicas e/ou científicas através de ajuda de custo. A resolução que define as normas para a concessão dessa ajuda de custo é a de nº 188/2012 CEPE.

A acessibilidade é desenvolvida pelo Núcleo de Acessibilidade (Naces) da UFRPE, e tem por objetivo implementar as políticas de acesso aos estudantes com deficiência através da resolução nº 172/2013 do CONSU. O Naces, através do Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir), recebeu recurso do PNAES para o desenvolvimento de ações relativas ao acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação. Em 2016, a UFRPE realizou a aquisição de material de tecnologia assistiva que consistiu em scanner de voz e calculadoras com telas ampliadas.

A UFRPE também dispõe do Programa Bolsa Permanência (PBP) para estudantes indígenas e quilombolas, instituído em 2013 pelo MEC através da portaria de nº389, que dispõe de objetivos, participantes e suas competências, e normas para a concessão das bolsas.

Podem-se destacar ainda, algumas ações que visam estabelecer condições de permanência ao estudante como: acompanhamento pedagógico, psicológico e social dos estudantes feitos por profissionais especializados com formação em pedagogia, psicologia e serviço social.

O acompanhamento pedagógico é realizado por uma profissional com formação em Pedagogia, e consiste em: identificação das causas do baixo desempenho acadêmico, orientações de gestão de tempo e estudos, orientação profissional, encaminhamentos aos setores de Psicologia e Serviço Social. De

acordo com as resoluções de cada programa, existem critérios de permanência para o estudante que dependem do seu desempenho acadêmico. Então, se o estudante apresenta baixo desempenho acadêmico, é oferecida a ele a possibilidade de fazer esse acompanhamento pedagógico que também pode ser feito pelos estudantes que não apresentam baixo desempenho, porém não existem informações que deem publicidade a este serviço, e nem que ele pode ser disponibilizado para todos os estudantes.

O acompanhamento psicológico é desenvolvido por um profissional com formação em Psicologia, que faz atendimentos semanais com os estudantes que são encaminhados/orientados ao setor e/ou por demanda espontânea. Além disso, é oferecido o atendimento social que é realizado por duas profissionais com formação em Serviço Social, que realizam os processos de seleção dos estudantes inscritos nos programas e também fazem atendimentos com os estudantes em geral. É possível observar, que o quantitativo de profissionais está abaixo do que deveria ser oferecido aos discentes, quando comparado à quantidade de estudantes que são beneficiados pela assistência estudantil.

Todas essas ações desenvolvidas pela Progesti estão baseadas na legislação que rege a política de assistência estudantil no Brasil, a Portaria Normativa nº39/2007 e o Decreto nº7.234/2010, que instituem o Pnaes. O Programa destaca que as ações da assistência estudantil devem ser desenvolvidas nas áreas de moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. As ações desenvolvidas pela assistência estudantil da UFRPE estão em consonância com o Pnaes, no sentido de proporcionar aos discentes as condições básicas para sua inclusão e permanência na universidade. Entretanto, observa-se a ausência de ações na área de atenção à saúde e inclusão digital, assim como, a recente implementação de ações de esportes e cultura para os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. No quadro 3 abaixo, é possível verificar os programas, ações e normativas existentes na UFRPE de acordo com as áreas estipuladas no Pnaes.

Quadro 3 - Programas, ações e normativas da assistência estudantil da UFRPE de acordo com as áreas do Pnaes.

ÁREA PNAES	PROGRAMAS E AÇÕES DA UFRPE	NORMATIVA
Moradia Estudantil	PRUG	Resolução nº 108/2016 Resolução nº 027/2017 – auxílio alimentação
Alimentação	Restaurante Universitário	X
Transporte	PAD	Resolução nº 021/2017
Atenção à Saúde	X	X
Inclusão Digital	X	X
Cultura	PIC	Resolução nº 204/2015
Esporte	PPE	Resolução nº 109/2017
Creche	PAG	Resolução nº 112/2014
Apoio Pedagógico	Serviços de Pedagogia, Psicologia e Serviço Social	X
Acesso, Participação e Aprendizagem de Estudantes com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades e Superdotação	Ações desenvolvidas pelo Naces, a partir do Programa Incluir do MEC	Resolução nº 172/2013

Fonte: Macedo (2017). Com base em Back (2017).

No relatório de gestão referente ao ano de 2016 e publicado na página da Pró-Reitoria, encontram-se dados referentes ao quantitativo de beneficiados nos anos de 2012 a 2016. Observa-se um aumento crescente de ingressantes nesses programas como pode ser visto nas tabelas 5 e 6 abaixo, o que resultou na ampliação do número de vagas nos programas oferecidos e no volume financeiro destinado à assistência estudantil.

Tabela 5 - Quantitativo de bolsas e auxílios dos programas PAD, PRUG e PAG durante os anos 2012 a 2016.

Período	Campus Sede (Dois Irmãos)		TOTAL
	Jan - Jun	Jul - Dez	
2016	651	712	1.363
2015	652,1	673	1.325,1
2014	439,6	487,4	927

2013	338	398	736
2012	353	315,6	668,6

Fonte: Macedo (2017). Adaptado a partir dos dados do Relatório de Gestão da Progesti/UFRPE do ano 2016.

Tabela 6 - Progressão dos Recursos do PNAES destinados à UFRPE para Assistência ao Estudante do Ensino Superior

ANO	VALOR
2012	6.073.261
2013	7.817.636
2014	9.991.219
2015	10.585.081
2016	11.671.357
2017	11.333.921

Fonte: Macedo (2017). Elaborado a partir dos dados das Leis Orçamentárias dos anos de 2012 a 2017.

A partir das informações expostas nas tabelas acima, é possível constatar um aumento significativo dos recursos destinados à assistência estudantil da UFRPE, porém verifica-se uma redução da taxa de crescimento no período compreendido entre 2016 e 2017. Vale lembrar que em 2016, houve a aprovação da Emenda Constitucional nº95, que estabeleceu um regime fiscal que limita os gastos públicos por 20 anos, o que provavelmente resultará no retrocesso da garantia dos direitos sociais como educação, saúde, previdência e assistência social. Quanto aos recursos do Pnaes destinados às Ifes, Back (2017) pondera que:

os investimentos expressos não podem ser configurados como ideal para o desenvolvimento das ações a que o Pnaes se propõe, uma vez que o financiamento limitado acaba por acentuar a focalização e a seletividade da assistência estudantil, atendendo somente a grupos específicos que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica (BACK, 2017, p. 71).

Portanto, com a institucionalização do limite dos gastos públicos, prevê-se um cenário desfavorável quanto ao futuro das políticas de educação superior, entre elas a assistência estudantil.

A partir desse levantamento histórico, espera-se ter construído o quadro referencial para embasar as etapas subsequentes desta pesquisa, principalmente àquelas voltadas à análise e interpretação dos resultados obtidos, haja vista as

múltiplas facetas que envolvem o conceito de política pública educacional e seus desdobramentos no ensino superior e na assistência estudantil.

4 O ESTUDANTE DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UFRPE E SUA AVALIAÇÃO SOBRE A POLÍTICA

A presente seção apresenta a primeira parte dos resultados e discussão da pesquisa empírica, a qual caracteriza os estudantes da assistência estudantil da UFRPE envolvidos no enfoque quantitativo da metodologia por meio dos dados dos questionários, e discute a sua avaliação sobre a política de assistência estudantil da UFRPE analisando a importância atribuída à política. A seção está estruturada em duas subseções de acordo com os eixos temáticos do questionário aplicado.

4.1 O PERFIL DO ESTUDANTE DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UFRPE

Acerca do perfil dos estudantes participantes da pesquisa a partir do questionário, foram levantadas informações relevantes que contribuíram para a análise dos dados. O primeiro eixo das questões teve como objetivo caracterizar os estudantes beneficiados identificando o seu perfil.

Dos estudantes beneficiados pela assistência estudantil da UFRPE que responderam ao questionário, 53,66% é do sexo feminino. Esses dados estão em conformidade com os dados gerais sobre o ensino superior no país, desenvolvidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Segundo o Inep (2015), o número de ingressantes mulheres na educação superior no ano de 2015 é de 53,9%.

Nessa perspectiva, Leta (2003) considera que a partir da década de 1980, com a expansão de instituições de ensino superior tanto pública quanto privada, aconteceu o que a autora denominou de evolução do número de mulheres matriculadas no ensino superior. Para esta autora:

é evidente a mudança na universidade brasileira no que diz respeito à frequência de mulheres: diferente de algumas poucas décadas atrás, elas hoje são a maioria em boa parte dos cursos de graduação do país (LETA, 2003, p. 274).

Os estudantes, em sua maioria, possuem estado civil como solteiro, alcançando o percentual de 81,71%. Esse alto percentual pode ser justificado pelo número elevado de estudantes com faixa etária entre 18 a 21 anos que soma

46,34% do total de estudantes da pesquisa. Quando cruzados esses dados, a pesquisa aponta que 41,46% dos estudantes com 18 a 21 anos são solteiros.

Segundo os dados da pesquisa do ano de 2015, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do total de estudantes na faixa entre 18 e 24 anos, parcela de 32,9% frequentava o Ensino Superior em 2004. Em 2014, dos estudantes dessa mesma faixa etária, 58,5% estavam na faculdade. É um salto de mais de 30 pontos percentuais que representam um dado significativo e mostra que há uma forte tendência de democratização no acesso ao ensino superior. Em contrapartida, o último Censo da Educação Superior divulgado no segundo semestre de 2017 pelo MEC e Inep, apresenta que houve uma diminuição no crescimento das matrículas no ensino superior se comparada aos últimos anos, porém essa diminuição se deu na rede privada, já na rede pública, percebe-se um aumento nesse número como podemos observar na Tabela 7 abaixo.

Tabela 7 - Número total de matrículas no ensino superior no Brasil (2012 a 2016).

ANO	Pública	Privada	TOTAL
2012	1.897.376	5.140.312	7.037.688
2013	1.932.527	5.373.450	7.305.977
2014	1.961.002	5.867.011	7.828.013
2015	1.952.145	6.075.152	8.027.297
2016	1.990.078	6.058.623	8.048.701

Fonte: Macedo (2017). Elaborada a partir dos dados do MEC/Inep.

Até o ano de 2010, a predominância das matrículas no ensino superior era do setor privado. Entretanto, essa queda do número de matrícula observada em 2016 pode ter sido consequência da crise econômica e desemprego gerados no atual contexto socioeconômico e político enfrentado no país, causando impactos nesses resultados.

Em relação aos estudantes atendidos pela assistência estudantil, observa-se que os cursos que apresentaram maior quantidade de estudantes foram: Agronomia, Licenciatura Plena em Ciências Biológicas e Bacharelado em Ciências Biológicas. Os cursos que apresentaram menor quantidade de discentes foram: Bacharelado em Ciências Econômicas e Bacharelado em Sistemas de Informação. Quanto à escolha do curso superior, Nogueira (2007) esclarece que as pesquisas sobre o assunto vêm apontando que a distribuição dos indivíduos nos cursos superiores está

estatisticamente ligada às suas características sociais, perfil acadêmico, etnia, sexo e idade. E também que, existe um processo de auto seleção complexo na escolha do curso superior.

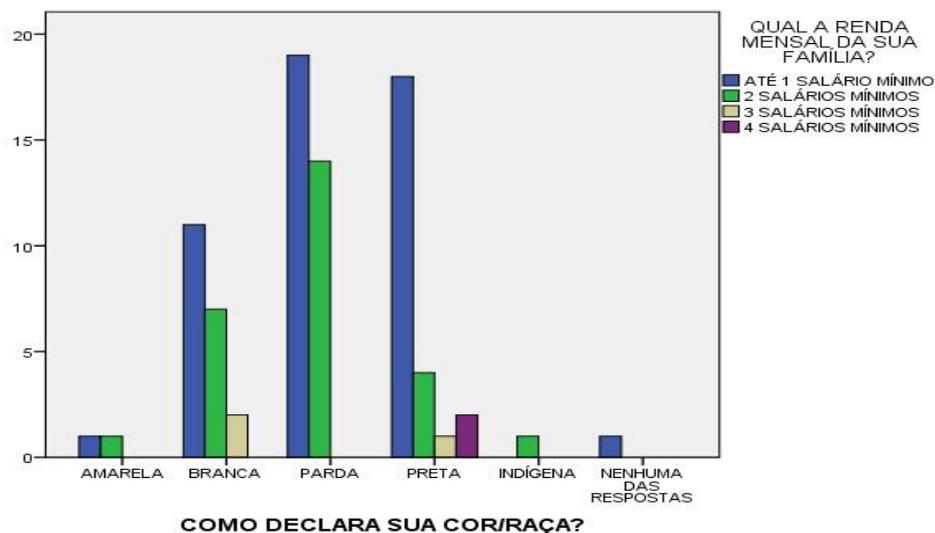
No que diz respeito à forma de ingresso, 91,46% dos estudantes pesquisados ingressou na universidade pelo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Atualmente, o ENEM é a principal forma de ingresso no ensino superior, principalmente a partir de 2009, quando o MEC criou o Sisu oferecendo a possibilidade dos estudantes fazerem suas opções de inscrições de acordo com as vagas ofertadas nas universidades participantes desse sistema. Quanto ao tipo de escola que o estudante realizou o ensino médio, verificou-se que 85,37% cursou o ensino médio em escola pública.

Quanto à cor e raça, 40,24% dos estudantes declaram-se pardos, 30,49% pretos, 24,39% brancos, 2,4% amarelos, 1,2% indígenas e 1,2% nenhuma das respostas. Quanto à essa questão, dados do relatório “Desigualdades de Cor/Raça e Sexo entre pessoas que frequentam e titulados na pós-graduação brasileira: 2000 e 2010” desenvolvidos pela Fundação Carlos Chagas (FCC), apontam que a diminuição dos que se autodeclararam brancos na população geral entre os censos de 2000 e 2010 é compensada pela ampliação dos que se declararam pretos e pardos. De acordo com a Síntese dos Indicadores Sociais realizada pelo IBGE em 2004, 16,7% dos estudantes pretos ou pardos tinham acesso ao ensino superior, enquanto que os estudantes brancos eram 47,2%. Já em 2014, os alunos pretos ou pardos eram 45,5%, e os brancos eram 71,4%. Apesar da grande diferença percentual, nota-se que o aumento da população negra na universidade foi mais significativo nesse período. Um dos fatores que pode explicar esse aumento se deve à adoção de políticas de ação afirmativa nos últimos anos objetivando a diminuição da desigualdade social entre brancos, negros e indígenas. Quanto a essa questão, a Andifes está iniciando em 2018, a quinta edição da Pesquisa do Perfil Socioeconômico dos Estudantes das Universidades Federais. Como discutido anteriormente na seção destinada à política pública de assistência estudantil, esses estudos vem apresentando uma significativa mudança no perfil dos estudantes de graduação das universidades públicas no Brasil, principalmente, a partir da adoção do ENEM como forma de acesso e da implementação da Lei de Cotas. Os dados tem revelado que negros e pardos juntos correspondem a 47,5% do total de

estudantes das instituições brasileiras de ensino superior público, e que dois terços desses estudantes são oriundos de famílias com renda mensal de até um salário mínimo e meio (ANDIFES, 2018).

A maioria dos estudantes pesquisados, 29,27% possuem 4 moradores em casa, 24,39% tem 3 pessoas, 19,51% tem 2 pessoas, 13,41% tem 5 pessoas, 8,54% tem 6 pessoas, 2,4% tem 1 pessoa, 1,2% tem 8 pessoas e 1,2% tem 9 pessoas. Já quanto à renda mensal da família, 60,98% tem renda mensal de até 1 salário mínimo, estando abaixo do limite estipulado pelo PNAES que é de um salário mínimo e meio. Seguido de 32,93% com renda de 2 salários mínimos, 3,7% tem 3 salários e 2,4% tem 4 salários mínimos. Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), o salário mínimo necessário para atender às necessidades de uma família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social - como prevê a Constituição Federal de 1988 - sendo essa família composta por dois adultos e duas crianças, deveria ser, no mês de abril de 2017, de R\$ 3.899,66, valor 4,07 vezes maior do que o salário em vigor de R\$ 937,00 para dar conta das necessidades básicas de uma família (DIEESE, 2017). No gráfico 1 abaixo é possível verificar a relação entre raça e renda nos resultados da pesquisa realizada na assistência estudantil da UFRPE.

Gráfico 1 - Relação entre raça e renda dos estudantes da assistência estudantil da UFRPE.



Fonte: Macedo (2017).

De acordo com o cruzamento das informações expostas no gráfico 1 acima, é possível perceber que negros e pardos com renda familiar de até um salário mínimo, aparecem em maior quantidade nos resultados da pesquisa. De acordo com Gentili (2009), “um pouco mais de 200 milhões de latino-americanos são pobres e indigentes e, entre os pobres e indigentes, os que sofrem essa condição de forma mais intensa são os negros e indígenas” (GENTILI, 2009, p. 1066). Dessa forma, é possível perceber que a maioria dos pesquisados vive com uma renda muito abaixo do salário necessário para o atendimento das suas necessidades básicas, inclusive, abaixo também do critério de renda estipulado pelo PNAES. Portanto, é um cenário que repercute no contexto educacional, pois:

toda situação de pobreza estrutural ou de intensificação desta, inevitavelmente, exercerá impacto sobre o sistema escolar, questionando, interferindo e fragilizando as condições para o exercício do direito à educação (GENTILI, 2009, p. 1065).

Quanto aos programas, a maioria dos estudantes 54,9%, é beneficiada pelo programa de Apoio ao Discente (modalidade transporte). Seguidos de 26,8% do programa de Apoio ao Discente (modalidade apoio acadêmico) e 18,3% do programa de Residência Universitária. O programa de Apoio à Gestante não obteve representatividade nesta pesquisa. Justifica-se a maior quantidade de estudantes no programa de Apoio ao Discente (modalidade transporte), devido à sua elevada oferta de vagas e menor valor do auxílio em comparação aos outros programas.

Quanto ao tempo que faz parte dos programas da assistência estudantil, a maioria dos pesquisados com 36,6% está no programa entre 7 a 12 meses, seguido de 22% que faz parte entre 13 a 18 meses. Somando os percentuais acima dos 13 meses, percebe-se que 57,3% a maioria dos estudantes pesquisados, está na assistência estudantil há pelo menos mais de um ano. Portanto, são pessoas que tem uma vivência razoável dentro da política estudada como mostra a tabela 8 abaixo.

Tabela 8 - Tempo no programa de assistência estudantil da UFRPE.

Tempo que faz parte do programa	%
Até 6 meses	6,1
7 a 12 meses	36,6
13 a 18 meses	22,0

19 a 24 meses	11,0
25 a 30 meses	7,3
31 a 36 meses	8,5
Mais que 37 meses	8,5
Total	100,0

Fonte: Macedo (2017).

4.2 AVALIAÇÃO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UFRPE PELO ESTUDANTE BENEFICIADO

O segundo eixo das questões teve como objetivo analisar a avaliação dos estudantes beneficiados sobre a política de assistência estudantil e sua influência na permanência desse estudante na universidade, assim como, o atendimento das suas necessidades acadêmicas. No que diz respeito à contribuição da assistência estudantil para a permanência do estudante na universidade, 84,1% dos pesquisados afirmaram que a assistência estudantil da UFRPE contribui muito para a sua permanência na universidade. Esse dado revela a importância da política para a permanência da maioria dos estudantes com baixa renda.

Com relação à avaliação da política de assistência estudantil da UFRPE pelos estudantes pesquisados, a maioria 47,6% respondeu que considera a política boa, seguido de 28% muito boa e 20,7% aceitável. Esse resultado evidencia que a grande maioria avalia positivamente a política.

Quando perguntado sobre como concluiria o curso caso perdesse o benefício da assistência estudantil, 48,8% dos pesquisados responderam que desistiriam do curso, seguido de 41,5% que buscariam outra fonte de renda e 24,4% que buscariam ajuda da família. Esse dado revela que o benefício é determinante para a permanência desses estudantes, e também, corrobora a questão referente à contribuição para a permanência, revelando a importância da política para a permanência do aluno na universidade e conclusão do curso.

A questão relativa à prioridade no uso da bolsa/auxílio revela que a maioria 89,9% utiliza o benefício com transporte, seguido de 67,1% com alimentação, 56,1% com despesas de formação universitária, 36,6% com higiene pessoal e 28,8% com ajuda familiar. Esses dados mostram que alguns estudantes utilizam o benefício para suprir outras necessidades, revelando além das dificuldades enfrentadas no cotidiano acadêmico, dificuldades vivenciadas no cotidiano familiar. Pode-se dizer

que a realidade social experimentada pelos estudantes da UFRPE é resultado do contexto socioeconômico e político apresentado atualmente pelos trabalhadores no Brasil, e que exige para seu enfrentamento, um investimento em políticas de trabalho e renda. Pode-se observar na tabela 9 abaixo as prioridades dos beneficiados no uso do valor da bolsa/auxílio, levando em consideração que essa questão é estimulada e de múltiplas respostas gerando percentuais que podem ultrapassar os 100%.

Tabela 9 - Prioridade no uso do valor da bolsa/auxílio.

Qual (is) a(s) sua (s) prioridade(s) no uso do valor da bolsa/auxílio que você recebe?	%
Alimentação	67,1
Moradia	9,8
Transporte	89,9
Higiene pessoal	36,6
Ajuda familiar	28,8
Gastos relacionados à formação universitária	56,1
Saúde	1,2

Fonte: Macedo (2017).

Quando questionados se possuíam outra fonte de renda, 61% afirmaram não ter outra fonte de renda, seguidos de 18,3% com estágio remunerado e 11% com ajuda da família. Portanto, a maioria dos estudantes pesquisados possui apenas o benefício da assistência estudantil para continuar e concluir os estudos na universidade.

Na questão que pergunta se o benefício é suficiente para suprir as necessidades acadêmicas dos estudantes, 43,9% respondeu às vezes, seguido de 32,9% que respondeu nunca e 23,2% que respondeu geralmente. É possível observar que a política contribui para a permanência e conclusão dos estudos na universidade, mas possui fragilidades, visto que se apresenta como insuficiente no que diz respeito ao valor dos benefícios. Na tabela 10 abaixo, pode-se observar a evolução do reajuste dos benefícios da assistência estudantil da UFRPE.

Tabela 10 - Reajuste dos benefícios da assistência estudantil da UFRPE no período de 2012 a 2016.

BOLSAS/AUXÍLIOS	PERÍODO/VALORES (R\$)				
	2012	2013	2014	2015	2016
Apoio acadêmico	290,00	290,00	320,00	320,00	345,00
Bolsa de Informática	290,00	290,00	320,00	320,00	--
Bolsa Coral	290,00	290,00	320,00	320,00	345,00
Auxílio Alimentação	85,00	85,00	105,00	105,00	120,00
Auxílio Creche	--	--	--	320,00	345,00
Auxílio Creche 50%	--	--	--	160,00	172,50
Auxílio Transporte	60,00	60,00	75,00	75,00	90,00
Auxílio Manutenção	345,00	345,00	380,00	380,00	410,00
Auxílio Moradia	280,00	280,00	310,00	310,00	335,00

Fonte: Progesti (2016). Relatório de Gestão.

Diante da tabela acima, pode-se verificar que no período compreendido entre 2012 a 2013, não houve aumento nos benefícios. Em 2014, houve um aumento entre 15 reais a 35 reais. E em 2016, constata-se um aumento entre 15 reais a 30 reais. Considera-se irrelevante o aumento do valor benefício diante das necessidades dos estudantes. É importante destacar que a bolsa de informática era uma ação que tinha como público estudantes selecionados por professores para exercer contrapartida nos laboratórios de informática da universidade e existiu até o ano de 2016. E a bolsa coral era uma ação de cultura destinada aos estudantes com aptidão musical independente do perfil socioeconômico. Tanto a bolsa informática, como a bolsa coral, não previa o critério socioeconômico nas seleções e eram pagas com o recurso Pnaes até o ano de 2016, quando a bolsa informática foi extinta, e a bolsa coral passou a ser concedida através de editais de seleção apresentando o perfil socioeconômico como um dos critérios de seleção.

No que diz respeito às dificuldades na realização dos estudos, 59,8% responderam que possuem dificuldades que interferem na vida acadêmica. Ao responder sobre essas dificuldades, 42,7% dos estudantes pesquisados atribuíram como obstáculo a dificuldade financeira, seguido de 25,6% como dificuldades de aprendizagem, 23,2% como metodologia do docente e 15,9% como problema pessoal. Pode-se perceber que a questão financeira perpassa por todas as esferas, e é crucial e determinante para um bom desempenho acadêmico. Na tabela 11

abaixo é possível observar os dados referentes às dificuldades na realização dos estudos, levando em consideração que essa questão é estimulada e de múltiplas respostas gerando percentuais que podem ultrapassar os 100%.

Tabela 11 - Dificuldades na realização dos estudos.

Quais as suas dificuldades na realização dos seus estudos	%
Saúde	2,4
Problemas pessoais	15,9
Relacionamento social/interpessoal	6,1
Dificuldades financeiras	42,7
Trabalho	6,1
Metodologia docente	23,2
Dificuldades de aprendizagem	25,6
Outras	3,6

Fonte: Macedo (2017).

Quando questionados se a assistência estudantil desenvolve ações que ajudam nas suas dificuldades acadêmicas, 28% dos pesquisados responderam geralmente, seguido de 24,4% às vezes, 20,7% nunca, 15,9% raramente e 11% sempre. Considera-se que parte significativa dos entrevistados, entende que a assistência estudantil da UFRPE possui fragilidades no que tange o desenvolvimento de ações que auxiliem os estudantes no seu desenvolvimento acadêmico.

Em relação à questão aberta do questionário, referente às ações desenvolvidas pela assistência estudantil que ajudam nas dificuldades acadêmicas, 25 estudantes responderam à questão. Dentre eles, 9 especificaram o Restaurante Universitário como ação, 8 o auxílio transporte, 7 a bolsa que recebem, 3 o serviço de psicologia, 2 o serviço de pedagogia e 2 o acompanhamento psicossocial. Por meio desses dados, pode-se inferir que a maioria dos estudantes percebe a alimentação, transporte e renda como um apoio para o seu desenvolvimento acadêmico, antes até de ações de apoio acadêmico, como o serviço de psicologia e pedagogia.

Na questão que diz respeito à opinião dos estudantes sobre promoção da igualdade social pela assistência estudantil, a maioria com 41,5% concorda em parte que a assistência estudantil promove a igualdade social, seguido de 39% que

concorda, 7,3% que discorda em parte dessa promoção, 6,1% indeciso e sem opinião e 6,1% que discorda. Através dos resultados, pode-se inferir que a política tem oportunizado a permanência, porém o estudante não tem se sentido inserido de forma integral e igualitária na universidade. Portanto, torna-se necessário mais do que democratização, é preciso garantir a esse estudante o direito à igualdade. Para Cury (2002):

A dialética entre o direito à igualdade e o direito à diferença na educação escolar como dever do Estado e direito do cidadão não é uma relação simples. De um lado, é preciso fazer a defesa da igualdade como princípio de cidadania, da modernidade e do republicanismo. A igualdade é o princípio tanto da não-discriminação quanto ela é o foco pelo qual homens lutaram para eliminar os privilégios de sangue, de etnia, de religião ou de crença. Ela ainda é o norte pelo qual as pessoas lutam para ir reduzindo as desigualdades e eliminando as diferenças discriminatórias. Mas isto não é fácil, já que a heterogeneidade é visível, é sensível e imediatamente perceptível, o que não ocorre com a igualdade. Logo, a relação entre a diferença e a heterogeneidade é mais direta e imediata do que a que se estabelece entre a igualdade e a diferença (CURY, 2002, p. 255).

Os dados referentes à questão de igualdade social revelam que a política parece não ter conseguido promover a igualdade social, e sim, vem abrاندando as desigualdades sociais. Dentro dessa perspectiva, Gentili (2009) esclarece que:

A inclusão é um processo democrático integral, que envolve a superação efetiva das condições políticas, econômicas, sociais e culturais que historicamente produzem a exclusão. Por esse motivo, indicadores de melhorias nas condições de acesso a um direito, assim como todo avanço na luta contra a alienação, segregação ou negação de oportunidades, embora sempre suponham grandes conquistas populares, podem não ser suficientes para consagrar o fim dos processos de exclusão historicamente produzidos e que condicionam ou negam esse direito. É apressado, portanto, considerar que um direito está consagrado simplesmente pela superação parcial das condições que o negavam no passado. Em outras palavras, a inclusão educacional é um processo que se constrói em oposição às forças e tendências que produziram e historicamente produzem a negação do direito à educação dos mais pobres e excluídos (GENTILI, 2009, p. 1063).

Quanto à política, pode-se concluir que “não consegue romper a estrutura verticalizada e desigual da sociedade. Melhoram as condições de vida de milhares de jovens, e isso é altamente positivo, porém não alteram radicalmente o panorama social polarizado” (DIAS SOBRINHO, 2011, p. 148).

5 O OLHAR SOBRE A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL PELO ESTUDANTE BENEFICIADO DA UFRPE

Esta seção desenvolverá a segunda parte dos resultados e discussão da pesquisa empírica, apresentando a caracterização do estudante beneficiado pela política de assistência estudantil da UFRPE que participou da pesquisa empírica por meio do enfoque qualitativo através de entrevistas semiestruturadas. Também, discutirá a avaliação da referida política pelos estudantes entrevistados, dando ênfase ao seu entendimento sobre a assistência estudantil da UFRPE, suas necessidades acadêmicas, suas condições de permanência e a importância e significados atribuídos à política. A seção está estruturada em três subseções de acordo com os temas desenvolvidos na entrevista.

5.1 PERCEPÇÃO E CONHECIMENTO SOBRE OS PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UFRPE

O primeiro tema desenvolvido refere-se à caracterização dos estudantes entrevistados, sua percepção e conhecimento acerca da política de assistência estudantil da UFRPE com os objetivos de traçar o perfil do aluno beneficiado e analisar a política a partir da percepção desses estudantes. Quanto à caracterização dos beneficiados, 4 (quatro) estudantes são do sexo feminino e 4 (quatro) do sexo masculino. Quanto ao curso dos discentes, 2 (dois) são de Economia Doméstica, 2 (dois) de Letras/ Espanhol, 1 (um) de Administração, 1 (um) de Licenciatura em Física, 1 (um) de Engenharia Florestal e 1 (um) de Ciências Sociais. Quanto à idade dos participantes, evidencia-se que elas variam de 19 a 25 anos, e três participantes possuem 29, 46 e 55 anos, respectivamente. Quanto ao tempo de permanência nos programas, critério selecionado para a escolha dos participantes da entrevista, percebe-se que 4 (quatro) estudantes fazem parte entre 8 meses a 1 ano, e 4 (quatro) alunos fazem parte entre 2 anos e 7 meses a 8 anos. É importante destacar que um dos entrevistados já faz parte da assistência estudantil há 9 (nove anos), que significam 18 (dezoito) semestres, tempo estimado para dois cursos com duração de 4 (quatro) anos e meio. Esse tempo elevado de permanência leva à questionamentos quanto ao acompanhamento desses estudantes, discussão que será abordada mais à frente.

Dessa forma, conhecendo algumas das características dos participantes da entrevista, a análise dos dados segue trazendo 3 (três) temas que foram utilizados para nortear as questões: a percepção e conhecimento dos programas de assistência estudantil, necessidades dos estudantes e a compreensão sobre as condições de permanência e conclusão do curso.

A análise sobre os dados da entrevista referentes ao primeiro questionamento do tema, a percepção e conhecimento dos programas de assistência estudantil, evidenciou o entendimento dos estudantes sobre a assistência estudantil e revelou que 7 (sete) estudantes, a maioria dos entrevistados, entendem a política como uma ajuda, conforme os destaques a seguir:

Entendo por ajuda que a instituição pode oferecer para o aluno, para que ele possa permanecer no curso (P2).

Eu acredito que é uma ajuda, um apoio. Em se tratando de assistência estudantil, é justamente esse apoio, essa ajuda que se dá a nós, estudantes, para podermos continuar na universidade, né? (P3).

Eu penso que é um programa que vem para atender os alunos da universidade que tem uma deficiência, no caso de residência, de locomoção, de alguma coisa, para garantir que ele possa estar dentro da instituição fazendo o curso dele tranquilo, sem ter a preocupação de estar voltando para o interior (P4).

Eu entendo que é um programa que busca auxiliar o aluno nessa questão de continuar a graduação, que tem um determinado valor que é para o aluno se manter mesmo dentro da universidade. Mas eu vejo mais como um ajuda da universidade para com o aluno (P5).

Todo o projeto da universidade para poder auxiliar a estadia do aluno durante o curso. Todo tipo de projeto que a universidade aplica, seja R.U ou essas outras bolsas de auxílio financeiro que ajudam o aluno na permanência e conclusão na universidade (P8).

A partir dos trechos acima é possível observar que os estudantes entendem a assistência estudantil como uma ajuda, auxílio, e destaca-se também, a percepção de 6 (seis) estudantes que mencionaram que a política também, é uma importante condição da sua permanência na universidade. Fazendo uma relação com os dados analisados da pesquisa quantitativa através do questionário, tem-se que 48,8% dos estudantes pesquisados desistiriam do curso caso perdessem o benefício da assistência estudantil. Esses dados revelam que a política tem se apresentado como determinante para a permanência na universidade de grande parte dos estudantes beneficiados.

Dando continuidade à análise dos dados em relação ao entendimento sobre a assistência estudantil, observa-se que a maioria dos entrevistados não entende a assistência estudantil como um direito. Sobre essa questão, Araújo (2003) considera que:

A discussão sobre a assistência estudantil é de grande relevância, o Brasil é um dos países em que se verifica as maiores taxas de desigualdade social, fato visível dentro da própria universidade, onde um grande número de alunos que venceram a difícil barreira do vestibular já ingressou em situação desfavorável frente aos demais, sem ter as mínimas condições socioeconômicas de iniciar, ou de permanecer nos cursos escolhidos. Além do que, percebemos que a assistência estudantil pode ser trabalhada sob diferentes perspectivas: de um lado como direito, e de outro, como investimento (ARAÚJO, 2003, p. 99).

Percebe-se que existe uma discussão sobre a assistência estudantil como direito ou investimento. Na opinião de Kowalski (2012):

A política pública, mesmo sendo formulada por um conjunto de diretrizes garantidas por lei e tendo a possibilidade de ser concretizada por meio dos serviços sociais com o intento de possibilitar e promover os direitos dos sujeitos, nem sempre é reivindicada como tal. Ainda há a concepção da não autenticidade da assistência estudantil prescrita como um direito, observando-se a percepção de caridade, generosidade e compaixão (KOWALSKI, 2012, p. 143).

Apenas um entrevistado cita a assistência estudantil como forma de assegurar os direitos dos alunos:

A importância da Progesti é assegurar algumas coisas que os alunos tem direito. Então, para o aluno é bem mais do que para a universidade. Para o aluno é ter essa oportunidade e seguir (P5).

Nessa perspectiva, Santos e Freitas (2014) esclarecem que:

Considera-se que o direito à educação deve ter sua concretização assegurada pelo Estado como seu dever e responsabilidade. Esta materialização se dá por meio da formulação de políticas públicas inclusivas, transversais e eficazes, que não se limitem a oportunizar o acesso, mas que representem possibilidades efetivas de permanência e aproveitamento nos diferentes níveis de ensino, oferecendo condições de transposição das barreiras que ocasionam os índices de evasão e retenção dos estudantes no ensino básico e superior (SANTOS e FREITAS, 2014, p. 184).

Cislaghi e Silva (2011) argumentam que:

A luta pela ampliação da educação pública em todos os níveis está associada à luta por medidas que garantam a permanência dos estudantes

desde o transporte, a alimentação e a moradia até suporte acadêmico, bibliotecas e laboratórios de informática. Independente de alguns avanços terem sido conquistados na ampliação de garantias materiais objetivas em algumas universidades e para alguns estudantes, não se pode perder de vista a perspectiva da universalidade na garantia da assistência estudantil como direito, a partir de equipamentos coletivos com a participação democrática dos estudantes na gestão, garantindo a autonomia universitária na utilização dos recursos e recursos suficientes para as necessidades locais. Abrir mão disso é cair no canto da sereia do neoliberalismo, ou como dito popularmente “se a farinha é pouca, meu pirão primeiro”, o que estrategicamente enfraquece a perspectiva de direito à educação e fortalece o discurso privatizante dos opositores da universidade pública (CISLAGHI e SILVA, 2011, p. 19).

Portanto, faz-se necessário esclarecer aos estudantes que para se ter igualdade de acesso e permanência na universidade, é preciso uma política de assistência estudantil que reduza os efeitos das desigualdades sociais e econômicas dos estudantes, portanto, deve ser vista como um direito que oferece condições de permanência e conclusão do curso de graduação.

Destaca-se ainda, a fala de um estudante que complementou a sua percepção sobre a assistência estudantil conforme a fala a seguir:

Querem que a gente permaneça e chegue a concluir o curso que a gente fez, né?! Não ter tanto número de evasão, quantidade de pessoas saindo (P3).

Por meio do trecho acima, verificou-se que há a ideia de que existe o interesse da universidade em diminuir o número de evasão dos estudantes. E também, pode-se perceber que a assistência estudantil é vista como garantia de permanência e conclusão do curso.

Na sequência, foi questionada a forma de conhecimento sobre a assistência estudantil da UFRPE. Quanto a essa questão, 5 (cinco) entrevistados afirmaram ter conhecido a política por colegas ou outra instituição, como pode ser observado nos trechos abaixo:

Como eu vim da Universidade Federal de Pernambuco, então eu já conhecia que a assistência estudantil porque tinham esses programas lá. E aí eu procurei saber se a Rural tinha também (P1).

Conheci através do meu professor de física no Pré-Vestibular e alguns amigos que já estudavam aqui e fizeram Pré-Vestibular comigo. Eles me passaram o site, os editais antigos para eu poder separar os documentos (P2).

Uma amiga minha que já estudava aqui, e ela também é do interior, me falou de alguns programas. Eu estava pensando como ia fazer para continuar o curso, aí ela me falou sobre esses programas (P3).

A gente entra cego e perdido na universidade. Tinham dois alunos que eram do curso de economia e outro de agronomia aqui, e que eram da minha cidade. Eles disseram que existia um programa que tinha a possibilidade de ingressar na residência estudantil, e a gente foi trabalhando em cima disso para tentar conseguir ingressar na residência. Então, eu conheci através deles que já eram residentes e alunos da universidade (P4).

Quando eu entrei, mediante a dificuldade, a gente vai conhecendo o ambiente acadêmico e escuta entre os alunos os comentários: “Olha, você sabia que pode pleitear uma bolsa?”. E eu não sabia (P7).

Apenas 3 (três) estudantes disseram ter conhecido a política dentro da própria universidade, conforme as falas a seguir:

Foi na aula inaugural, e após isso, eu saí procurando até encontrar a assistente social que me informou sobre a documentação (P5).

Assim que a gente entra no curso, tem a recepção e a gente recebe uns papéis e lá tem dizendo tudo. Eu fiquei sabendo dos auxílios que tem, aí já fui procurar saber na Progesti (P6).

Assim que eu entrei, os professores do curso deram uma aula de apresentação sobre a universidade, sobre o curso e informaram sobre todos os benefícios que a universidade disponibilizava. Porque o pessoal de Ciências Sociais quer que a gente participe de tudo que a universidade disponibiliza, até mesmo pelo próprio curso e para que a gente possa oferecer essas informações aos calouros (P8).

Diante dos extratos, é possível entender que a assistência estudantil é uma política desconhecida na sociedade e que as pessoas só tomam conhecimento da sua existência na universidade, e na maioria das vezes, por outros estudantes. Também, pode-se inferir que a UFRPE não tem feito uma boa divulgação dos seus programas e ações, pois a maioria dos entrevistados afirmou ter conhecido a política por colegas ou outra instituição, o que demonstra que existem falhas nessa divulgação que deveria ser de acesso e conhecimento de todos.

Dessa forma, a pesquisa empírica aponta a necessidade de planejamento e práticas mais eficazes de divulgação da política, seus programas e ações, principalmente, nos inícios de semestres que são os períodos onde os estudantes se sentem mais perdidos e preocupados em como se manter na universidade, como pode-se observar nas falas dos entrevistados. Por sua vez, é importante destacar que embora a política de assistência estudantil tenha sido institucionalizada em

2010, apenas no segundo semestre de 2017 que ela se tornou objeto de propagandas de televisão abordando sobre a sua existência e importância nas universidades, fazendo parte da estratégia de divulgação de trabalho e marketing do MEC sobre um programa criado e institucionalizado no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Ainda em referência ao primeiro tema, os entrevistados foram questionados quanto ao conhecimento dos programas oferecidos pela assistência estudantil da UFRPE. Quanto a essa questão, 5 (cinco) estudantes disseram conhecer alguns programas de assistência estudantil da UFRPE, conforme os trechos a seguir:

Dos que eu tenho conhecimento, além do que eu participo que é o de transporte, é o da alimentação, o da casa do estudante e o da ajuda financeira para livros. Infelizmente, tem muitos programas que a gente não está a par de tudo que a universidade oferece (P1).

Conheço o PAI, o PAD, a residência. Sei que existe o auxílio alimentação para quem é de Serra Talhada (P2).

Eu conheço alguns. Não vou falar que eu conheço tudo. Eu sei que tem o auxílio transporte, porque alguns colegas da minha turma têm esse auxílio. E tem o do restaurante universitário (P3).

Conheço alguns, mas acredito que não é por informação interna da Progesti, e sim, por estar junto de alguns alunos que são mais ativistas, que estão na luta. Sei que existem outros programas, gestante ou algo desse tipo (P5).

Conheço o PAI que é o programa para quem tá entrando, tem o PAD, a moradia, mas eu conheço o básico. Eu tenho conhecimento do programa que eu participo que é para o aluno que precisa da contribuição da universidade para dar continuidade ao curso (P8).

As falas acima corroboram sobre o pouco conhecimento dos estudantes acerca dos programas de assistência estudantil oferecidos na universidade, inclusive, um entrevistado evidencia em sua fala um descontentamento com relação à divulgação e comunicação feita pela Progesti, pois ele afirma que o que conhece é através de outras pessoas, e não, pela Pró-Reitoria.

Em continuação à questão anterior, 2 (dois) entrevistados afirmaram conhecer uma boa parte dos programas oferecidos pela assistência estudantil da UFRPE, como pode-se observar nos trechos abaixo:

Eu conheço o PAI que é o programa de Apoio ao Ingressante. É um programa que, considerando o tempo que eu tenho de residência, é até recente. Eu conheço o R.U. Eu não sei as siglas exatamente, mas tem o de alimentação, o de transporte, o de residência. E tinha um programa que eu

não sei se ele existe ainda, que foi no período que demoliram a extinta casa 1, aí davam um apoio financeiro para que esse residente pudesse pagar um aluguel (P4).

Eu sei que existe o PAD, PAG, auxílio moradia, refeição. Tem aquele quando a pessoa entra na universidade e passa seis meses recebendo (P6).

Dos trechos citados acima, chama a atenção o fato de apenas dois estudantes afirmarem conhecer uma boa parte dos programas oferecidos, e com destaque para a fala do entrevistado que, além de conhecer boa parte dos programas, também, conhece um auxílio que era oferecido no período em que não existia o atual condomínio dos estudantes que foi inaugurado em 2013. É importante destacar que esse entrevistado faz parte da política de assistência estudantil da UFRPE há 9 (nove) anos. Sobre esse fato, pode-se inferir que não existe um acompanhamento criterioso dos estudantes, principalmente, os que residem dentro da própria universidade, pois o discente ocupa uma vaga na residência estudantil há, pelo menos, o dobro do tempo do seu curso. Vale ressaltar que a resolução que regulamenta o regimento das residências universitárias de nº108/2016, apresenta no seu artigo nº16, um prazo máximo de permanência do estudante na residência que é a duração do tempo médio do curso acrescido de um semestre. Apenas um entrevistado afirmou conhecer somente o programa do qual faz parte. E nenhum dos entrevistados disse conhecer todos os programas da assistência estudantil.

Em seguida, os estudantes foram questionados sobre o conhecimento das finalidades dos programas de assistência estudantil. Foi possível verificar que 5 entrevistados conhecem o básico sobre algumas finalidades referentes a alguns programas, 2 conhecem grande parte das finalidades e 1 conhece apenas o básico da finalidade do programa do qual participa.

Em sequência, foi perguntado aos estudantes se eles possuíam conhecimento sobre os serviços oferecidos pela assistência estudantil da UFRPE. Os dados analisados apontam que 4 (quatro) entrevistados responderam conhecer o serviço de Psicologia e Serviço Social, 3 (três) estudantes afirmaram que conhecem o Serviço Social, Psicologia e Pedagogia e 1 (um) aluno disse conhecer apenas o Serviço Social. Pode-se destacar que o processo de seleção dos programas da assistência estudantil da UFRPE é feito pela equipe de Serviço Social, por isso, todo estudante conhece o Serviço Social logo na sua entrada. Constata-se que apenas 3

entrevistados conhecem todos os serviços oferecidos. A assistência estudantil, em cumprimento ao desenvolvimento de ações na área de apoio pedagógico, oferece o serviço de Acompanhamento Pedagógico realizado por uma profissional de Pedagogia, porém os estudantes, na sua maioria, desconhecem a existência dessa ação como se pode constatar no trecho abaixo:

Eu tive uma dificuldade muito grande nas cadeiras de cálculo. E a gente sente a dificuldade da assistência estudantil nesse sentido, porque ela cobra isso da gente. Ela cobra que a gente tem que ter um coeficiente de 50% mais um para não perder a bolsa, mas não existe um apoio (P4).

A fala do entrevistado confirma que ele não tem conhecimento sobre as ações de acompanhamento pedagógico que são realizadas, o que confirma a falha de divulgação que acontece na UFRPE. Além disso, é possível perceber que o acompanhamento é oferecido como possibilidade para os estudantes que apresentam baixo desempenho como se pode verificar nas resoluções nº108/2016 e nº021/2017 que apresentam artigos que versam sobre o desempenho acadêmico dos alunos. Não existe outra fonte de informação que indique que esse acompanhamento pode ser feito por qualquer estudante, esteja ele com baixo desempenho acadêmico ou não. Some-se a isto, a falta de informações no site da Progesti, pois não se encontram informações sobre o que seria esse acompanhamento, os profissionais envolvidos na ação e telefone ou e-mail para contato, apenas existem os dias e horários em que é realizado esse acompanhamento. Assim como, o site também não oferece informações sobre o serviço de Psicologia e Serviço Social.

Em seguida, os estudantes foram questionados quanto ao conhecimento sobre as ações desenvolvidas pela assistência estudantil da UFRPE. A partir dos dados obtidos, foi possível constatar que 5 (cinco) estudantes afirmaram não conhecer as ações desenvolvidas. Seguido de 2 (dois) participantes que afirmaram conhecer a ação “De Volta ao Lar”, 1 participante que conhece a ajuda de custos para eventos acadêmicos e 1 participante que conhece as ações de esportes. Percebe-se que o “De Volta ao Lar” é uma ação destinada aos residentes, portanto apenas os residentes responderam ter conhecimento sobre essa ação. Quanto à ajuda de custo para eventos acadêmicos, trata-se de uma ação destinada a todo estudante que dela precisar, e apenas um estudante mencionou conhecer essa ação, assim como, as ações de esporte que também foram mencionadas apenas

por um participante. Também, pode-se observar a falta de informações referentes à essas ações no site da Progesti.

Na maioria das questões, foi possível observar que os estudantes residentes são os que possuem maior conhecimento sobre os programas, finalidades, serviços e ações da assistência estudantil da UFRPE. Esse acontecimento pode ser justificado pelo fato de esse estudante residir no ambiente acadêmico permanecendo muito mais tempo que os outros discentes, além do fato de terem um contato direto e maior com a equipe de profissionais da Progesti, devido à necessidade de resoluções de problemas domésticos da residência universitária.

5.2 NECESSIDADES DOS ESTUDANTES

O segundo tema da entrevista abordou a necessidade dos estudantes revelando as suas motivações, dificuldades, necessidades acadêmicas e como a assistência estudantil poderia melhor atender esses estudantes com o objetivo de avaliar as ações da assistência estudantil no atendimento das necessidades dos estudantes, em especial, as necessidades acadêmicas. A primeira pergunta desse segundo tema referiu-se à motivação para participar da assistência estudantil da UFRPE. A análise sobre os dados da motivação evidenciou que a necessidade foi o que levou todos os participantes dessa pesquisa a participarem dos programas de assistência estudantil da UFRPE, como é possível observar nos trechos destacados abaixo:

Foi a necessidade mesmo. Eu não ia ter condições de permanecer no curso. Foi questão de sobrevivência mesmo, porque eu não iria aguentar trabalhar e estudar. Os meus pais não iriam ter condições de pagar porque não tem ônibus da minha cidade para cá e a prefeitura também não dá. E fora a alimentação, porque querendo ou não o R.U é muito barato, mas mesmo assim é custo. Mesmo sendo muito barato, você não tem R\$1,50 para dar mesmo sendo tão pouco (P2).

O que me motivou foram as condições financeiras, a necessidade, né?! E o que me motiva a ficar até agora são as condições financeiras da minha casa. Eu não tinha trabalho e nem meus pais trabalhavam, e hoje, eles também não trabalham (P5).

A necessidade. Eu não trabalho, nem meu esposo. E eu precisava arrumar uma forma de me manter na universidade. Minha mãe e meu pai ajudam, só que tem um limite. Então, até o momento o que está me ajudando a ficar aqui é a bolsa (P6).

A necessidade mesmo. A falta de condição de para vir para cá todos os dias. Foi essa necessidade financeira. Eu sentia muita dificuldade. Ficava colocando de pouquinho no vale porque não tinha, aí não tinha condições de vir. Tinha momentos que eu deixava de para vir quando eu sabia que ia ter alguma coisa que eu era obrigada a participar, quando tinha algum trabalho para apresentar. Muitas vezes eu pedi emprestado para poder vir, porque eu não tinha condições (P7).

Diante das falas acima, percebe-se que a condição financeira da família foi o fator determinante para a procura pela assistência estudantil. Alguns estudantes relataram sobre a dificuldade em se manter na universidade, tendo que escolher entre os dias considerados mais importantes para estar presentes nas aulas e conseguir pagar o transporte, assim como, citaram a vontade de concluir o curso como um estímulo para continuar diante das dificuldades. Esse fato pode ser constatado também, nos resultados da pesquisa quantitativa, que revelou que 60,98% dos estudantes pesquisados possuem renda mensal familiar de até um salário mínimo.

Ao serem indagados quanto às dificuldades com relação à moradia, alimentação, transporte e renda, 7 (sete) estudantes, a maioria, afirmaram que possuem dificuldades com relação à renda, como pode ser observado nos trechos abaixo:

Quando eu entrei, pensava que era muito dinheiro, mas depois que você está no recesso e tem que fazer feira e cozinhar todo dia, você vê que termina gastando 200 reais com pouca coisa. Porque queira ou não, você tem que comprar seu material de higiene, comprar as coisas que você precisa. Aí você faz feira, compra as coisas que precisa e no final do mês, você está sem dinheiro. E eu tenho a minha família também. E de vez em quando, a minha mãe liga dizendo que está precisando de dinheiro e aí quando eu dou, eu fico sem dinheiro (P2).

A minha dificuldade maior é a questão da renda. A Progesti me dá o valor e eu fico dividida se ajudo numa feira de alimentação em casa ou se tiro todo o dinheiro para mim, mas aí eu fico sem alimentação, entende?! O valor da bolsa é algo que faz parte da renda da minha casa agora, e antes, era só para a universidade, estudo e formação acadêmica (P5).

É mais a questão da renda mesmo. O meu dinheiro hoje é só para comprar comida, fralda, leite (P6).

Hoje, eu estou sem emprego. A bolsa apesar de ajudar bastante, não cobre tudo que a gente espera, né?! Ajuda, mas não segue o tipo de gasto que a gente tem, porque transporte aumenta, tudo aumenta e acaba prejudicando de certa forma porque o valor que você tem é contadinho e não cobre algumas necessidades (P8).

As falas citadas acima demonstram que a maioria dos entrevistados possui dificuldades quanto à renda, e que o valor do benefício da assistência estudantil tem sido utilizado como ajuda para o sustento da família dos estudantes. Outro aspecto observado foi o valor das bolsas apresentado como insuficiente para arcar com as necessidades dos beneficiados. Fazendo uma relação com os dados da pesquisa quantitativa através das respostas obtidas pelo questionário, foram observados aumentos nos benefícios apenas nos anos de 2014 e 2016, e que não ultrapassaram a média dos 35 reais, o que justifica as dificuldades enfrentadas e as críticas mencionadas acima.

Quanto à questão das dificuldades ainda, 2 (dois) estudantes afirmaram ter dificuldades com o transporte por causa da distância entre a casa e a universidade, um estudante destacou a questão da dificuldade com moradia. É interessante destacar a fala de um entrevistado que afirma ter dificuldades administrativas:

Tenho administrativa financeira mesmo, porque você tem que administrar essa bolsa de R\$410. A bolsa para a proposta dela é muito boa. E olhe que eu já vim de um momento que não tinha bolsa. O problema é que o residente interpreta a bolsa como se fosse uma renda. Ele vai usar essa bolsa para comprar uma calça, uma camisa. O residente, hoje, usa a bolsa como se fosse um salário para atender as suas necessidades pessoais como uma cervejinha, balada, até em situações para usar drogas (P4).

A fala do entrevistado acima revela, além de uma dificuldade, uma crítica quanto ao uso da bolsa recebida pelos residentes da assistência estudantil. Essa crítica também foi feita por outro entrevistado que cita que existem pessoas que utilizam a bolsa para alimentação e estudos, enquanto que outras usam para gastos com lazer. É importante destacar novamente, que a falta de um acompanhamento criterioso dos estudantes pode estar causando esse tipo de conduta.

Ao serem indagados sobre as suas necessidades acadêmicas, 5 (cinco) entrevistados, a maioria, responderam ter dificuldades com a aquisição de material didático como pode ser observado nas falas destacadas abaixo:

Às vezes, o professor adota um livro que não tem na biblioteca ou tem em quantidade insuficiente. Então, você tem que conseguir xerox ou comprar esse livro de alguma forma, um livro já usado. Então, a dificuldade é conseguir esse material (P1).

Toda vez, os livros de cálculo e de física se acabam na biblioteca porque todo mundo precisa. A gente sofre muito, porque às vezes você não tem condições de comprar um livro (P2).

Alguns livros, a gente consegue aqui na biblioteca, né?! Mas tem outros materiais que os professores pedem xerox. Quando é muita xerox, aí saio pegando daqui e dali, juntando para conseguir tirar xerox. Então, sempre fico me esforçando, tentando tirar uma moedinha daqui ou dali para poder tirar xerox quando necessário (P3).

Eu tenho dificuldades para tirar xerox. A gente fez uma conta na Xerox, porque não tem condições. Aí a gente vai pagando aos poucos. Uma xerox custa 10 centavos, 20 centavos, mas não é essa a questão, é a quantidade (P7).

Os fragmentos acima demonstram as dificuldades que os estudantes enfrentam para conseguir material didático para o desenvolvimento dos estudos com qualidade. Relacionando esses resultados com os dados do questionário, tem-se que 42,7% dos estudantes pesquisados apontam dificuldade financeira como obstáculo para a realização dos estudos. Esse resultado mostra que grande parte dos estudantes apresenta dificuldades em conseguir material didático para a realização dos estudos devido às dificuldades financeiras, o que pode ocasionar a retenção e a evasão desses estudantes. Nessa perspectiva, Santos e Freitas (2014) argumentam que:

o desempenho acadêmico se expressa de forma desigual, uma vez que os estudantes, provenientes de segmentos sociais cada vez mais pauperizados, não dispõem de recursos para suprirem suas mais básicas necessidades. Essa condição, somando a outros fatores determinantes (internos ou externos à Universidade), pode ocasionar a retenção e a evasão no ensino superior (SANTOS e FREITAS, 2014, p. 187).

Também, foram mencionados como dificuldades que atrapalham a vida acadêmica: falta de estrutura na universidade, embates com professores, falta de preparo para o mercado de trabalho, falta de apoio nas dificuldades com cálculos, perturbações na residência estudantil (gritarias, festas e drogas). Além dessas necessidades, foi citada por dois entrevistados a falta de tempo para os estudos por cuidar dos filhos. A partir dos extratos acima, é possível perceber que as dificuldades não se limitam apenas à carência material, mas também, às necessidades de apoios diversos. Além disso, pode-se fazer uma relação com os dados quantitativos desta pesquisa, que apontaram que 43,9% dos pesquisados responderam que o benefício às vezes supre as necessidades acadêmicas dos estudantes. Dessa forma, é possível perceber que o benefício recebido nem sempre vem sendo suficiente para atender as necessidades destes alunos.

Na sequência, os estudantes foram questionados sobre como a assistência estudantil poderia melhor atender às suas necessidades acadêmicas. A análise revelou que 3 (três) estudantes argumentaram que a assistência estudantil poderia aumentar o valor da bolsa, como se pode observar nas falas destacadas abaixo:

345 reais é um valor que você não consegue. Eu gasto 120 reais de passagem. Então, de 345 você tira 120, fica 225. Aí você janta todo dia no R.U e é R\$1,50, mas você conta R\$1,50 todo dia, 5 dias já é outro valor. E você conta também as xerox e os livros que os professores pedem. A gente vê que o salário mínimo aumenta, comida aumenta, tudo aumenta. Teve um ano que o valor da Progesti aumentou 20 reais. Enfim, aumenta, mas eu acho que não dá para sobreviver ou se manter na universidade com esse valor atual. Então, eu acredito que a Progesti me ajudaria aumentando o valor da bolsa (P5).

Acho que a assistência estudantil poderia acompanhar os gastos que vem aumentando, como por exemplo, o transporte. As bolsas poderiam ser ajustadas de acordo com a necessidade da pessoa. Poderia expandir o valor da bolsa para que todo mundo pudesse arcar com seus custos da universidade e com outros custos, como moradia, até porque o número de vagas disponibilizadas na residência estudantil é baixo (P8).

Diante dos trechos acima, é possível perceber que os estudantes não tem conseguido se manter com qualidade na universidade com o valor recebido pela assistência estudantil. Os entrevistados relatam que tem de escolher gastar com o que é mais importante no momento, e muitas vezes, essa escolha fica entre a alimentação e o transporte. Esses relatos demonstram uma situação de grande vulnerabilidade socioeconômica desses estudantes que mostram não ter as condições mínimas de sobrevivência. Como mencionado anteriormente, foi possível verificar a mesma dificuldade nos resultados da pesquisa quantitativa, pois a maioria dos estudantes afirmou que o benefício recebido se torna insuficiente para suprir as suas necessidades acadêmicas.

Também foram citados pelos estudantes como formas para melhor atender às suas necessidades, melhorias na estrutura física da residência universitária, creche na universidade, rigor no cumprimento das normas da residência universitária.

É importante destacar outros fragmentos que se referem às formas de melhor atender às necessidades dos estudantes pela assistência estudantil:

Eu acho que a Progesti me ajudaria fazendo um acompanhamento mais específico. Eu não sei se isso ocorre com outros alunos, mas falando por mim, nunca chegou uma pessoa responsável da Progesti para sentar do meu lado e dizer: "E aí? Como é que está aqui na universidade?". Mas já

chegou para cobrar: “E aí? Olhe a reprovação!”. Entende? Acho que não existe muita conversa entre mim e a Progesti. Eu tive problemas com professores e atrasei um período por isso e a Progesti não sabe disso. Posso não ter procurado a Progesti, mas eu procurei a coordenação do curso. Eu pensava que era um conjunto, né? Mas aí eu vi que não existe essa conversa entre coordenação, Progesti, e também, não tem essa conversa com o Departamento de Qualidade de Vida (DQV) (P5).

A gente não pode trabalhar com carteira assinada, não pode ter outro vínculo, não pode acumular outra bolsa também. E isso é muito complicado, porque às vezes a gente quer entrar em um Pibid, um projeto do CNPQ e a gente fica dividido (P8).

Nos destaques acima, verificam-se as dificuldades pelas quais os estudantes vem passando. O fragmento do entrevistado P5 chama a atenção, pois o estudante relata que passou por problemas no curso e percebeu que não existia uma comunicação entre os setores da universidade, principalmente, entre a Progesti e os outros setores. Essa informação não é compatível com a missão da Progesti quando diz que está articulada com as demais Pró-Reitorias e departamentos para incentivar, apoiar, orientar e acompanhar o estudante na sua trajetória acadêmica. Também é possível perceber que, além de os entrevistados se sentirem desamparados quanto a um acompanhamento sobre as suas vidas acadêmicas, eles também, demonstram ter poucas informações sobre as regras dos programas de assistência estudantil, pois alguns estudantes relataram o fato de não poder trabalhar ou acumular bolsa, quando não existe essa impossibilidade de acordo com as resoluções existentes na Progesti. A única menção que é feita sobre esse assunto está nas resoluções referentes aos programas, quando diz que o estudante que possui bolsa de permanência, não poderá receber bolsas de programas oficiais de acordo com o Decreto Lei nº 7.416 de 30 de dezembro de 2010, porém não são especificados quais seriam esses programas oficiais.

Essa desinformação dos entrevistados acerca das regras dos programas evidencia que existem falhas quanto às especificidades das normas, assim como, ruídos na comunicação entre a Progesti e os estudantes, fato que é confirmado na fala do entrevistado P5 quando ele diz que as informações são desconstruídas e que recebeu informações opostas de pessoas diferentes da equipe profissional da Progesti:

Algumas pessoas da Progesti me passaram a informação que poderia acumular bolsa se fosse uma da universidade e outra de fora. E outras pessoas da Progesti, me disseram que não poderia. Eu tenho muito jogo de

cintura para fazer coisas por fora para arrecadar dinheiro, sabendo que a gente também não pode ter carteira assinada. Eu fico bem limitada a esse valor. Agora vários amigos meus dão aula por fora, ou fazem algo por fora para juntar com a renda da Progesti e se manter. E se isso para a Progesti for algo que não possa ser feito, infelizmente isso acontece com todo mundo, porque a gente não consegue viver somente com esse valor (P5).

Some-se a isso, a fala do entrevistado P1 que argumentou que a assistência estudantil, poderia oferecer bolsa para compra de material didático em troca de horas trabalhadas como forma de melhor atender às necessidades dos estudantes. Vale destacar que essa contrapartida de horas semanais em atividades acadêmicas foi alterada e divulgada como opcional ao estudante em 2014, a partir da resolução nº 237/2014 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Portanto, desde 2014 não existe mais a obrigatoriedade das horas em atividades acadêmicas para obter o benefício.

5.3 COMPREENSÃO SOBRE AS CONDIÇÕES DE PERMANÊNCIA E CONCLUSÃO DO CURSO

O terceiro tema da entrevista abordou o entendimento dos estudantes acerca das condições de permanência e conclusão do curso, revelando a contribuição da assistência estudantil, os pontos fortes e negativos, sugestões de ações que poderiam ser desenvolvidas e a opinião do estudante sobre a promoção da inclusão social pela assistência estudantil. Este tema tem como objetivo avaliar as ações de assistência estudantil na permanência do estudante na universidade. A primeira questão desse tema referiu-se à contribuição da assistência estudantil para a permanência do estudante na UFRPE. A análise dos dados revelou que todos os estudantes afirmaram que a assistência estudantil é essencial para a sua permanência na universidade:

Ficaria difícil de continuar na universidade sem a assistência estudantil, porque iria pesar mais no orçamento. Pesaria muito vim todos os dias para cá, esse gasto de passagem e também da alimentação. A importância da assistência estudantil é ajudar o aluno a permanecer aqui (P1).

Se não fosse a Residência, eu não iria conseguir ficar no curso. Eu não teria condições de me manter aqui e não teria condições de estudar. Antes de entrar na Residência, eu tirei muitas notas baixas. Se não fosse a Residência, eu não continuaria no curso (P2).

Se eu não tivesse essa ajuda, provavelmente não estaria estudando mais. Teria que ficar em casa com a minha filha ou teria que procurar um emprego para pagar para ela ficar em algum lugar. Então, eu não teria essa

oportunidade de tentar concluir o meu curso. Então, é muito importante para eu poder permanecer na universidade e concluir o meu curso mesmo com tantas dificuldades por ter que deixar a minha filha, vir para cá, trânsito, sem muito tempo para estudar. Se a minha filha dorme um pouquinho, eu vou lá e estudo de madrugada e depois vou dormir, porque senão eu não aguento (P3).

Apesar de todos os percalços, a assistência estudantil foi fundamental, porque sem ela não existiria P4 se formando em Engenharia Florestal. Porque eu não tinha condições de ir e vir para cá, não tinha parente aqui para ficar. Nos primeiros dias que eu cheguei, até rodei com o colchão na cabeça e dormindo na casa de um e de outro (P4).

Acho que sem a bolsa, eu poderia estar aqui com ajuda de outras pessoas ou com trabalho. Muitas vezes, vejo os meus amigos se matando no trabalho e chegando aqui tarde e cansados. Poderia acontecer comigo, mas metade do aprendizado não seria realizado. Sem a bolsa, eu não avançaria tanto, não faria seminários fora, não faria minha formação na área que eu quero atuar mesmo. Hoje por exemplo, eu fiz o curso de professor brailista, tô fazendo aperfeiçoamento, fiz curso de intérprete de libras e algumas formações foram com o dinheiro da bolsa da Progesti. Então, acho que a assistência estudantil funciona em ver que os alunos estão nesse processo de estudo, e essa é a principal bandeira da Progesti, que é ver o aluno caminhando mesmo com dificuldades (P5).

Se eu não tivesse na assistência estudantil, infelizmente eu iria ter que deixar a universidade para trabalhar. Antes de conseguir a bolsa, eu pensei: "Vou trancar porque não está dando". Mas aí, graças a Deus, eu consegui e estou até agora. Mas se não estivesse, eu iria optar por trabalhar. Por isso, eu agradeço a Deus e faço o possível para não perder (P6).

Se não fosse esse benefício, eu teria ido ao final, mas estaria com uma dívida com alguém com certeza. E eu não sei se teria conseguido, porque afinal de contas, são quatro anos e meio. E eu fiz o que pude nesses dois anos sem o benefício por causa das minhas faltas. Já fui para final. Mas depois de ter conseguido o benefício não, porque depois já não tinha mais motivos para faltar. E isso faz a diferença com certeza (P7).

A assistência estudantil é essencial, ainda mais porque eu não tenho ainda nenhuma situação de emprego em vista. Então, no momento é muito necessária. Então, até que eu consiga me manter, eu vejo a bolsa que eu tenho hoje como super necessária, porque na verdade, eu não teria como vir para cá, não teria como dar continuidade à rotina que eu tenho hoje. Então, provavelmente eu não estaria na universidade. Eu estaria dedicando 100% do meu tempo em busca de um emprego novo (P8).

Os extratos evidenciam a importância da assistência estudantil para a permanência dos entrevistados na universidade. Além disso, a maioria dos estudantes enfatizou que sem a assistência estudantil não continuaria o curso. Quanto aos dados do questionário, tem-se que 84,1% dos estudantes pesquisados afirmam que a assistência estudantil contribui muito para a sua permanência na universidade. Esses dados juntos corroboram a importância dessa política para a permanência dos estudantes beneficiados. Outros relataram que precisariam de

ajuda ou procurariam um trabalho. Faz-se um destaque para a fala de um entrevistado que afirma que a assistência permite o estudo com qualidade e dedicação:

Esse tipo de auxílio consegue me ajudar de forma que eu posso me dedicar ao curso. Permite que eu estude tarde e noite podendo almoçar e jantar aqui, que eu possa arcar com as xerox porque eu estou pagando seis disciplinas, então é muito mais textos. Hoje, eu consigo acompanhar melhor, ter uma grade de horário maior, me dedicar ao curso. Eu venho para cá de manhã e fico estudando, à tarde e à noite eu tenho aula. Então, eu consigo ter esse tipo de dedicação maior e qualidade melhor por causa dessa bolsa. Se não fosse pela bolsa, provavelmente não estaria com a quantidade de disciplinas que tenho hoje por conta das xerox, da alimentação, de tudo isso. Então, com certeza a bolsa auxilia completamente na minha estadia hoje no curso (P8).

Dessa forma, o benefício da assistência estudantil é condição de permanência para os entrevistados desta pesquisa. E provavelmente, muitos deles não concluiriam o curso, caso não recebessem a bolsa ou auxílio da Progesti. E muitos deles, teriam que pedir auxílios ou trabalhar para continuar o curso, prejudicando assim a qualidade dos estudos.

A segunda pergunta sobre o entendimento dos estudantes acerca das condições de permanência e conclusão do curso feita aos entrevistados referiu-se à opinião dos estudantes sobre os pontos fortes e fracos da assistência estudantil da UFRPE. A análise dos dados da pesquisa revelou que metade dos estudantes entrevistados identificou como ponto forte da assistência estudantil o apoio à permanência na universidade, conforme destaques a seguir:

A assistência estudantil me ajuda com as passagens. Apesar de ser pouco, é um instrumento que faz com que as pessoas continuem aqui. Teve gente que quando perdeu o benefício, não conseguiu ficar na universidade. A minha história é muito confortável diante de tantas histórias aqui de pessoas que não tem como vir para cá, não tem como se alimentar (P7).

Quando fui assinar o termo, vi pessoas que iam desistir da universidade pelas dificuldades, e por causa da bolsa, resolveram continuar. Então, vejo como ponto forte essa questão do apoio para que você não desista do seu curso (P8).

Além do apoio à permanência, o acolhimento aos estudantes foi citado por dois entrevistados:

O ponto forte é todo o apoio que a gente recebe. A gente é bem acolhido, tem com quem conversar, é entendido (P6).

A Progesti está sempre aberta para receber o estudante. Quando eu entrei aqui, me falaram que se eu tivesse alguma dificuldade, que eu procurasse a Progesti, os psicólogos disponíveis. Então, essa abertura para os estudantes que recebem a bolsa, eu acho muito bom (P8).

Também, foram mencionados como pontos fortes da assistência estudantil da UFRPE pelos entrevistados: o apoio contra a evasão dos estudantes, o Restaurante Universitário, o programa de Residência Universitária, o cumprimento do pagamento das bolsas e a oferta de ônibus para viagens. Ainda em referência aos pontos fortes, pode-se destacar uma fala muito expressiva que revela a importância que a assistência estudantil tem para a vida de alguns estudantes:

O ponto forte que eu vejo está no fato de que os alunos realmente, tem uma melhoria com esse recebimento da bolsa, uma melhoria no curso, no meio acadêmico. As pessoas parecem se dedicar mais para dar continuidade e manter a bolsa. Também tem uma melhoria de vida porque você pode almoçar, jantar e estudar aqui. Você tem acesso ao material do curso com a bolsa, que isso para mim é o principal (P8).

Com relação aos pontos fracos da assistência estudantil da UFRPE, esses se sobressaem em quantidade com relação aos pontos fortes, pois foram relatados muito mais pontos fracos do que fortes. Metade dos entrevistados destacou a falta de contato com os estudantes como ponto fraco da assistência estudantil, como é possível verificar nos trechos destacados abaixo:

Essa questão do contato com os alunos. A Progesti fez alguns contatos por e-mail comigo, mas foi bem no começo. E depois já não vi mais e-mail e nem ligação. Acho ruim essa separação, acho que deveria ser mais em conjunto com o aluno, até mesmo pela própria política da Progesti. Acho que falta essa comunicação, essa clareza. Eu vejo mais o prof^o Marcelo Carneiro Leão do que a Progesti. Vejo mais o prof^o Marcelo na luta, falando que está junto com a Progesti na luta pelas melhorias, do que a própria Progesti (P5).

Quando você fala de assistência estudantil, eu fico pensativa. Para você ter uma ideia, a Progesti nunca entrou em contato comigo. Quando eu me senti incluída em algo, foram as minhas professoras que me chamaram para participar desse universo. A minha história com a Progesti é aquele casamento que eu assinei um papel em branco. É assim que eu me sinto (P7).

O ponto negativo seria a comunicação. Para dar um exemplo, os colchões que chegaram para residência estavam na Progesti há um tempão, e a gente estava lá sem os colchões há um tempão também. E não se pôde entregar por causa de tombamento. Sei que não compete à Progesti essa questão do tombamento, mas ela poderia tentar agilizar essas coisas e avisar para gente. Eu acho que a comunicação da Progesti com os residentes deveria ser melhor, porque é mais fácil a gente vir aqui se

comunicar, do que a comunicação daqui chegar lá, avisos ou coisas desse tipo. Agora no período do recesso, a gente pediu o “De volta ao lar”, que é uma ajuda de custo para você ir para a sua casa nas férias, e também, o auxílio alimentação por que você não tem o R.U nesse período. E nem saiu o auxílio, nem o “De volta ao lar”. E a Pró-Reitoria nem se prontificou, não deu nenhuma notícia. Eu não passei tanto sufoco, porque já tinha feito a feira dividindo com os meus amigos, mas quem estava precisando se ferrou (P2).

Também foi citada pela metade dos entrevistados, a falta de divulgação da assistência estudantil na universidade:

Eu acho que tem pessoas que não sabem ou não conhecem direito a Progesti. E alguns, só passam a conhecer realmente como eu conheci, que foi através de uma amiga. Eu acho que não é divulgado. Acho que deveria ser mais divulgado, dizer que existe, quando abre edital, chamar os estudantes (P3).

É pouco divulgado. Tem gente que não sabe quem é o psicólogo, nem quem é a pedagoga, tem gente que não sabe nem quem é a coordenadora. Está faltando essa divulgação. Tem residente que não sabe quem é o pró-reitor, a secretária dele (P4).

Para mim, essa política não se fez conhecer. Eu soube dessa questão do apoio, da bolsa através de outras pessoas e da necessidade de correr atrás. São quatro anos na universidade e não conheço. Esse programa deveria ser de conhecimento de quem entra na universidade, porque a gente entra cego. Então, isso deveria ser levado para a sala de aula: “Olha, vocês conhecem esses programas? Tá aqui o material que vocês podem consultar, podem ler”. Mas não, é tudo boca a boca. Isso é negativo. O programa existe, mas muita gente não sabe. Então, essa parte é muito falha (P7).

A Progesti deveria sair do prédio dela e ter realmente um contato maior com o estudante. Ter uma interação maior não só com o pessoal que está chegando agora na universidade, mas também, com o pessoal que já está na universidade e que não utiliza de todos os benefícios que a universidade dispõe, e que muitas pessoas nem conhecem. Eu não conheço todos os benefícios que a Progesti oferece. Precisa ter uma divulgação maior não só com os alunos, mas também, com os próprios cursos para que todo mundo pudesse ter acesso (P8).

Através dos fragmentos dos entrevistados, evidencia-se que os estudantes se sentem sozinhos e desinformados nas suas jornadas acadêmicas. Alguns deles se queixam de não serem contatados pela Pró-Reitoria e de se sentirem como um cadastro, um valor a mais. Também, pode-se verificar diante das falas dos estudantes, a falta de divulgação da assistência estudantil na universidade, o que significa uma grande falha, pois entende-se que todos tem direito à assistência estudantil, e muitos estudantes desconhecem a existência desse direito.

Além disso, metade dos entrevistados também fez uma crítica ao serviço oferecido pela assistência estudantil na UFRPE com destaque para a fala abaixo:

É tudo deficitário. Se o aluno precisa, ele tem que vir procurar para ver se aquela demanda vai ser atendida. Não existe uma espontaneidade: "Vocês estão com problemas? Vamos na residência!? Está acontecendo isso! Se vocês quiserem, tem esse programa". Já precisei usar umas vezes, não vou dizer qual o serviço, mas achei fraco, desmotivado. Usei esse serviço duas vezes e em situações totalmente distintas, e eu vi uma certa desmotivação, morosidade. Acho que devido à estabilidade do funcionalismo público (P4).

O fragmento acima apresenta a insatisfação do entrevistado com relação aos serviços prestados pela assistência estudantil da UFRPE. De acordo com P4, o estudante precisa procurar o serviço para ser atendido, pois a Progesti não se antecipa para resolver possíveis problemas. Os entrevistados também falaram sobre o baixo valor das bolsas/auxílios como uma fragilidade da assistência estudantil. Parte dos estudantes revelou as dificuldades que passam para ter que administrar o baixo valor que recebem com a alimentação, passagem e gasto acadêmicos, além de muitos deles, terem que utilizar uma parte do benefício para ajudar no sustento da família.

Nos trechos abaixo, destacam-se como ponto fraco de acordo com as falas dos entrevistados, possíveis falhas no processo seletivo dos estudantes, e até mesmo, relatos de vagas preenchidas na residência universitária que não são utilizadas:

Vi pessoas que precisam e não tem a bolsa, e vi outras pessoas que não precisam e tem a bolsa. Eu acho que é um sistema um pouco falho nessa questão da seleção. Eu acredito que não seja escolha por pessoa, mas acho que as pessoas conseguem enganar de alguma forma. Eu vi filhos de policiais que passaram aqui. E gente que não tem o que comer em casa, e não passou (P5).

Uma deficiência que eu vejo é quando o processo seletivo passa a ser feito para alunos que não são do estado. Precisa que outras pessoas façam a visita na residência em outros estados, e isso nem sempre é cumprido. Então, existe uma brecha muito grande para alunos que não são do estado de Pernambuco. Tem o aluno que é de Pernambuco, carente, que está dentro da região metropolitana, e acaba não sendo atendido pela assistência estudantil. E o cara de São Paulo pode ter uma mansão lá, e ninguém nunca foi visitar. E ainda tem o residente fantasma que é o cara que não dorme na residência, vai para casa todo dia tranquilamente, mas recebe os benefícios e fica ocupando a vaga de quem realmente precisa (P4).

As falas dos estudantes evidenciam que existem questionamentos quanto ao controle sobre o atendimento oferecido pelo Programa por parte dos estudantes, o que pode-se denominar como fragilidades. Também, foram mencionados pelos entrevistados: a pouca quantidade de vagas na assistência estudantil, demora na publicação dos editais de seleção, falta de cumprimento dos regimentos e normas, burocracia nos serviços, falta de estrutura na residência universitária e falta de integração entre os vários setores da Universidade que são essenciais na dinâmica da vida estudantil.

É importante destacar os relatos de problemas na residência universitária. Os dois entrevistados do programa de Residência Universitária relataram diversos problemas que vem ocorrendo dentro dos alojamentos da universidade, como:

Acho que muita gente precisa de atendimento psicológico, principalmente, os casos de homofobia dentro da residência. No meu andar, por exemplo, tem um quarto com três rapazes homossexuais, e quase o andar todo não fala com eles. Os meninos exageram demais. Quando faltou energia, soltaram uma bomba. Essas coisas parecem falta de maturidade, mas eu acho que deveria ser tratado com a psicologia. Acho que ajudaria bastante quem faz esse tipo de coisa, e quem sofre. Esse é um assunto que deveria ser tratado com mais cautela e atenção (P2).

Somado todos os problemas, ainda tem situações de desobediência e desordens na residência estudantil. Já imaginou você cheio de coisas na cabeça e ainda ter festa, gritaria de noite? Apesar de existir o estatuto falando o que não se pode fazer? Tem festa, tem droga rolando, e você vê isso circulando de forma comum. Hoje em dia, o cara bota penetra do jeito que quiser na residência, e esse penetra não passou pelo processo seletivo e ele faz baderna (P4).

Ainda, no que diz respeito aos pontos negativos da assistência estudantil da UFRPE, é importante destacar uma fala bem expressiva acerca dos problemas relatados na residência universitária e da fiscalização do cumprimento das normas que regem os programas de assistência estudantil, e que servem para todos os estudantes:

Eu acredito que se fizer cumprir o que está no estatuto, os problemas da residência melhoram em 90%. São problemas de organização e respeito, entendeu? Não adianta colocar uma geladeira nova na residência, se não existe uma punição para quem danificou. Não existe punição para quem faz mau uso da coisa pública. Deveria ter mais organização e rigor no cumprimento das normas. Os estudantes sabem, mas sabem que não dá em nada. É como lei brasileira, o cara não está nem aí. Ele vai continuar quebrando (P4).

Os trechos citados acima chamam a atenção por se tratarem de acontecimentos, que segundo os entrevistados, ocorrem com frequência dentro da residência universitária. De acordo com a resolução nº 108/2016 do CEPE, que define as normas de organização e funcionamento da Residência Universitária da UFRPE, é dever do residente tratar com respeito os demais residentes. Assim como, são tratadas como irregularidades passíveis de punição: oferecer pernoite a não residentes, agredir física ou verbalmente, consumir bebidas alcoólicas e outras drogas na residência, entre outros. Some-se a isso, a obrigação da coordenação de Gestão da Residência Universitária em fiscalizar o cumprimento das normas da resolução, o que se pode inferir que a fiscalização não está sendo eficiente. Diante dos destaques feitos acima, considera-se que ações efetivas precisam ser realizadas pelos gestores mediante acompanhamento psicológico e/ou social.

Levando em consideração os resultados da pesquisa quantitativa, que através do questionário apontou que 47,6% dos estudantes beneficiados avaliam a política de assistência estudantil como boa, pode-se concluir que os discentes da assistência estudantil consideram a política como essencial para a sua permanência na universidade diante da atual situação socioeconômica, entretanto, apontam mais fragilidades que contribuições.

Ainda sobre o terceiro tema da entrevista, foi pedido aos entrevistados que falassem sobre algumas ações que, na opinião deles, a assistência estudantil da UFRPE poderia desenvolver. A maioria dos entrevistados, seis estudantes, respondeu que a Progesti deveria trabalhar melhor a divulgação da assistência estudantil na universidade:

A Progesti tem que se fazer conhecer. Gente, tem que ir na sala de aula. Alguém tem que falar disso para os alunos que estão começando. O pessoal está entrando agora e precisa conhecer o que a universidade oferece. Eu posso está fazendo uma colocação idiota, mas eu sinto que pela dificuldade que tem de manter essas bolsas, é tipo assim: "quem já conhece, tudo bem, mas se todo mundo conhecer, a gente não vai ter bolsa para todo mundo, não vai ter benefício para todo mundo. Então, é melhor que fique assim". A impressão que dá é essa. "Então, vamos limitar esse conhecimento e segurar a vaga só para os que já estão dentro". A Progesti tem que se fazer conhecer. Esse serviço de Psicologia que diz que tem. Nossa senhora! Esse tempo todo que eu passei aqui. Quantas pessoas não tem esse serviço pelo SUS que é difícil conseguir? Se tivesse conhecimento, elas teriam sido beneficiadas, teria ajudado bastante gente. Conheci pessoas que tiveram perdas e não voltaram para a universidade. Meninas que passaram por violência na família, sofreram violência, e se afastaram por vergonha. E eu nunca disse a ninguém que tinha esse apoio, porque eu não sabia. Eu não sabia que tinha pedagogia. E fez muita falta.

Então, eu acho que a Progesti tem mais é que mostrar a cara para quem está entrando e dizer para que veio (P7).

Acho que seria legal que fizessem palestras, panfletos, qualquer coisa que facilitasse o acesso ao conhecimento de todos os estudantes. As pessoas precisam saber os serviços que a Progesti disponibiliza. Eu mesmo não conheço todos os benefícios, serviços e projetos que a Progesti oferece. Seria legal que tivesse algum tipo de divulgação maior com alunos, com os cursos. Tem muitos estudantes que precisam e que podem desistir por algum tipo de dificuldade (P8).

Uma coisa que sinto falta é de um livrinho com os direitos e deveres do estudante, como se fosse a constituição da universidade. Eu queria saber aquilo, porque às vezes os estudantes e os professores passam dos limites. Acho interessante explicar para os alunos os direitos que eles tem, e que todo mundo é igual na universidade. Toda vez que você entra na universidade, eles dão um papel que é muito chato de ler, e ninguém lê aquilo. Ninguém está fazendo advocacia para entender aquelas cláusulas com palavras difíceis. Então, seria mais fácil reunir o pessoal e dar uma palestra para explicam como funcionam as coisas, do que dar um papel (P2).

Nos fragmentos acima foi possível observar o que a falta do apoio da assistência estudantil pode fazer na vida do estudante, e esse apoio não se resume apenas em questões econômicas, mas também, em questões de ordem pessoal, mental, saúde e pedagógica. A pesquisa empírica aponta a importância e a necessidade de ações mais eficientes de divulgação da assistência estudantil da UFRPE, tanto para os alunos que estão entrando na universidade, quanto para os que já fazem parte da política, pois percebe-se que muitos desses estudantes não conhecem bem todo o aparato a que tem direitos. Os entrevistados sentem falta de ter conhecimentos sobre o funcionamento, ações e serviços da assistência estudantil de uma forma mais clara e simples através de pessoas especializadas.

Também foram mencionados pela maioria dos entrevistados, seis estudantes, que a Progesti melhorasse o contato, a aproximação com os discentes:

Acho que essa questão de estar junto. Por exemplo: quando a pessoa fizesse um ano com a bolsa, a Progesti deveria ir atrás mesmo para saber o que está acontecendo, essa aproximação. Eu vejo pessoas que tem medo da aproximação da Progesti porque já sabem que se recebeu um e-mail ou ligação é porque deu algum problema na documentação, na burocracia. Eu nunca recebi uma ligação da Progesti dizendo: "Minha filha, você está viva?". Eu entendo que são várias pessoas, que cada vez que entra gente na universidade, é um grupo a mais para Progesti dar conta. Não sei também se tem equipe suficiente que dê conta de ir atrás dessas pessoas. Sempre que vou lá vejo poucas pessoas, não sei como a parte interna funciona, mas eu acho que essa questão da comunicação é crucial. Ninguém sabe que eu faço trabalho voluntário com libras e eu poderia ser reaproveitada na universidade para uma ação no campo, sei lá. E tantas

ações que eu fiz e a Progesti nunca vai sonhar que eu fiz. Então, é essa troca mesmo para dizer que valeu a pena escolher você diante de tantas pessoas. A Progesti nem sonha o tanto que eu evolui como estudante, o quanto eu contribuí para a universidade. Então, eu precisava falar isso para alguém, porque eu saio como se fosse anonimato. A Progesti não tem conhecimento sobre mim, só sabe que sou cadastro tal, valor tal, notas, mas o aluno não se resume às notas, é um todo. Em muitos momentos do período passado, pensei em parar a graduação por vários problemas, dei várias entradas no DQV. Se eu reprovasse todas as disciplinas, eu poderia receber uma ligação para cortar a minha bolsa, mas a questão da ajuda mesmo não chega. Então, a dica que dou é: olhar para o aluno para que ele possa concluir o curso com mais qualidade (P5).

O destaque acima revela o desamparo que o entrevistado sente com relação à assistência estudantil da UFRPE, e corrobora com os argumentos anteriores de que o estudante, além das necessidades econômicas, possui outras necessidades que vão desde o apoio pedagógico ao social e psicológico. Essas questões são importantes aliadas para garantir a permanência e o bom desempenho dos estudantes. Nesse sentido, Santos e Freitas (2014) corroboram que a permanência dos estudantes na universidade é condicionada a outros fatores, como o pedagógico e psicológico. E esses fatores exercem influência na vida acadêmica dos estudantes.

Ainda com relação às ações da assistência estudantil da UFRPE, metade dos entrevistados, sugeriu a realização de seminários, congressos, palestras e cursos na assistência estudantil, pois relataram sentir necessidades de outros tipos de formações:

Eu lembro de uma ação que teve de nutrição. Acho que foi a nutricionista do R.U quem fez, na época, era Carol. Não sei se tem ainda. Eu acho muito interessante fazer essas palestras, porque é até uma forma de aproximar mais os estudantes daqui da Progesti (P3).

A gente tinha umas palestras sobre saúde, sexualidade, uso de camisinha, como se prevenir. Deveria ter palestras na residência mostrando quais são as consequências das escolhas que você faz. Porque você faz sabendo das consequências: "Ah vou fumar! Quer fumar? Bem, esses aqui são os danos que o cigarro causa no organismo. Ah, eu vou beber! Vai beber? Esses aqui são os danos que o álcool causa no cérebro". Então, tudo isso era esclarecido. Muita gente deixou de enveredar pelo lado do alcoolismo, das drogas, do tabagismo, por conta disso (P4).

A fala do entrevistado P4 chama a atenção, pois corrobora os relatos feitos anteriormente sobre os problemas enfrentados na residência universitária da UFRPE. Percebe-se através dos relatos, que existiam ações educativas

direcionadas aos estudantes em algum momento da trajetória da política de assistência estudantil da UFRPE, mas que hoje não existem mais. E os próprios estudantes, sugerem a realização desses tipos de ações, inclusive, como forma de se sentirem mais amparados e menos sozinhos nas suas jornadas acadêmicas.

Outro ponto relativo à indagação sobre as ações que poderiam ser desenvolvidas pela assistência estudantil pode ser destacado no trecho a seguir:

Eu sinto falta de um apoio nas questões de dificuldades. Os alunos residentes que querem estudar, tem alguma dificuldade acadêmica. E aí, seria interessante ter uma ligação entre a Progesti e os cursos. Por exemplo, uma pessoa que está com dificuldade em matemática, vai lá no curso de matemática para ser orientado. Eu sei que existe o monitor, mas é a mesma coisa. Deveria existir essa ligação da Progesti com os cursos (P4).

A fala do entrevistado acima demonstra além da falta de comunicação entre a Progesti e os setores da universidade, também, a falta de conhecimento sobre o serviço pedagógico da Progesti, pois muitos dos estudantes desconhecem que existe o desenvolvimento de um serviço especializado em atender estudantes com dificuldades acadêmicas. Isso corrobora ainda mais, com o fato de que a assistência estudantil precisa encontrar formas de divulgar seus serviços. Além de revelar que é necessário existir uma integração entre os setores e cursos da universidade para melhor atender às demandas dos estudantes.

Em seguida, o último questionamento do terceiro tema referiu-se à opinião do entrevistado sobre a inclusão social pela assistência estudantil. Foi possível verificar que a maioria dos entrevistados, seis estudantes, sente-se incluída e integrada na universidade, e percebe a assistência estudantil como responsável por essa inclusão:

Mesmo a universidade sendo pública, ainda tem muita segregação dentro dela. É mais fácil alguém que tem dinheiro entrar numa universidade, do que alguém que não tem dinheiro. Acho que a assistência estudantil ajuda muito, porque se você dá uma bolsa de permanência a um aluno, você está contribuindo para que ele permaneça na universidade. Se você disponibiliza residência, você está contribuindo para que o aluno permaneça na universidade. Como conta o socioeconômico para receber esses benefícios da Progesti, entram pessoas quem tem condição socioeconômica inferior aos demais. Então, é uma forma de incluir essas pessoas no mundo acadêmico (P2).

Esse auxílio vem dizer que a pessoa pode. Ela pode estar aqui na universidade, de uma forma bem limitada financeiramente, mas pode competir igual. Sem esse auxílio seria muito difícil. Eu já vi situações muito difíceis. Então, esse auxílio dá essa tranquilidade. Porque se eu estou aqui todos os dias, pago passagem e me alimento, eu já não tenho mais essa

preocupação. E isso já me ajuda, me faz voltar mais para os estudos, me concentrar melhor. E pelo que eu vejo, essa bolsa faz muita diferença na vida das pessoas. Isso, eu não tenho dúvidas (P7).

A assistência estudantil permite que o aluno possa ter o tempo dedicado à universidade. A universidade garante que o estudante que tem a bolsa, tenha acesso a muitas coisas. Você almoça, janta aqui. O estudante consegue acompanhar o curso. Então, ele consegue permanecer dentro do meio acadêmico, e isso tudo te impulsiona (P8).

Nos destaques acima foi possível perceber que os entrevistados se sentem incluídos socialmente na universidade, e que atribuem à permanência na universidade, ao fato de fazerem parte do programa de assistência estudantil. Um fragmento passível de destaque é a fala do entrevistado P8 que esclarece que se sente impulsionado a permanecer na universidade por poder dedicar seu tempo aos estudos. É possível verificar que, embora os estudantes indiquem muitos aspectos negativos e falhas da assistência estudantil, eles enxergam na política uma forma de se sentirem integrados no âmbito acadêmico e de obter êxito mesmo com todas as dificuldades.

Outro ponto a ser destacado é a opinião de dois entrevistados que argumentaram que a inclusão social pela assistência estudantil é parcial:

Eu acho que a inclusão é em partes. Eu me sinto parcialmente incluída. Essa questão de poder tirar uma xerox para poder estudar, enquanto que outros tem condições de fazer aquilo. E se eu não tivesse essa bolsa, talvez eu não tivesse como tirar a xerox. Então, através dos programas, das bolsas, a Progesti consegue suprir algumas lacunas que os alunos ficam distanciados da realidade das outras pessoas (P5).

Só de poder estar aqui na universidade, junto com as outras pessoas, já me sinto um pouco incluída. Mas tem pessoas que não precisam, que são solteiras, que não tem filhos e tem o tempo livre para estudar, e eu tenho mais ou menos por causa da minha vida. Mas, mesmo com todas as dificuldades, eu estou no nível intelectual dessas pessoas (P3).

Nos destaques acima, verifica-se que os entrevistados entendem a inclusão social como parcial, pois eles se sentem incluídos na forma do acesso ao ensino superior, enquanto que a permanência apresenta dificuldades. No que diz respeito aos dados quantitativos analisados através do questionário, foi revelado que 41,5% dos estudantes pesquisados consideram a promoção da igualdade social pela assistência estudantil como parcial. Esses dados se contrapõem se relacionados com a opinião da maioria dos estudantes entrevistados como visto anteriormente.

Contudo, a análise dos dados evidencia que embora a assistência estudantil possa contribuir para minimizar a desigualdade social existente, não consegue tornar a igualdade concreta, nem eliminar as desigualdades. Entende-se que para que o estudante se sinta incluído, a universidade precisa oferecer condições para que esse discente possa acompanhar o processo acadêmico com sucesso, gerando também um sentimento de igualdade nos resultados de aprendizagem.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo objetivou analisar a política de assistência estudantil da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), a partir da percepção dos estudantes beneficiados, buscando compreender, ainda, as condições de permanência desses estudantes na universidade e o atendimento das suas necessidades acadêmicas. Dessa forma, abordou-se a relação entre o ensino superior brasileiro e as políticas públicas educacionais, especificando a importância das ações da política de assistência estudantil para a permanência e desenvolvimento acadêmico do estudante em vulnerabilidade socioeconômica. A partir do trabalho proposto, foi possível apresentar a história da educação superior brasileira abordando a expansão do ensino superior brasileiro e as políticas públicas para a educação superior no Brasil. Além de compreender a trajetória, características, concepções e objetivos da política pública de assistência estudantil nas universidades no Brasil e na UFRPE.

Nesse sentido, foi feita uma caracterização da política de assistência estudantil da UFRPE e dos estudantes que a acessam a partir de um levantamento das informações acerca da história, objetivos, missão, atuação, desenvolvimento de programas e ações da assistência estudantil da UFRPE, além da análise dos dados da pesquisa. Assim como, foi feita uma avaliação das ações de assistência estudantil como influência na permanência dos estudantes beneficiados, e através do atendimento das suas necessidades acadêmicas. Além disso, foi desenvolvida uma análise dos significados e da importância atribuídos à política de assistência estudantil da UFRPE pelos estudantes beneficiados.

A partir dos objetivos delineados nesta dissertação, a produção e análise dos dados apontaram que a maioria dos pesquisados não entende a política como direito, e sim, como uma ajuda ou apoio, revelando a necessidade de uma discussão e esclarecimento aos estudantes quanto à concretização da política pública por meio da promoção dos direitos dos sujeitos. Ademais, verificou-se que a assistência estudantil é uma política desconhecida enquanto política pública, e enquanto programas e ações que compõem a política na UFRPE, e que as pessoas só tomam conhecimento da sua existência na universidade, e na maioria das vezes, por outros

estudantes. O que mostra que existem falhas na divulgação da política de assistência estudantil e seus programas e respectivas ações na UFRPE.

No que diz respeito às necessidades acadêmicas, a pesquisa mostrou que a maioria dos pesquisados aponta a dificuldade financeira como principal entrave e que o valor dos benefícios tem se mostrado insuficiente para suprir as necessidades dos pesquisados, e que muitas vezes, o benefício vem sendo utilizado para ajudar no sustento da família desses estudantes, revelando uma situação de grande vulnerabilidade socioeconômica. Por meio desses resultados, é possível perceber que a assistência estudantil não vem atendendo às necessidades acadêmicas dos estudantes, e que essas dificuldades podem interferir no desempenho acadêmico desses alunos causando situações de retenção e evasão.

Quanto às condições de permanência e conclusão do curso, a pesquisa revelou que a maioria dos estudantes pesquisados entende que a política de assistência estudantil da UFRPE é essencial para a permanência deles na universidade, e que sem o benefício não continuariam o curso. Nesse sentido, foi possível perceber que a assistência estudantil é um fator determinante para a permanência desses estudantes na universidade. Pode-se destacar, também, a exposição dos pontos fortes e fracos pelos estudantes envolvidos nesta pesquisa, chamando a atenção para a quantidade de pontos fracos elencados que se sobressaem quando comparados aos pontos fortes.

A pesquisa assinalou que grande parte dos estudantes aponta o apoio à permanência como ponto forte. No entanto, a falta de divulgação, bem como, a frágil ou inexistente integração da assistência estudantil com a dinâmica de funcionamento dos cursos e departamentos, e a relação do serviço de apoio estudantil com os estudantes emergem como pontos fracos. Portanto, se evidencia que os pesquisados consideram a política como essencial para a sua permanência na universidade, entretanto, conseguem apresentar as fragilidades de forma que podem vir a contribuir com uma avaliação do programa.

Ainda, pôde-se entender, a partir dos dados analisados, que os estudantes percebem a inclusão social pela assistência estudantil como parcial. Isso evidencia que a política parece ter conseguido abrandar as desigualdades sociais.

Dessa forma, foi possível concluir que os estudantes beneficiados entendem a política de assistência estudantil da UFRPE como um fator determinante para a

sua permanência na universidade, porém, consideram que as suas necessidades acadêmicas não vêm sendo atendidas no conjunto das ações do Programa, evidenciando elementos que podem contribuir com a melhoria da assistência estudantil da UFRPE. A partir dessa conclusão, se confirma a premissa delineada no início da pesquisa, onde se argumentou que a política de assistência estudantil da UFRPE tem contribuído significativamente no que diz respeito à permanência do estudante na universidade, entretanto, as ações de permanência desenvolvidas pela UFRPE, não tem sido suficiente para atender aos estudantes nas suas necessidades acadêmicas. Assim, a partir dessas considerações, elencam-se algumas propostas como forma de contribuição para a melhoria das ações da política de assistência estudantil da UFRPE, a seguir:

- Promoção de debates acerca do entendimento da política de assistência estudantil como direito;
- Maior integração da assistência estudantil com os cursos e suas propostas pedagógicas, departamentos e Pró- Reitorias;
- Planejamento e práticas eficazes de divulgação dos programas, ações e normas da assistência estudantil da UFRPE;
- Acompanhamento criterioso dos estudantes;
- Ampliação dos programas de assistência estudantil da UFRPE, principalmente, voltados para lazer, cultura, esporte;
- Desenvolvimento de ações referentes à atenção à saúde e inclusão digital;
- Revisão das ações necessárias à aplicação dos recursos do Pnaes.

A pesquisa, que teve como base a escuta atenta dos estudantes usuários dos programas de assistência estudantil da UFRPE, a partir da coleta de dados primários usando questionários e entrevistas, permitiu uma maior compreensão sobre a assistência estudantil em ação no campus Sede da UFRPE. Além disso, podemos extrair a partir da análise das entrevistas e respostas dos estudantes aos questionários, proposições referentes às ações e à reestruturação da assistência estudantil da UFRPE, evidenciando a importância da pesquisa e já indicando a

necessidade de novas pesquisas sobre o tema, inclusive, no que diz respeito à aplicação dos recursos do Pnaes nas universidades.

REFERÊNCIAS

AFONSO, A. J. **Avaliação educacional**: regulação e emancipação para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR. **Andifes realiza nova pesquisa sobre o perfil dos estudantes das Universidades Federais**. Brasília, DF: Andifes, 2018. Disponível em: <<http://www.andifes.org.br/andifes-realiza-nova-pesquisa-sobre-o-perfil-dos-estudantes-das-universidades-federais/>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

AZEVEDO, J. M. L. **A educação como política pública**. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

BACK, L. B. **Política de assistência estudantil**: interfaces com o reconhecimento das diferenças e a promoção da equidade. 2017. 145 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal da Fronteira do Sul, Rio Grande do Sul.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Ed. 70, 1979.

BELL, J. **Projeto de pesquisa**: guia para pesquisadores iniciantes em educação, saúde e ciências sociais. Porto Alegre: Artmed, 2008.

BERGMANN, B. **In defense of affirmative action**. New York: BasicBooks, 1996.

BERTOLIN, J.; LEITE, D. Quality evaluation of the brazilian higher education system: relevance, diversity, equity and effectiveness. **Quality in Higher Education**, Abingdon, Inglaterra, v. 14, n. 2, p. 121-133, 2008.

BRASIL. Decreto nº 7234 de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Brasília, DF, 2010.

BRASIL. Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do União**, Brasília, DF, 30 de agosto de 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em: 04 jul. 2017.

BRASILEIRO, D. S. **Políticas públicas de expansão e de financiamento da educação superior**: implicações sobre as instituições de ensino superior em Campina Grande – PB. 2017. 163 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

CARVALHO, C. H. A. O PROUNI no governo Lula e o jogo político em torno do acesso ao ensino superior. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 96, p. 979-1000, out. 2006.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A Pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

CENSO da Educação Superior 2016: principais resultados. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2016/censo_superior_tabelas.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2017.

CHAUÍ, M. de S. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: UNESP, 2001.

CISLAGHI, J. F.; SILVA, M. T. **Plano nacional de assistência estudantil e a expansão de vagas nas universidades federais**: abrindo o debate. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO E MARXISMO - MARXISMO, EDUCAÇÃO E EMANCIPAÇÃO HUMANA. Florianópolis, 2011. Florianópolis: UFSC, 2011. p. 1-21.

COSTA, S. G. **A equidade na educação superior**: uma análise das políticas de assistência estudantil. 2010. 202 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

CRESWELL, J. W.; PLANO CLARK, V. L. **Pesquisa de métodos mistos**. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CUNHA, L. A. **A universidade temporã**: o ensino superior da Colônia à Era Vargas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

CUNHA, L. A. Campus Universitário: opções ou destino? In: MORHY, L. (Org.). **Universidade em questão**. Brasília, DF: Ed. Universidade de Brasília, 2003, p.225-240.

CUNHA, L. A. GOÉS, M. de. **O Golpe na educação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

CURI, L. R. L. **O Paroxismo da qualidade**: avaliação do ensino superior no Brasil. 2011. Tese (Doutorado em Ciência Econômica) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

CURY, C. R. J. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 116, p. 245-262, jul. 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742002000200010. Acesso em 17 nov. 2017.

DEMO, P. **Pesquisa e construção de conhecimento**: metodologia científica no caminho de Habermas. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.

DEUBEL, A. R. **Políticas públicas**: formulación, implementación y evaluación. Bogotá: Ediciones Aurora, 2002.

DIAS SOBRINHO, J. Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009): do provão ao Sinaes. **Avaliação** (Campinas) [online]. 2010, vol.15, n.1, pp.195-224.

_____. Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1223-1245, 2010.

_____. **Dilemas da educação superior no mundo globalizado**: sociedade do conhecimento ou economia do conhecimento? São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

DIEESE. **Pesquisa nacional da Cesta Básica de Alimentos**: Salário mínimo nominal e necessário. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>. Acesso em: 12 de julho de 2017.

DOURADO, L. F. Reforma do Estado e as políticas para a educação superior no Brasil nos anos 90. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 80, 2002.

DYE, T. D. **Understanding public policy**. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice Hall. 1984.

FÁVERO, M. L. A. **Universidade do Brasil**: das origens à construção. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Inep, 2000, v.1.

FÁVERO, M. L. A. Universidade no Brasil: das origens à reforma universitária de 1968. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006.

FONAPRACE. Fórum Nacional de Assuntos Comunitários Estudantis – **Moradias Estudantis**: histórico e realidade atual nas IFES. Maceió, 1995.

FONAPRACE. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. **Jornal do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis**. Abril de 2001, Ano 3, n. 5.

FONAPRACE. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis – **Revista FONAPRACE**: 20 anos. Brasília, DF, 2008.

FONAPRACE. Fórum Nacional De Pró-Reitores De Assuntos Comunitários E Estudantis - **Revista Comemorativa: 25 anos**: histórias, memórias e múltiplos olhares. Minas Gerais: UFU – PROEX, 2012.

FONAPRACE. Fórum Nacional De Pró-Reitores De Assuntos Comunitários E Estudantis – **II Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior**. Brasília: FONAPRACE, 2004.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, DF, n. 21, p. 211-259, jun. 2000.

GATTI, B. **A produção da pesquisa em educação no Brasil e suas implicações sócio-político-educacionais: uma perspectiva da contemporaneidade**. In: CONFERÊNCIA DE PESQUISA SOCIOCULTURA, 2000, Campinas. Disponível em: <<http://www.lite.fe.unicamp.br/cursos/txt8.htm>> Acesso em: 12 de Julho de 2017.

GENTILI, P. O direito à educação e as dinâmicas de exclusão na América Latina. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 109, p. 1059-1079, set./dez. 2009.

GOMES, A. M. Políticas públicas, discurso e educação. In: GOMES, A. M. (Org.). **Políticas públicas e gestão da educação**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2011. Cap. 1, p. 19-34.

GOMES, N. L. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v.27, n. 1, p. 109-121, jan./abr. 2011.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de Indicadores Sociais 2015**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsois2015/default.shtm>. Acesso em: 12 de julho de 2017.

KOWALSKI, A. V. **Os (Des)Caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos**. 2012. 179 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Católica Universidade do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul.

KRAWCZYK, N. R.; VIEIRA, V. L. Homogeneidade e heterogeneidade nos sistemas educacionais: Argentina, Brasil, Chile e México. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. 129, p. 673-704, dez. 2006.

LETA, Jacqueline. As mulheres na ciência brasileira: crescimento, contrastes e um perfil de sucesso. **Estudos Avançados**, vol.17 nº.49 São Paulo Sept./Dec. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo>. Acesso em: 20 dez. 2017.

LIMA, K. R. S. Reforma da política educacional brasileira: a submissão do governo Lula às políticas dos organismos internacionais do capital. In: PAULA, M. F. **Debatendo a universidade**: subsídios para a reforma universitária. Florianópolis: Insular, 2004.

MACHADO, M. P. **O pacto neodesenvolvimentista e as políticas de expansão da educação superior no Brasil de 2003 a 2013**. 2013. 220 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, C. B. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 106, p. 15-35, 2009.

MENEZES, P. L. A ação afirmativa (affirmative action) no direito norte-americano. **Revista dos Tribunais** (São Paulo), São Paulo, 2001, 174 p.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 31. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 21-22.

MORAES, K. N. **A produção acadêmica sobre a expansão da educação superior no Brasil no período de 1995 a 2010**. 2013. 222 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Recife, 2013.

MOTA, R. PROUNI: porta aberta para a inclusão social. **Revista PROUNI**, Ed. 1, p. 6-7, 2008. Disponível em:
<http://prouniportal.mec.gov.br/images/pdf/Revista_ProUni/Revista_ProUni.pdf>.
Acesso em: 15 dez. 2017.

NOGUEIRA, C. M. M. **O processo de escolha do curso superior: análise sociológica de um momento crucial das trajetórias escolares**. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 30., 2007, Caxambu: Anped, 2007. 30 anos de pesquisa e compromisso social.

OLIVEIRA, J. F. et al. Democratização do acesso e inclusão na educação superior no Brasil. In: BITTAR, M.; OLIVEIRA, J. F. de; MOROSINI, M. (Org.). **Educação superior no Brasil: 10 anos pós-LDB**. Brasília, DF: INEP, v. 1, p. 71-88, 2008.

OLIVEIRA, J. F. **A Reestruturação da educação superior no Brasil e o processo de metamorfose das universidades federais: o caso da Universidade Federal de Goiás (UFG)**. 2000. 210 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

OLIVEIRA, M. M. de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

OLIVEIRA, J. F.; BITTAR, M. **Ensino superior noturno no Brasil: democratização do acesso, da permanência e da qualidade**. In: CONGRESSO IBERO-BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 2010, São Paulo. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/iberolusobrasileiro2010/cdrom/52.pdf>>. Acesso em: 26 set. 2017.

OSZALAK, O.; O'DONNELL, G. **Estado y políticas estatales en América Latina: Hacia una estrategia de investigación**. Buenos Aires: CLACSO, 1976.

PANIZZI, W. M. A democratização do acesso à universidade pública. In: PEIXOTO, M. C. L. **Universidade e democracia: experiências e alternativas para a ampliação**

do acesso à Universidade pública brasileira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004, p. 61-68.

PAULA, M. F. As políticas de democratização: do acesso ao ensino superior do governo Lula. **Revista Advir**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 11-19, 2009.

PEIXOTO, M. C. L. **Universidade e democracia**: experiências e alternativas para a ampliação do acesso à Universidade pública brasileira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

PEREIRA, P. A. P. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: BOSCHETTI, I. et al. (orgs.) **Política Social no Capitalismo**: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2009 (2009b) p. 87 – 108.

PIOVESAN, F. Ações Afirmativas sob a perspectiva dos direitos humanos. **Cadernos de Pesquisa**, v.35, n.124, p.43-55, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010015742005000100004&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 26 set. 2017.

PROGESTI. **Missão da Progesti**. Disponível em: <<http://www.progesti.ufrpe.br/br/missao>>. Acesso em: 10 out. 2015.

_____ **Relatório de Gestão 2016**. Disponível em: <http://www.progesti.ufrpe.br/br/node/33>. Acesso em: 19 de julho de 2017.

RODRIGUES, I. M. C.; MACHADO, M. L.; ARAÚJO, J. F. F. E. **Expansão do ensino superior no Brasil**: avaliação como mecanismo para garantia da qualidade. Disponível em: < <https://slidex.tips/download/expansao-do-ensino-superior-no-brasil-avaliacao-como-mecanismo-para-a-garantia-da> >. Acesso em: 28 nov. 2017.

SAMPAIO, Helena. **Ensino Superior no Brasil**, o setor privado. São Paulo: Hucitec, FAPESP, 2000.

SANTOS, G. dos; FREITAS, L. O. Ensino superior pública brasileira: acesso e permanência no contexto de expansão. **Argumentum**, Vitória, v. 6, n. 2, p. 182-200, jul./dez. 2014. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/8188/6217>>. Acesso em: 4 jan. 2018.

SARAVIA, E. Introdução à teoria da política pública. In: SARAVIA, E. E.; FERRAREZI, E. (Org.). **Políticas públicas, coletânea**. Brasília, DF: ENAP, 2007. v. 1, p. 21-42.

SGUISSARDI, V. **Estudo diagnóstico da política de expansão da (e acesso à) educação superior no Brasil – 2002-2012**. Brasília, DF, 2014: Edital N. 051/2014 SESU; Projeto de Organismo Internacional – OEI; Projeto OEI/BRA/10/002.

SILVA JÚNIOR, J. R.; SGUISSARDI, V. A Educação superior privada no Brasil: novos traços de identidade. In: SGUISSARDI, V. (Org.). **Educação superior**: velhos e novos desafios. São Paulo: Xamã, 2000, p.155-180.

SILVA JÚNIOR, J. R.; SGUISSARDI, V. **Novas faces da educação superior no Brasil**. 2. ed. Bragança Paulista, SP: USFIFAN, 2001.

SOARES, M. S. **A Educação Superior no Brasil**. Porto Alegre: CAPES, 2002. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139317por.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

SOUZA, C. Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa. **Caderno CRH**, Salvador, n. 39, p. 11-24, jul./dez. 2003.

SOUZA, P. N. P. **LDB e ensino superior**: estrutura e funcionamento. São Paulo: Pioneira, 1997.

THEODOULOU, S. Z. The Contemporary language of public policy: a starting point. In: THEODOULOU, S. Z; CAHN, M. A. (Org.). **Public policy**: the essential readings. New Jersey: Prentice Hall, 1995. cap. 1, p. 1-9.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2012.

VASCONCELOS, N. B. **Programa de assistência estudantil**: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. 2009. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/download/.../6598>>. Acesso em: 9 jul. 2015.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ZAGO, N. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 11, n. 32, p. 1-13, maio/ago. 2006.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO

1. Sexo:

- () Feminino
- () Masculino
- () Outro
- () Prefiro não dizer

2. Estado civil:

- a) Solteiro (a)
- b) Casado (a)
- c) Mora com companheiro (a)
- d) Divorciado (a)
- e) Viúvo (a)
- f) Outro (Especifique: _____)

3. Qual é a sua idade?

4. Curso: _____

5. Forma de ingresso na universidade:

- a) ENEM
- b) Transferência
- c) Reopção
- d) Reintegração
- e) Outro (Especifique: _____)

6. Onde você cursou o ensino médio?

- a) Escola pública
- b) Escola privada com bolsa
- c) Escola privada

d) Educação de jovens e adultos (EJA)

7. Como declara a sua cor/raça?

- a) Amarela
- b) Branca
- c) Parda
- d) Preta
- e) Indígena
- f) Nenhuma das respostas

8. Quantas pessoas moram na sua casa?

9. Qual a renda mensal da família?

- a) Até 1 salário mínimo
- b) 2 salários mínimos
- c) 3 salários mínimos
- d) 4 salários mínimos
- e) 5 salários mínimos ou mais

10. Possui algum tipo de deficiência?

() SIM

() NÃO

11. Qual o tipo de deficiência? (Só responder essa questão se tiver algum tipo de deficiência).

12. Qual(is) programa(s) de assistência estudantil da UFRPE que você faz parte?
(Pode marcar mais de uma opção).

- a) Residência
- b) Apoio ao Discente (apoio acadêmico)

- c) Apoio ao Discente (transporte)
- d) Apoio à Gestante

13. Há quanto tempo (meses) você faz parte da assistência estudantil da UFRPE?

14. A assistência estudantil da UFRPE tem contribuído para a sua permanência na universidade?

- a) Muito
- b) Pouco
- c) Nada

15. Qual a sua avaliação em relação à assistência estudantil da UFRPE?

- a) Muito boa
- b) Boa
- c) Aceitável
- d) Ruim
- e) Muito ruim

16. Caso você perdesse o benefício da assistência estudantil da UFRPE, como concluiria o curso? (Pode marcar mais de uma opção).

- a) Desistiria do curso
- b) Buscaria outra fonte de renda para continuar o curso
- c) Ajuda da família
- d) Outros (Especifique: _____)

17. Qual(is) a(s) sua(s) prioridade(s) no uso do valor da bolsa/auxílio que você recebe?

- a) Alimentação
- b) Moradia
- c) Transporte
- d) Higiene pessoal
- e) Ajuda familiar
- f) Gastos relacionados à formação universitária
- g) Outros (Especifique: _____)

18. Você tem outra fonte de renda? (Pode marcar mais de uma opção)

- a) Não tenho
- b) Trabalho formal
- c) Trabalho informal
- d) Estágio remunerado
- e) Ajuda de familiares
- f) Outros (Especifique: _____)

19. O benefício que você recebe é suficiente para suprir as suas necessidades acadêmicas?

- a) Geralmente
- b) Às vezes
- c) Nunca

20. Você tem dificuldades na realização dos seus estudos?

- a) Sim
- b) Não

21. Quais as suas dificuldades na realização dos seus estudos? (Pode marcar mais de uma opção. Só responder essa questão se apresentar alguma dificuldade na realização dos seus estudos).

- a) Problema de saúde
- b) Problema pessoal
- c) Relacionamento social/interpessoal
- d) Dificuldade financeira
- e) Trabalho
- f) Metodologia do docente
- g) Dificuldades de aprendizagem
- h) Outros (Especifique: _____)

22. A Assistência estudantil da UFRPE desenvolve ações que ajudem nas suas dificuldades acadêmicas?

- a) Sempre
- b) Geralmente
- c) Às vezes
- d) Raramente

e) Nunca

23. Especifique algumas das ações da assistência estudantil que ajudam na suas dificuldades acadêmicas.

24. Na sua opinião, a assistência estudantil da UFRPE ajuda o estudante a ter melhores condições de igualdade social?

- a) Concordo
- b) Concordo em parte
- c) Indeciso ou sem opinião
- d) Discordo em parte
- e) Discordo

APÊNDICE B – Entrevista Semiestruturada

Estudantes beneficiados pelos programas de assistência estudantil da UFRPE.

Caracterização do participante:

Nome:

Idade:

Curso:

Programa:

Tempo (meses) que faz parte da Assistência Estudantil da UFRPE:

Temas:

I – Percepção e conhecimento sobre os programas de assistência estudantil da UFRPE

II – Necessidades dos estudantes

III – Compreensão sobre as condições de permanência e conclusão do curso

Questões:

I

1. O que você entende por assistência estudantil?
2. Como você tomou conhecimento sobre os programas de assistência estudantil da UFRPE?
3. Você conhece os programas, ações e serviços que a assistência estudantil da UFRPE oferece?
4. Quais as finalidades dos programas e ações da assistência estudantil da UFRPE?

II

1. O que levou você a participar dos programas de assistência estudantil da UFRPE?
2. Quais as suas dificuldades com relação à moradia, alimentação, transporte, renda, entre outros?
3. Quais as suas necessidades acadêmicas?
4. Como a assistência estudantil da UFRPE poderia melhor atender às suas necessidades?

III

1. De que maneira a política de assistência estudantil da UFRPE contribui para a sua permanência e conclusão do curso na universidade?
2. Quais os pontos fortes e fracos da assistência estudantil da UFRPE?
3. Quais ações poderiam ser desenvolvidas na assistência estudantil da UFRPE que contribuíssem para a sua permanência na universidade?
4. Qual a sua opinião sobre a inclusão social pela assistência estudantil?

ANEXO A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO, CULTURAS E IDENTIDADES****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO****Dados de identificação**

Título da Dissertação: Política Pública de Assistência Estudantil: uma análise a partir da percepção dos estudantes beneficiados da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Pesquisador Responsável: Juliana Cavalcanti Macedo

Instituição a que pertence o Pesquisador Responsável: Universidade Federal Rural de Pernambuco/ Fundação Joaquim Nabuco

Nome do participante:

Idade: _____ anos - R.G. _____

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Sr. (ª) está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa “Política Pública de Assistência Estudantil: uma análise a partir da percepção dos estudantes beneficiados da Universidade Federal Rural de Pernambuco”, de responsabilidade da pesquisadora Juliana Cavalcanti Macedo.

A relação entre o ensino superior e as políticas públicas educacionais, na história recente da educação superior no Brasil, vem ganhando cada vez mais destaque na esfera governamental, devido, principalmente, a sua importância para o desenvolvimento do país, além da possibilidade de promover significativas transformações na sociedade. Percebendo a necessidade de se construir uma política pública que contribua de fato para a permanência do estudante na universidade e a conclusão dos seus estudos com sucesso, essa pesquisa tem como objetivo analisar a política de assistência estudantil da UFRPE a partir das percepções dos estudantes beneficiados, buscando compreender, ainda, as condições de permanência desses estudantes na universidade. Os procedimentos metodológicos utilizados nessa pesquisa serão: análise documental; aplicação de questionários e entrevistas (semi-estruturadas) a serem realizados com os estudantes beneficiados pela política de assistência estudantil da UFRPE. Caso o participante, queira sanar eventuais dúvidas acerca dos procedimentos, riscos, benefícios e outros assuntos relacionados com a pesquisa ou com o tratamento individual, pode entrar em contato com o pesquisador e as instituições às quais ele se filia.

Esclarecemos que a participação é *voluntária* e que este consentimento poderá ser retirado a qualquer tempo, sem prejuízos à continuidade da pesquisa.

Garantimos a confidencialidade das informações geradas e a privacidade do sujeito da pesquisa, salvo em casos, em que os/as participantes manifestem por escrito o desejo de identificação.

Garantimos que o uso dos dados da pesquisa será exclusivamente utilizado para fins acadêmicos e manteremos os dados da pesquisa em arquivo físico ou digital, sob guarda ou responsabilidade durante 5 anos após o término da pesquisa.

Eu, _____, RG nº _____ _____ declaro ter sido informado e concordo em participar da pesquisa acima descrita.
Recife, _____ de _____ de _____
_____ Nome e assinatura
_____ Testemunha
_____ Nome e assinatura do responsável por obter o consentimento
_____ Testemunha